

RAISG RED AMAZÔNICA DE INFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA

Objetivos

DEFORESTACIÓN en la AMAZONIA (1970-2013)

Logos of partner organizations: eco ciencia, FAN, CREA Amazonas, AMAZONIA, ISA, and others.

instituto socioambiental

Relatório Anual de Atividades

2015



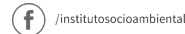
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015



ISA
Instituto Socioambiental

O **Instituto Socioambiental (ISA)** é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcantes na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

www.socioambiental.org



CONSELHO DIRETOR: Jurandir M. Craveiro Jr. (presidente), Tony Gross (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Marina Kahn, Neide Esterci

SECRETÁRIO EXECUTIVO: André Villas-Bôas

ASSESSORA SE: Letícia Camargo

PROGRAMA MONITORAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS: coord. Fany Ricardo; adjunta: Selma Aparecida Gomes

PROGRAMA POLÍTICA E DIREITO SOCIOAMBIENTAL: coord. Adriana Ramos

PROGRAMA RIBEIRA: coord. Raquel Pasinato

PROGRAMA RIO NEGRO: coord. Beto Ricardo; adjunto: Marcos Wesley

PROGRAMA XINGU: coord. Rodrigo Gravina Prates Junqueira; adjuntos: Marcelo Salazar, Paulo Junqueira

ADMINISTRAÇÃO ISA: coord. Guilherme Tadaci Ake (até junho de 2015), Fábio Massami Endo

COMUNICAÇÃO: Alex Piaz, Ariel Gajardo, Gabriella Contoli, Hebert Valois, Maria Inês Zanchetta, Oswaldo Braga de Souza

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: Margareth Nishiyama, Arminda Jardim

DOCUMENTAÇÃO: coord. Leila Monteiro da Silva

INFORMÁTICA: coord. Antenor Bispo de Morais

LABORATÓRIO GEOPROCESSAMENTO: coord. Cícero Cardoso Augusto

APOIO INSTITUCIONAL:



NCA – Ajuda da Igreja da Noruega

Escritórios ISA

São Paulo (sede)
Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo – SP – Brasil
tel: (11) 3515-8900
fax: (11) 3515-8904
isa@socioambiental.org

Altamira
Av. João Pessoa, 3466 – Jardim Independente II
68372-235 – Altamira – PA – Brasil
tel: (93) 3515-5749
isaterradomeio@socioambiental.org

Boa Vista
Rua Presidente Costa e Silva, 116 – São Pedro
69306-670 Boa Vista – RR – Brasil
tel: (95) 3224-7068
fax: (95) 3224-3441
isabv@socioambiental.org

Brasília
SCLN 210, bloco C, sala 112
70862-530 Brasília – DF – Brasil
tel: (61) 3035-5114
fax: (61) 3035-5121
isadf@socioambiental.org

Canarana
Av. São Paulo, 202 – Centro
78640-000 Canarana – MT – Brasil
tel/fax: (66) 3478-3491
isaxingu@socioambiental.org

Eldorado
Rua Major França, 85 – Centro
11960-000 Eldorado – SP – Brasil
tel: (13) 3871-1697/1545
isaribeira@socioambiental.org

Manaus
Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar – Largo do Teatro
Centro 69010-230 Manaus – AM – Brasil
tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502
isamao@socioambiental.org

S. Gabriel da Cachoeira
Rua Projetada 70 - Centro
69750-000 São Gabriel da Cachoeira – AM – Brasil
tel/fax: (97) 3471-1156
isarn@socioambiental.org

SUMÁRIO

Apresentação	5
--------------------	---

Atividades Permanentes

Administração	9
Comunicação.....	10
Desenvolvimento Institucional.....	14
Documentação	18
Geoprocessamento.....	19
Informática	23

Programas

Programa Monitoramento de Áreas Protegidas.....	27
Programa Política e Direito Socioambiental	37
Programa Rio Negro	41
Programa Vale do Ribeira	56
Programa Xingu	70

Amazônia

RAISG Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada	91
--	----

Tema

Povos Indígenas no Brasil	95
---------------------------------	----

Projeto Especial

Água	103
------------	-----

Apresentação

O balanço de 2015 foi extremamente positivo para o ISA. Bons exemplos são o início do investimento em uma campanha de filiação e a expressiva participação na Conferência do Clima do Paris, aumentando a visibilidade da organização dentro e fora do País. Além das muitas conquistas que amealhou no ano, o ISA validou um Plano Estratégico 2016-2020, construído ao longo de quase dois anos por todas as equipes e que será implantado a partir de 2016.

A participação do ISA na COP-21, em dezembro, está entre os destaques. Em parceria com o governo da França, realizamos evento no Pavilhão da Conferência Oficial sobre as percepções dos povos indígenas amazônicos em relação às mudanças climáticas. Nele, o ISA e seus parceiros indígenas apresentaram um site-calendário denominado CiclosTiquié e o filme *Para onde foram as andorinhas*. O primeiro mostra os ciclos anuais dos povos indígenas do Rio Tiquié, no noroeste amazônico, no período de 2005-2015. Já o filme exhibe os efeitos que eventos climáticos vêm acarretando aos índios que habitam o Parque Indígena do Xingu. Quatro parceiros indígenas – dois do Rio Negro e dois do Xingu – participaram de todos os eventos, fazendo comentários e respondendo às perguntas do público presente à COP.

Tanto o site-calendário quanto o filme também foram apresentados e debatidos em apresentações de parceiros do ISA, caso da Fundação Ford, e em espaços da sociedade civil no Centro Cultural 104, e na Cúpula Cidadã, na cidade de Montreuil, nos arredores de Paris.

Em 2015, a atuação da equipe do Programa Direito e Política Socioambiental do ISA continuou a trabalhar intensamente contra a aprovação da PEC 215 (que retira do Executivo e passa ao Legislativo a prerrogativa de demarcar Terras Indígenas e quilombolas e criar Unidades de Conservação) e contra a aprovação do PLS 654, do Senado, que flexibiliza o licenciamento ambiental. Nesse sentido, promoveu em Brasília um seminário, em parceria com o Ministério Público Federal, com a presença dos maiores especialistas do País nesse assunto e mais de 500 participantes. O desastre ambiental de enormes proporções ocorrido

em novembro, em Mariana, com o rompimento da barragem da Samarco, foi prontamente relacionado pela equipe com os riscos das mudanças na legislação do licenciamento ambiental, aproveitando para potencializar o debate em torno do tema. O ISA foi protagonista, ainda, na discussão, sobre a regulamentação do projeto de lei de acesso a recursos genéticos, acompanhando de perto sua tramitação e promovendo sua divulgação.

Em maio, a Reserva Extrativista do Iriri, na Terra do Meio (PA) foi o palco da II Semana do Extrativismo, que debateu estratégias de desenvolvimento para a região, unindo geração de renda com a proteção da floresta. Organizada pelo Programa Xingu do ISA, dela participaram extrativistas e indígenas, gestores das Unidades de Conservação e representantes dos governos municipal, estadual e federal, além das organizações atuantes na região.

O cumprimento das condicionantes da Usina Hidrelétrica de Belo Monte continuou sendo acompanhado pela equipe do Programa Xingu. Em junho, o ISA lançou o Dossiê *Belo Monte, Não há condições para a licença de operação*, alertando o público e as autoridades sobre a decisão que o Ibama acabaria tomando em novembro, concedendo a licença mesmo sem o cumprimento de todas as condicionantes. Em setembro, ainda para denunciar o descaso do governo federal, o ISA realizou a segunda edição da Canoada Bye Bye Xingu que percorreu o trecho do rio denominado Volta Grande do Xingu, barrado pela hidrelétrica, e que afetou duramente a vida das comunidades indígenas e ribeirinhas – seja por sua remoção, seja pelos impactos causados sobre a pesca. A propósito, o ISA também lançou no segundo semestre o *Atlas dos Impactos da UHE Belo Monte sobre a Pesca*, mostrando mais uma vez as consequências do empreendimento na segurança alimentar dos ribeirinhos e daquele que dependem do rio para sobreviver.

A crise hídrica em São Paulo foi acompanhada de perto e como integrante da Aliança pela Água (coletivo que reúne mais de 60 organizações), o ISA colaborou na elaboração e divulgação de um novo aplicativo denominado Tã faltando Água e de um

manual de sobrevivência na crise. Acompanhou ainda a elaboração e entrega de relatório ao relator da ONU para os direitos humanos à água e ao saneamento, Leo Heller, denunciando a crise.

No Parque Indígena do Xingu (MT), o Plano de Gestão Territorial que estava em construção, foi validado com as comunidades e o Fundo Amazônia aprovou projeto para sua implantação.

A Associação Rede de Sementes do Xingu, essencial no fornecimento de sementes para a restauração florestal que vem sendo empreendida na região do Xingu Araguaia, continuou em expansão encerrando o ano com mais de três mil hectares em recuperação e 420 coletores.

O lançamento do Paiol de Sementes, durante a oitava edição da Feira de Troca de Sementes e Mudanças, promovida pelo ISA, marcou o início do banco de sementes dos quilombos do Vale do Ribeira. O Paiol reúne etnovarietades de arroz, milho, feijão e mandioca, resultado de um levantamento junto a 13 quilombos que totalizaram mais de 50 espécies diferentes. A equipe do ISA também acompanhou e filmou o mutirão quilombola de colheita de arroz no quilombo de Morro Seco, que fará parte do dossiê do Sistema Agrícola Quilombola que está sendo elaborado para registro como patrimônio imaterial junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O curso de formação de jovens agentes socioambientais vindos de áreas rurais de 14 municípios, um dos destaques do Programa Vale do Ribeira do ISA, encerrou-se com 31 projetos elaborados. Destes, 12 foram aprovados, construídos pelos jovens especialmente para suas comunidades.

A segunda etapa da Expedição Anaconda, parte do Projeto Mapeo, que a equipe do Programa Rio Negro do ISA desenvolve em parceria com o Iphan e Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) contou também com instituições colombianas e com a Funai como parceiros, percorrendo e mapeando os lugares sagrados dos índios Tukano Oriental ao longo dos rios Uaupés e Negro. Também no noroeste amazônico, mais duas Casas da Pimenta foram inauguradas. Uma na Escola Pamáali, no Rio Içana, e outra na comunidade Yamado, nos arredores de São Gabriel da Cachoeira, com a participação de chefes renomados como Alex Atala, Bela Gil e Felipe Schaedler.

Na Terra Indígena Yanomami (RR/AM), como resultado de um trabalho intenso feito em parceria com a Hutukara Associação Yanomami (HAY), a Polícia Federal realizou investigações que levaram à descoberta de que o garimpo ilegal na Terra Indígena movimentou R\$ 1 bilhão entre 2013 e 2014, além de localizar uma empresa de comércio do ouro Yanomami em plena avenida Paulista, no centro da cidade de São Paulo.

Além disso, como resultado de um persistente trabalho de advocacy da equipe do ISA, os Yanomami receberam de volta o sangue levado por pesquisadores norte-americanos sem seu consentimento. Em parceria com os Yanomami, o ISA irá promover o ecoturismo no Pico da Neblina e conseguiu incorporar sistemas de geração de energia do Projeto Cruviana de energia eólica, desenvolvido na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, nas metas do Programa Luz para Todos do governo federal.

Essas e outras atividades e conquistas podem ser lidas em detalhes neste relatório.

Boa leitura!

André Villas-Bôas
Secretário Executivo

ATIVIDADES PERMANENTES

ADMINISTRAÇÃO

O que é

Área responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro do Instituto Socioambiental (ISA), com escritório central em São Paulo e equipes de referência em Brasília, São Gabriel da Cachoeira (AM), Manaus (AM), Boa Vista (RR), Canarana (MT), Altamira (PA) e Eldorado (SP). Reúne as atividades necessárias para administrar o ISA visando atender as legislações fiscal, contábil e trabalhista, as regras do Instituto e os acordos com as coordenações dos programas, e fontes de financiamento, contemplando as diferentes formas de atuação

A administração está assim estruturada:

► **Núcleo de Gestão de Contratos** - planejamento financeiro, elaboração de orçamentos, relatórios gerenciais, rateios de despesas compartilhadas, monitoramento de projetos e prestação de contas para as agências financiadoras.

► **Setor Financeiro Contábil** - contas a receber/cobrança, contas a pagar, tesouraria, controle financeiro de fluxo de caixa, e relatórios contábeis.

► **Setor de Pessoal** - administração do quadro de funcionários e de prestadores de serviços, recrutamento, seleção, admissão, informações a funcionários, demissão, folha de pagamentos, benefícios e orientação à coordenação quanto aos riscos, alternativas e custos trabalhistas.

► **Setor de Compras** - cotação de preços, compras, fiscal e controle patrimonial.

► **Setor de Serviços Gerais e Suprimentos** - comercialização de produtos, logística, serviços administrativos – recepção, telefonia, fotocópias/encadernações, almoxarifado, copa, limpeza e conservação – apoio para as filiais.

Equipe

São Paulo-SP

• Coordenação

Fabio Massami Endo (bacharel em Ciências Contábeis, coordenador); Guilherme Tadaci Ake (administrador de empresas, coordenador adjunto) .

• Núcleo de Gestão de Contratos

Adriano Oliveira Faria Bonfim (bacharel em Ciências Contábeis, controller).

• Setor de Orçamento e Finanças/Financeiro Contábil

Sandra Mara Ribeiro (mestrado em Ciências Contábeis para 3º Setor, supervisora de contabilidade); Jamerson Oliveira da Silva (administração, auxiliar financeiro); Reulis Adriano de Jesus (auxiliar financeiro) Luciana Andrade dos Santos (auxiliar financeira); Glauber Marques de Macedo (auxiliar administrativo); Tainá Regina Manoel (auxiliar administrativa); Alessandra de Lima Alves (auxiliar administrativa - DF).

• Setor de Pessoal

Rosilene Dias de Moraes (tecnóloga em recursos humanos, assistente de departamento pessoal); Renata Pereira Braga (técnica contábil, assistente de departamento pessoal).

• Setor de Serviços Gerais e Suprimentos

Carlos Alberto de Souza (administrador de empresas, supervisor de serviços gerais); Francisco Cleunilton Moreira de Souza (zelador); Rosana Aparecida Lino Andre (auxiliar de serviços gerais); Veronice Cardoso Matos (auxiliar de

serviços gerais); Sara Andrade dos Santos (auxiliar administrativa); Maria Pereira dos Santos (auxiliar de serviços gerais - DF).

• Setor de Compras

Waldemir Brolio (administrador de empresas, assistente técnico de administração); Simone Alves Pereira (assistente técnica de administração); Kamila Rebouças Sena (auxiliar administrativa).

► Equipes de referência:

PROGRAMA XINGU

• São Paulo - SP: Gestão administrativa

Eric Deblire (administrador de empresas, gestor financeiro); Marcos Ely Finotti (administrador de empresas, assistente gestão financeira); Tathiana Solano Lopes (assistente da coordenação).

• Canarana - MT: Gestão administrativa

Cleudemir Peixoto (pedagoga, assistente administrativa); Fabiana Aparecida da Silva Dizarro (auxiliar administrativa); Sadi Eisenbach (motorista e logística); Erica leggli (auxiliar de serviços gerais).

• Altamira - PA: Gestão administrativa

Rita de Cassia Chagas da Silva (assistente administrativa); Luiz Augusto Nery Pessoa (auxiliar administrativo); Benedito Alzeni Bento (piloto de embarcações); Maria Euda de Andrade (auxiliar de serviços gerais).

PROGRAMA RIO NEGRO

• São Paulo - SP: Gestão administrativa

Carlos Alberto Barretto (administrador de empresas, gerente de projetos)

• Manaus - AM: Gestão administrativa

Marcelo Cavalcanti (agrônomo, supervisor de administração senior)

• São Gabriel da Cachoeira: Gestão administrativa

Wizer de Oliveira Almeida (supervisor de administração jr); Claudino Silva Amorim (auxiliar administrativo); Margarida Murilo Costa (zeladora); Aparecida Fontes Rodrigues (auxiliar de serviços gerais).

• Roraima - RR: Gestão administrativa

Matthieu Jean Marie Lena (administrador); Sidinaldo Lima dos Santos (auxiliar administrativo); Marcolino da Silva (auxiliar de serviços gerais); Maria José Rocha (auxiliar de serviços gerais).

PROGRAMA VALE DO RIBEIRA

• Eldorado - SP: Gestão administrativa

Nautica Pupo Pereira de Moraes (auxiliar de serviços gerais).

PROGRAMA POLÍTICA E DIREITO SOCIOAMBIENTAL

• Brasília -DF: Gestão administrativa

Francisco das Chagas Oliveira do Nascimento (gestor financeiro).

COMUNICAÇÃO

O que é

Área dedicada à comunicação institucional com o público externo, parceiros e colaboradores, responsável pela produção e divulgação de informações no site, em rede sociais como Twitter, Facebook, Instagram e You Tube e por e-mail junto à mídia especializada, privilegiando temas de interesse do ISA, direcionados a diferentes públicos. Atende ainda as demandas da imprensa, orienta, encaminha, propõe pautas socioambientais e faz followup. Produz e edita o Boletim Socioambiental – resumo das atividades do ISA, enviado a parceiros e financiadores, – trimestralmente –, boletins eletrônicos e pautas/releases para a imprensa e materiais de apoio a eventos do ISA.

Um dos focos do ISA em 2015 foi intensificar a relação com os filiados e ampliar seu número.

O objetivo é divulgar as ações do ISA junto ao público em geral, focadas na pesquisa e disseminação de informações socioambientais, na defesa dos direitos socioambientais coletivos e dos povos, e que sirvam de referência para propor novos modelos de sustentabilidade socioambiental e alternativas às políticas públicas.

Equipe

Alex Piaz (bacharel em Marketing, analista web); Ariel Gajardo (publicitário); Gabriella Contoli (cientista social, produtora web); Hebert Valois Rios Piahuy (designer gráfico); Maria Inês Zanchetta (jornalista, editora, assessora de comunicação); Oswaldo Braga de Souza (jornalista, repórter, assessor de comunicação)

O que foi feito

- Elaboração e envio de 39 pautas para a mídia especializada e mailings regionais com notícias publicadas no site do ISA.
- Produção, envio de releases e proposição de pautas sobre assuntos de interesse do ISA como a mobilização nacional indígena realizada anualmente em abril e o acompanhamento da tramitação da PEC 215 no Congresso, desarquivada no início da legislatura 2015.
- Manutenção e atualização de mailings de imprensa.
- Produção de 384 notícias e posts de blogue.
- Produção de 30 banners para o site.
- Manutenção, atualização e produção de conteúdo para o site do ISA.

- Divulgação e participação em ações conjuntas com Monitoramento e PPDS especialmente na Semana do Índio, Semana do Meio Ambiente e Mobilização Nacional Indígena, em Brasília e São Paulo.
- Pesquisa de links em sites especializados para compor a seção Outras Notícias das Manchetes Socioambientais que a Documentação produz diariamente.

► Web assessoria, consultoria e desenvolvimento

- Desenvolvimento de nova plataforma web do Programa Xingu
- Elaboração de mapa para o site Ciclos Tiquié
- Desenvolvimento do novo website de filiação
- Desenvolvimento da ferramenta Cadê a Água que permitia monitorar, a partir de relatos de internautas em que lugar da capital paulista estava faltando água.

► Website: acessos e visualizações de páginas^(*)

- Acessos = **3 445 363** assim distribuídos por dez sites:

PIB = 1 659 196
 Pibinho = 387 513
 Socioambiental = 989 822
 Cílios do Ribeira = 4293
 Ykatu = 16 486
 De Olho nas TIs = 31 691
 De Olho nas UCs = 310 789
 Radar Rio+20 = 32 792
 Raisg = 12 781

- Visualizações = **7 014 080**

PIB = 3 597 272
 Pibinho = 897 757
 Socioambiental = 1 723 743
 Cílios do Ribeira = 6 881
 Y Ikatu Xingu = 23 379
 De Olho nas Tis = 200 095
 De Olho nas UCs = 496 109
 Radar Rio + 20 = 40 287
 Raisg = 28 557

(fonte: Google Analytics)

(*) Sites considerados: PIB, Pibinho, Cílios do Ribeira, Socioambiental, Y Ikatu, TIs, UCs, Radar Rio+20, Raisg.

TABELA COMPARATIVA 2005-2015

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Notícias e artigos	259	196	210	233	197	217	260	265	286	281	389
Pautas e boletins eletrônicos enviados	48	49	60	100	53	39	59	77	53	52	39
Visitas ao site	-	-	-	898.422 ^(*)	1.748.604	1.903.622	2.299.085	2.663.513	2.607.505	2.879.084	3.445.363
Inserções na mídia	379	360	753 ^(**)	581 ^(**)	382	337	440	373	552	778	960

(*) A partir de 2008, o Google Analytics passou a ser a fonte para contabilizar acessos aos sites do ISA.

(**) Em 2007 e 2008, a Campanha De Olho nos Mananciais de São Paulo realizou inúmeras ações e atividades fartamente noticiadas.

• As 5 notícias mais acessadas

1. País poderá viver drama climático em 2040 (11.807)
2. ISA publica dossiê “Belo Monte – Não há condições para a Licença de Operação” (6.792)
3. Nota de Repúdio sobre o desastre ambiental em Mariana (MG) (6.016)
4. PEC 215 será desarquivada (5.137)
5. Entenda o que são as condicionantes que envolvem a construção da hidrelétrica de Belo Monte (4.731)

• Os cinco posts de blog mais acessados

1. Da lama ao caos: o País que não queremos (12.376)
2. O ISA está de luto (12.301)
3. A deseducadora (4.376)
4. A quem interessa o Brasil ser o primeiro país a liberar o plantio de árvore transgênica? (3.963)
5. De onde vem a água? (3.529)

► **Redes Sociais**

O destaque é o Facebook com um crescimento de 35% em relação a 2014.



2014 = 61.289
2015 = 93.943



► **ISA na mídia**

• **960** inserções na mídia (entre elas, 33 entrevistas até dezembro para rádio e tevê com destaque para Rádio Estadão, Rádio Eldorado, Rádio Nacional da Amazônia, Canal Futura, TV Globo e Globo News).

► **Filiação e campanha institucional**

Teve início a implementação de um novo sistema de gestão de relacionamento com filiados e de pagamentos/doações, com a substituição do antigo sistema de registros e o método de trabalho manual por um sistema de pagamentos com controle online, que ganhou agilidade.

Iniciou-se a implementação de um novo site só para filiações e doações, simplificado e com visual atualizado.

A partir de reuniões com outras ONGs, iniciou-se a construção da visão do ISA para a captação de recursos.

Foram criadas e implementadas diferentes formas de manter o filiado do ISA atualizado sobre o trabalho da instituição, com o envio de um boletim mensal que destaca uma notícia de cada programa. Em paralelo ao envio de e-mails, determinou-se uma nova política de envio de brindes, condizente com o valor de contribuição de cada filiado. São iniciativas que

vão ter seus resultados mensurados e avaliados a partir de janeiro de 2016.

Em parceria com a agência de publicidade JWT está em curso a construção de uma campanha de captação de recursos.



2014 = 21.699
2015 = 25.100

Instagram 2014 = 461
2015 = 1.869

YouTube 2014 = 810 assinantes do canal do ISA
2015 = 1.330 assinantes, 104 mil visualizações e 408 mil minutos assistidos



Avaliação

Em 2015, a inserção do ISA na mídia cresceu bastante. Pode-se atribuir o incremento ao foco nas matérias sobre a crise hídrica em São Paulo e a ferramenta interativa Cadê a Água, além das matérias sobre mudanças climáticas, com vistas ao acordo de Paris, na COP-21. Também cresceu a animação nas redes sociais seguindo a tendência já verificada em 2014, com a divulgação e compartilhamento de notícias produzidas pela ISA e por parceiros, o que se refletiu diretamente na interação com o público que acessa os sites do ISA, aumentando principalmente o número de curtidores no Facebook. O incremento nas redes sociais potencializou a divulgação do trabalho do ISA e seus parceiros, com posts diários, incluindo feriados e finais de semana. Planejamento e integração com os vários programas do ISA e seus parceiros foram fundamentais. O GT Comunicação e o GT Reunião de Pauta continuaram trabalhando e direcionando os caminhos da comunicação.

A Mobilização Nacional Indígena que aconteceu em maio e a batalha pelo arquivamento da PEC 215, em dezembro, revelou a importância de trabalhar em rede, com planejamento de ações integradas, incluindo parceiros diferentes, com diferentes ideologias, mas todos focados no mesmo objetivo: a defesa dos direitos indígenas.

A participação na COP de Paris, tanto em eventos paralelos à conferência quanto em eventos da sociedade civil, na Zona de Ação Climática, no Centre 104, e na Cidade Alternativa (em Montreuil) ampliou a visibilidade e o espaço do ISA na Conferência.

Perspectivas

Para 2016, estão previstos adequação na produção de conteúdo, com base no planejamento estratégico do ISA, que começa a ser implementado. Também está no foco ampliar a interação com os programas regionais do ISA e intensificar a campanha de filiação que começou a dar seus primeiros passos.

Quanto à filiação espera-se avançar na criação da campanha institucional do ISA, auxiliando a agência JWT na execução e, futuramente, aprovando plano de produção e plano de mídia.

O Plano Financeiro de Captação 2016 apresentado em 2015, com definição de metas de filiação, receita e investimento contemplado no Plano detalhado de Captação, deverá ser aprovado em meados de 2016.

DESTAQUE DE 2015

O ISA na COP do Clima de Paris

A partir do segundo semestre, com uma nova página no site chamada ISA na COP, intensificou-se a publicação de notícias e análises sobre o que estava em debate para a finalização de um novo acordo para o clima. Os conteúdos foram produzidos pela comunicação do ISA no Brasil e por uma equipe contratada em Paris, formada por Carlos Garcia Paret (especialista em clima e energia), Juliana Splendore (relações internacionais) e Luna Gámez (jornalista), que acompanharam reuniões sobre os temas da COP junto a organizações como Unesco, OCDE, UNFCCC e junto à sociedade civil.

Durante a realização da conferência, os três integraram a equipe do ISA na capital francesa formada por Inês Zanchetta, Tatiane Klein, Maurício Guetta, Paulo Junqueira e Aloisio Cabalzar, e quatro parceiros indígenas (André Baniwa e Dagoberto Menezes, do Rio Negro e Yapatsiama Waurá e Tukupé Waurá, do Parque Indígena do Xingu).

- Acessos à página do ISA na COP (entre 1/7 e 19/12) = 49.055. Destes, 32.903 (67%) se deram entre 20/11 e 19/12.
- Notícias produzidas em Paris sobre atividades do ISA e da sociedade civil com foco nas populações indígenas = 21
- Notícias reproduzidas do Observatório do Clima sobre as negociações oficiais em torno do acordo = 11



© Tatiane Klein



© Luna Gámez

Melhores momentos

- ISA na COP-21

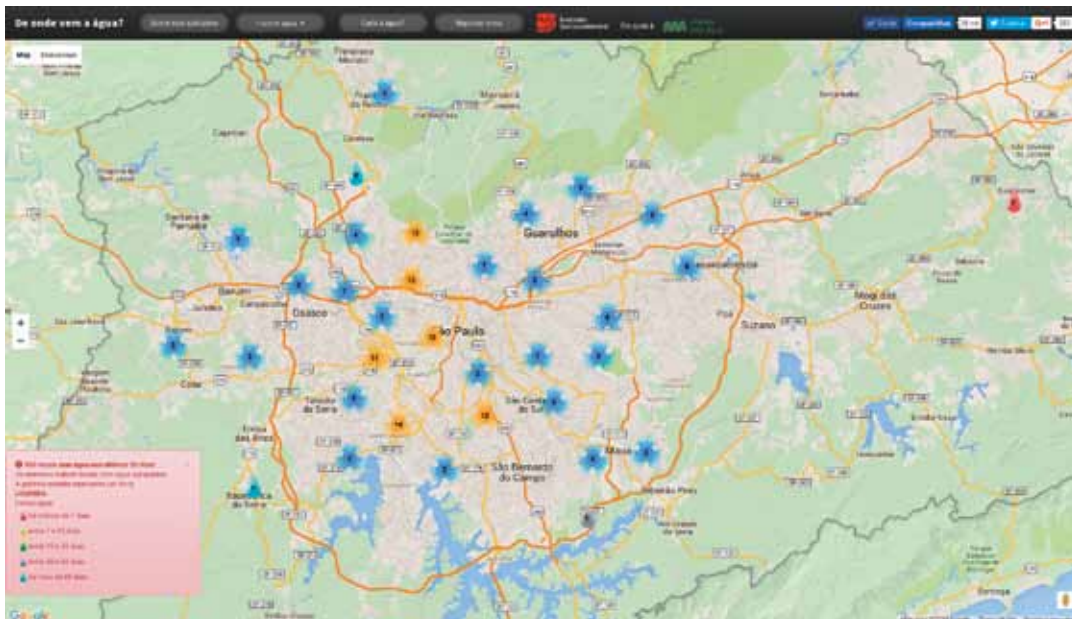
© Luna Gámez



- Mobilização Nacional Indígena



- Lançamento da ferramenta interativa Cadê a Água



- Lançamento do Dossiê *Belo Monte - Não há condições para a licença de operação*



- Semana do Meio Ambiente com o tema Agrobiodiversidade focando a atuação dos vários programas do ISA relacionados a esse tema



DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O que é

Atividade permanente que visa aperfeiçoar a capacidade de fluxo de informações internas e externas, por meio de sistemas atualizados e apropriados de coleta, processamento e gerenciamento de informações referentes a compromissos e obrigações contratuais. Visa também facilitar a entrada permanente de recursos por meio do apoio à elaboração de projetos, negociação com instituições financiadoras e elaboração de relatórios.

Equipe

•Margareth Nishiyama (arquiteta, analista de planejamento e desenvolvimento institucional); Arminda Jardim (bacharel em Letras, assistente de planejamento e desenvolvimento institucional).

O que foi feito

- Prospecção de oportunidades junto a órgãos públicos nacionais, fundações e agências nacionais e internacionais;
- Assessoria na formulação, consolidação, formatação e encaminhamento de propostas a instituições financiadoras;
- Acompanhamento constante do processo de negociação, desde a submissão até a efetivação da contratação dos projetos;
- Monitoramento dos compromissos e obrigações contratuais;
- Assessoria na formulação, consolidação, formatação e encaminhamento de relatórios de acordo com as obrigações contratuais;
- Interlocução com parceiros e financiadores, desde a contratação até a aprovação da Prestação de Contas Final;
- Cadastramento e atualização de base de dados em plataformas institucionais de financiadores e órgãos públicos nacionais;
- Apoio aos demais setores do ISA para produção de publicações, reuniões e contatos interinstitucionais, seminários e exposições..

Projetos monitorados em 2015

A	57	CONTRATADOS ANTERIORMENTE A 2015
B	23	CONTRATADOS EM 2015
C	09	APROVADOS AGUARDANDO CONTRATAÇÃO
D	08	EM NEGOCIAÇÃO
E	08	NÃO CONTEMPLADOS
	105	TOTAL DE PROCESSOS MONITORADOS

	PROGRAMA	PROJETO	FINANCIADORES
1	RB	002 CULTURA E TERRITÓRIO: A CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA QUILOMBOLAS PARA GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS NA MATA ATLÂNTICA.	AECID
2	RB	049 ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO PILOTO PARA PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS - VALE DO RIBEIRA (EMPREENHIMENTO RB-181)	FEHIDRO/BB
3	RB	050 PLANO DIRETOR PARA RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL VISANDO À CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO RIBEIRA DO IGUAPE	FEHIDRO/NCNB
4	XG	078 CORREDOR XINGU DE SOCIOBIODIVERSIDADE: UM DESAFIO DE SUSTENTABILIDADE PARA O BRASIL.	FUNDO VALE
5	RN	100 CRIANDO CONDIÇÕES PARA A INICIATIVA DE REGISTRO BINACIONAL (BRASIL – COLÔMBIA) DA ROTA DE TRANSFORMAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO NOROESTE AMAZÔNICO	IPHAN
6	XG	101 IDENTIFICAÇÃO DE SÍTIOS E HISTÓRIAS ANCESTRAIS DOS POVOS KAIABI, YUDJA, KISÊDJÉ E PANARÁ	IPHAN
7	RN	110 PROJETO MAGISTÉRIO YARAPIARI: FORMAÇÃO DE PROFESSORES YANOMAMI	MEC/FNDE
8	XG	111 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM MIÚDOS: LÍNGUA, ESPAÇO DE APRENDER E A CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE NO XINGU	MEC/FNDE
9	XG	124 CARBONO SOCIOAMBIENTAL DO XINGU – EDITAL NATURA 2008/09	NATURA
10	XG	125 CARBONO SOCIOAMBIENTAL DO XINGU - EDITAL NATURA 2009/10	NATURA
11	RB	128 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA NO VALE DO RIBEIRA: PLANEJAMENTO SOCIOAMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ELDORADO (SP)	PDA/MA
12	PPDS	136 PACOTE AMAZÔNIA (2011-15) - FUNDO AMAZÔNIA	RFN
13	XG	138 PACOTE AMAZÔNIA (2011-15) – BACIA XINGU	RFN
14	RAISG	140 PACOTE AMAZÔNIA (2011-15) - RAISG	RFN

	PROGRAMA	PROJETO	FINANCIADORES
15	RN	142 PACOTE AMAZÔNIA (2011-15) – REDE RIO NEGRO	RFN
16	RB	149 FEIRA DE TROCA DE SEMENTES E UM SEMINÁRIO DE TROCAS DE CONHECIMENTO SOBRE FORMAS DE MANEJO AGROECOLÓGICOS	SEPPIR
17	XG	191 PROJETO REDE DE SEMENTES DO XINGU: GERAÇÃO DE RENDA E VALORIZAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO MT	FUNBIO
18	XG	192 PROMOÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO DA CASTANHA DO BRASIL E DE ÓLEOS VEGETAIS FOCANDO POVOS INDÍGENAS E ENVOLVENDO COMUNIDADES TRADICIONAIS NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DA BR-163 NO ESTADO DO PARA (PNUD BRA/08/012) PRÉ QUALIFICAÇÃO Nº 13945/2011 LOTE 07	PNUD
19	XG	197 XINGU PLURIANUAL NORAD 2013-2017	RFN
20	XG	202 SOCIOBIODIVERSIDADE PRODUTIVA NO XINGU	BNDES/FAM
21	RN/MAP	204 DE OLHO NA AMAZÔNIA	MOORE
22	XG	215 ESTRUTURAÇÃO TÉCNICA E COMERCIAL DOS NOVOS GRUPOS DE COLETA DA REDE DE SEMENTES	MANOS UNIDAS
23	RB	219 ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA	FUNBIO
24	RN	223 DIREITOS INDÍGENAS, FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA NA BACIA DO RIO NEGRO, NOROESTE AMAZÔNICO 2013-17	RFN
25	RN	224 URIHI - TERRA, RECURSOS E SABERES: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA TI YANOMAMI (2013-17)	RFN
26	PPDS	225 TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL: UMA ESTRATÉGIA PARA SUA CONSOLIDAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL / QUINQUENAL 2013-2017	RFN
27	RB	228 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL SP/PR - RIBEIRA INTEGRADO	FEHIDRO
28	RN	233 DOCUMENTAÇÃO LINGÜÍSTICA E CULTURAL TUYUKA: AVANÇANDO NAS POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS DO NOROESTE AMAZÔNICO	IPHAN
29	PIB/MAP/ RN/XG	253 TRIENAL 2013-2015	EMB NORUEGA
30	RB	268 PATRIMÔNIO CULTURAL QUILOMBOLA DO VALE DO RIBEIRA: REGISTRO DO SISTEMA AGRÍCOLA E SALVAGUARDA DE BENS CULTURAIS	MINC/ LEI ROUANET
31	XG	274 Y IKATU XINGU - PLANTIO 30.000 ÁRVORES 2013	INICIATIVA VERDE
32	RB	275 APOIO À RECUPERAÇÃO FLORESTAL NO ÂMBITO DA CAMPANHA CÍLIOS DO RIBEIRA	INICIATIVA VERDE
33	RAISG	278 RAISG 2013	FFORD
34	PPDS	290 NOVA LEI FLORESTAL: EVITAR RETROCESSOS, AVANÇAR NO QUE É POSSÍVEL	CLUA
35	RB	291 CONSOLIDAÇÃO DA COOPERATIVA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA	FBB
36	RB	293 FORMAÇÃO DE AGENTES SOCIOAMBIENTAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	FNMA
37	XG	294 CAMINHOS PARA GESTÃO INTEGRADA – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PLANEJAMENTO SOCIOAMBIENTAL REGIONAL - 2014 A 2016	FUNDO VALE
38	RB	297 APOIAR O RESGATE E CONSERVAÇÃO DA PRÁTICA DAS ROÇAS TRADICIONAIS QUILOMBOLAS PARA GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR, A CULTURA E A DIVERSIDADE AGRÍCOLA.	MJ/CFDD
39	RAISG	309 RAISG INTERDISCIPLINARY ANALYSIS AND MAPPING OF PROTECTED AREA IN THE AMAZON	MOORE
40	PIB/ MAP	311 POVOS E TERRAS INDÍGENAS: DIREITOS, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE (TRIENAL 2014-2016)	CAFOD
41	RN	312 MAPEO 2 CARTOGRAFIA CULTURAL DOS LUGARES SAGRADOS DOS POVOS INDÍGENAS NO NOROESTE AMAZÔNICO	IPHAN
42	RB	314 SISTEMA AGRÍCOLA QUILOMBOLA: SOBERANIA ALIMENTAR, CULTURA E GERAÇÃO DE RENDA	PETROBRAS
43	XG	316 INTERAÇÃO COM ECOSISTEMAS ALAGADOS, ÁREA DE VIDA E PADRÕES MIGRATÓRIOS DA TARTARUGA DA AMAZÔNIA (PODOCNEMIS EXPANSA) NO BAIXO XINGU, PARÁ – BRASIL	F Boticario
44	XG	326 FOGO DO ÍNDIO - ALTERNATIVAS DE MANEJO ADAPTADAS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA A CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS NO PARQUE INDÍGENA DO XINGU.	FNMC
45	INST	327 PNBE INDÍGENA 2015	FNDE
46	RN	328 AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REDE DAS CASAS DE PIMENTA BANIWA	ATÁ
47	RN	329 ISA/CIR PROJETO CRUVIANA	CAFOD
48	RN/XG	331 FORTALECIMENTO DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E DA PROTEÇÃO TERRITORIAL DOS POVOS INDÍGENAS E POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS	TIDES /GOOGLE
49	RN	334 AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REDE DAS CASAS DE PIMENTA BANIWA	BACURI

	PROGRAMA	PROJETO	FINANCIADORES
50	INST	336 ISA TRIENAL 2014-2016	AIN
51	XG	343 ALMANAQUE SOCIOAMBIENTAL DA BACIA DO XINGU	MINC/ LEI ROUANET
52	XG	344 IMPACTS OF INVESTMENTS OF THE BRAZILIAN NATIONAL DEVELOPMENT BANK ON REGIONAL SUSTAINABILITY	MOTT
53	PIB/ MAP	348 LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO NA REGIÃO DE AUARIS. TI YANOMAMI (APLICAÇÃO DO SISTI)	CAFOD
54	RB	352 TRAINING OF SOCIOENVIRONMENTAL AGENTS FOR ELABORATION OF ENVIRONMENTAL EDUCATION CAMPAIGNS IN FAMILY AGRICULTURE	GOLDMAN
55	RN	353 DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NA TERRA INDÍGENA YANOMAMI: UMA ABORDAGEM INTERCULTURAL	IPHAN
56	PPDS	354 CONSTRUINDO ALTERNATIVAS PARA REGULAMENTAÇÃO DE ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA	BEM -TE-VI
57	MAP	355 CONSOLIDAÇÃO DE MECANISMOS E METODOLOGIAS DE MONITORAMENTO SOCIOAMBIENTAL A PARTIR DO FORTALECIMENTO DE ATORES ENVOLVIDOS NA GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL DE UCS E TIS	GBMF
58	INST	356 INSTITUCIONAL 2015+ CLIMA	ICCO
59	XG	357 FERRAMENTAS DE GESTÃO / FISCALIZAÇÃO XINGU / GRANT#7042706	EDF/BONDERMAN
60	XG	358 FERRAMENTAS DE GESTÃO/ GESTÃO BACIA XINGU/ GRANT#4277	EDF/MOORE
61	PPDS	360 NEW FOREST CODE AND INSTITUTIONAL MARKETS FOR TRADITIONAL POPULATIONS	CLUA
62	RN-XG	361 GESTÃO E GOVERNANÇA DE TERRAS INDÍGENAS NAS BACIAS DO RIO NEGRO E XINGU	BNDES/FAM
63	XG	362 DIÁLOGO INTERCULTURAL E GESTÃO TERRITORIAL NO XINGU	FUNDO VALE
64	INST	363 ALMANAQUE BRASIL SOCIOAMBIENTAL 2016	MINC/ LEI ROUANET
65	XG	364 PHOTOGRAPHER ATTENDING THE SITE VISIT TO XINGU INDIGENOUS PARK AND PRODUCING IMAGES	RRI
66	RB	366 TRAINING OF SOCIOENVIRONMENTAL AGENTS FOR ELABORATION OF ENVIRONMENTAL EDUCATION CAMPAIGNS IN FAMILY AGRICULTURE	TINKER
67	RAISG	368 RAISG 2015	WRI
68	PPDS	369 ARTICULANDO NOVAS ESTRATÉGIAS E CONHECIMENTOS PARA GARANTIR DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS, DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS E DAS ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS	FFORD
69	RN	370 CRUVIANA : ENERGIA EÓLICA NA TI RAPOSA DO SOL - RR	BEM -TE-VI
70	RB	371 RIBEIRA SOCIOAMBIENTAL	BEM -TE-VI
71	RN	372 FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA E MULTICULTURAL NO RIO NEGRO/CONTINUIDADE 2015	ARAPYÁÚ
72	ESP	373 MOBILIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA 2015	OAK
73	RN	375 ISA/CIR PROJETO CRUVIANA ANO 2	CAFOD
74	RN/XG	376 CLEAN ENERGY - ENERGY SOLUTIONS FOR COMMUNITIES IN THE AMAZON PROJECT PLATFORM FOR XINGU AND RAPOSA SERRA DO SOL 2015	AIN
75	PPDS	377 ENERGY DISTRIBUTED TO ISOLATED COMMUNITIES	MOTT
76	PPDS/RB	378 QUILOMBOLAS: FORTALECER PARA RESISTIR	UE BRASIL
77	XG	379 SUPPLY CHAIN GOVERNANCE AND ZERO DEFORESTATION ZONES IN MATO GROSSO AND PARA	EDF/NORAD
78	XG	380 ASSESSORIA DESTINADA AO PLANTIO MECANIZADO DE 25 HECTARES	RONCADOR
79	ESP	381 EXPOSIÇÃO POVOS INDÍGENAS 2015	EMB NORUEGA
80	XG	382 ENERGIA LIMPA	ITAÚ ECOMU- DANÇA
81	XG	383 XINGU PLURIANUAL 2016-2020	RFN
82	RN	384 RIO NEGRO PLURIANUAL 2016-2020	RFN
83	XG	389 GERAÇÃO DE RENDA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	MANOS UNIDAS
84	ESP	390 ALIANÇA PELA ÁGUA DE SÃO PAULO	FFORD
85	XG	392 SOLIDARIDAD FSLA/SOY/IDH/SFTF/SSA/2015004/BRA/IPAM	IPAM
86	RN	393 ASSESSORIA NA ORGANIZAÇÃO DO INTERCÂMBIO DE PROFESSORES INDÍGENAS	VERTHIC
87	ESP	396 ALIANÇA PELA ÁGUA DE SÃO PAULO	AJL
88	RN/XG	397 ENERGIA LIMPA	ZAYED PRIZE

	PROGRAMA	PROJETO	FINANCIADORES
89	RAISG	398 RECONOCER Y RESPONDER A LOS RIESGOS DE LA PÉRDIDA DE BOSQUES EN LOS TERRITORIOS INDÍGENAS DE LA AMAZONÍA	ECOCIENCIA/ NORAD
90	RN	399 ALMANAQUE RIO NEGRO SOCIOAMBIENTAL: UMA VIAGEM PELA MAIOR BACIA DE ÁGUAS PRETAS DO MUNDO	MINC/ LEI ROUANET
91	12-XG	400 MANEJO DO FOGO	ONE FOR TOMOR- ROW
92	RN	405 GESTÃO DE DIREITOS E TERRITÓRIOS COLETIVOS NA GOVERNANÇA DO BEM VIVER E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NO RIO NEGRO	HORIZONT 3000
93	RN-XG-RB	406 DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL NA MESA: PRODUTOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E EXTRATIVISTAS DE ALTO VALOR AGREGADO	BID/FUMIN
94	XG	407 HWÍN MBÊ – ÓLEO DE PEQUI KISÉDJÊ	BACURI
95	XG	408 XINGU INDIGENOUS PARK CLEAN ENERGY PROJECT	MOTT FOUNDA- TION
96	RN	409 FORTALECER A AUTONOMIA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DO NOVO MARCO REGULATÓRIO DA SOCIEDADE CIVIL	UE BRASIL
97	RN	411 BANIWA PEPPER INITIATIVE	GEF
98	RAISG	415 RAISG PLURIANUAL 2016-2020	RFN
99	PPDS	416 PPDS PLURIANUAL 2016-2020	RFN
100	RAISG-XG	417 PAN AMAZONIA E XINGU SOCIOAMBIENTAL	MOORE
101	ESP	418 STRENGTHENING SKILLS TO FOREST PROTECTION	MOORE
102	RN	420 FORTALECENDO A ARTICULAÇÃO DAS MULHERES YANOMAMI	EMB PAÍSES BAIXOS
103	PIB-MAP-RN- -XG	421 POVOS E TERRAS INDÍGENAS: DIREITOS, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE	EMB NORUEGA
104	RN	422 CHEFS TABLE	BPS
105	RB	425 QUILOMBOLAS: BUILDING CAPACITY TO RESIST	UNDEF

DOCUMENTAÇÃO

O que é

Centralizado na sede de São Paulo, funciona como serviço permanente de apoio aos projetos, programas e setores do ISA. É responsável pelo vasto acervo relativo a povos indígenas, populações tradicionais e meio ambiente, formado desde 1974, compreendendo diversos tipos de materiais arquivísticos, audiovisuais, bibliográficos e notícias de jornais. Executa um complexo sistema de rotinas de captação, processamento informatizado, conservação, disseminação e acesso de documentos/informações, tanto para a equipe do ISA quanto para o atendimento de demandas externas. É responsável também pelo cadastro institucional da instituição. Produz um clipping diário de notícias, as Manchetes Socioambientais.

Equipe

Adriana Miranda Martins (estudante de Ciências Sociais, estagiária, a partir de novembro); Claudio Aparecido Tavares (produtor editorial, documentalista); Leila Maria Monteiro da Silva (historiadora, documentalista); Luiz Adriano dos Santos (auxiliar de documentação); Mariana Hessel Pantolfi (estudante de Rádio, TV e Internet, estagiária, a partir de outubro); Patrícia Siqueira Yannaconi (auxiliar de documentação); Raphael Rodrigues Mauro (estudante de Publicidade e Propaganda, estagiário, até setembro); Taina Holanda Caldeira Baptista (estudante de Ciências Sociais, estagiária, a partir de outubro); Vivian Sena de Oliveira (estudante de Design Gráfico, estagiária, a partir de novembro); Vitor Seiji Hirashima (estudante de Comunicação Visual, estagiário, até setembro).

O que foi feito

► Acervo audiovisual

Fotos digitalizadas e processadas	96.830
Fotos indexadas e inseridas na galeria de imagens do ISA	9.214

► Acervo textual

Documentos e livros processados	20.949
Documentos e livros pré-processados	6.943

► Digitalização

Em outubro, retomamos o processo de digitalização do acervo textual. Até o final do ano, foram selecionados, preparados e encaminhados para digitalização:

Tipos de Documentos	Páginas
Artigos de Periódicos	836
Documentos	7.362
Recortes de Jornais	21.955
Total	30.153

► Banco de Notícias

Notícias digitalizadas e processadas	48.897
--------------------------------------	--------

► Manchetes Socioambientais

Assinantes	12.755
------------	--------

► Cadastro institucional

Pessoas e Instituições	34.427
Cadastros atualizados	3.231

► Atendimento

	Acervo textual	Acervo audiovisual	Total
Interno	234	222	456
Externo	83	61	144
Total	317	283	600

► Pesquisa fotográfica e tratamento de imagens

- Calendário da Rede de Sementes do Xingu
- Dossiê Belo Monte: não há condições para a Licença de Operação
- Exposição O Olhar de Hercule Florence sobre os Índios Brasileiros, na Biblioteca Brasileira (pesquisa fotográfica)
- Exposição Variações do Corpo Selvagem: Eduardo Viveiros de Castro, fotógrafo, no SESC Ipiranga (pesquisa fotográfica)
- Impactos da PEC 215 sobre os povos indígenas, populações tradicionais e o meio ambiente
- Manual dos Remédios Tradicionais Yanomami

► Registros fotográficos de eventos

- Fórum Desmatamento Zero: o Brasil por um clima melhor, Tucarena - PUC SP
- Lançamento do livro A queda do céu: palavras de um xamã yanomami, Livraria Cultura, São Paulo
- VIII Feira de troca de sementes e mudas dos quilombolas do Vale do Ribeira, em Eldorado
- Terceira reunião da Aliança pela Água, junho, em São Paulo

► Mala-direta divulgação e distribuição de convites e publicações

Agenda Socioambiental 2016; Bacia do Rio Negro: uma visão socioambiental; Boletim Socioambiental; Deforestación en la Amazonía (1970-2013); Dossiê Belo Monte; Exposição O Olhar de Hercule Florence sobre os Índios Brasileiros; Lançamento do livro Baré: Povo do Rio; Mapa Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira: Pressões e Ameaças 2015; Povos Indígenas no Brasil Mirim; A Queda do Céu; Rotas do Saque; Seminário Licenciamento Ambiental: Realidades e Perspectivas.

► Ficha catalográfica e ISBN

Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca; Bacia do Rio Negro: uma visão socioambiental; Deforestación en la Amazonía (1970-2013); Kumurô: banco tukano; Manejo de peixes e lugares sagrados no baixo rio Uaupés: terra indígena Alto Rio Negro; Povoado indígena de Iauaretê: perfil socioeconômico, atividade pesqueira e dilemas atuais; Rotas do Saque.

► Outras atividades

- Agendinha do ISA 2016

Melhores momentos

As exposições *O Olhar de Hercule Florence sobre os Índios Brasileiros* e *Variações do Corpo Selvagem: Eduardo Viveiros de Castro, fotógrafo* possibilitaram o contato do grande público com fotografias do Acervo do ISA.

GEOPROCESSAMENTO

O que é

Consiste na produção, atualização e divulgação de informações cartográficas e desenvolvimento de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), para fins de monitoramento e elaboração de diagnósticos socioambientais de Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e outras áreas de interesse socioambiental. Atende ainda as demandas internas de projetos e programas do Instituto Socioambiental (ISA) – em desenvolvimento ou em fase de planejamento – bem como demandas de comunidades e parceiros locais, pesquisadores, organizações governamentais e não governamentais, imprensa e público em geral, produzindo informações sobre os aspectos territoriais dos temas trabalhados pelo ISA.

Equipe

Núcleo SP:

Cícero Cardoso Augusto (engenheiro cartógrafo, coordenador)
Rosimeire Rurico Sacó (geógrafa, analista de geoprocessamento)
William Pereira Lima (estudante de geografia, até novembro)

Analistas de geoprocessamento por Programas:

Alicia Rolla (geógrafa, Raisg)
Diego Pinheiro de Menezes (geógrafo, Xingu)
Diego Tanikawa (estudante de geografia, Xingu)
Alana Almeida de Souza (ecóloga, Monitoramento de Áreas Protegidas)
Renata Aparecida Alves (ecóloga, Rio Negro)

Núcleo Regional Xingu:

Juan Doblas (geofísico)
Camila Bonassio (eng. florestal)
Heber Queiroz Alves (biólogo)

O que foi feito

▶ Participação em cursos e eventos

- Curso de Introdução à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), São Paulo/SP; em maio;
- Feira de Geotecnologias – MundoGeo#connect, São Paulo/SP, em maio; Apresentação sobre Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) pela empresa AGX Tecnologia para uso em monitoramento de queimadas no Parque Indígena do Xingu, São Paulo/SP, em junho;
- Treinamento nas ferramentas na plataforma Google Engine, ministrado por Carlos Souza e João Victor (Imazon), em São Paulo/SP, em junho;
- Participação no seminário ‘Geo for Good 2015’, promovido pela Google Outreach, em Mountain View, (Estados Unidos), em julho;
- Participação no seminário no Instituto de Estudos Avançados da USP – Povos Indígenas e Comunidades Locais nos Diagnósticos do Painel da Biodiversidade com a palestra ‘Populações tradicionais e proteção de Unidades de Conservação: o caso da Terra do Meio’.

▶ Programa Rio Negro

- Elaboração do mapa folder: Bacia do Rio Negro, uma visão socioambiental em português e espanhol e duas versões (janeiro e agosto).
- Mapas para os calendários tuyuka do Rio Tiquié para o site e para a publicação.

- Para o seminário Visões do Rio Negro 2, foi desenvolvida uma plataforma interativa de mapeamentos via Google Earth, com base em informações do ISA e parceiros, em colaboração com a Rede Rio Negro.
- No Baixo Rio Uaupés o tema manejo de peixes foi trabalhado junto aos levantamentos de lugares sagrados. Preparamos material cartográfico, fizemos oficinas e reuniões, revisamos os lugares e produzimos 20 mapas (série Cartô 9 a 20, no prelo) um de cada comunidade, com desenhos próprios, textos, fotos e mapa com os nomes dos rios, igarapés, lagos, paranás e orientações dos lugares de uso, de pesca e dos lugares sagrados, resultado de várias etapas desse trabalho junto aos Aimas (Agentes Indígenas) e toda a comunidade.
- No Médio Rio Negro tratamos o tema do manejo de peixes sistematizando o banco de dados de pesca e todas as outras informações acumuladas dos vários atores dos diferentes tipos de pesca. Uma publicação com esses resultados está sendo desenhada, onde se poderá visualizar os lugares de manejo e atenção.

Em São Gabriel da Cachoeira:

- Apoiamos também com mapas e numerologias, o processo de reconhecimento de terras junto à Federação das organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), no Médio Rio Negro (rios Aracá, Demeni, Caurés e região da comunidade Canafé), assim como os levantamentos e análises geográficas e elaboração de mapas sobre os temas de turismo e pesca esportiva no Rio Marié.
- Apoiados pelo laboratório de geoprocessamento do ISA produzimos os mapas para as primeiras oficinas do Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTA) no Alto e Médio Rio Negro, assim como mapas para projetos (BNDES, Fundação Rainforest da Noruega, entre outros) e relatórios, além de mapas de trabalho em campo.

▶ Monitoramento de Áreas Protegidas e Políticas Públicas

- Plotagens de oito Terras Indígenas (TIs) e quatro Unidades de Conservação (UCs);
- Levantamento e sistematização de aproximadamente 200 Unidades de Conservação disponíveis em outros sistemas (Sigel, MMA e Secretaria Estadual do Meio Ambiente);
- Atualização do mapa de TIs Brasil e do mapa de TIs e UCs na Amazônia Legal Brasileira;
- Manutenção de rotinas automatizadas de análise para dados de desmatamento (Deter) e de Focos de Calor, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe);
- Apoio técnico na revisão das informações para o banco de áreas protegidas na web;
- Coleta, organização e sistematização de informações cartográficas e temáticas georreferenciadas para o programa;
- Monitoramento permanente das informações temáticas sobre desmatamento, focos de calor, títulos minerários e energia;
- Atualização dos temas mineração, geração de energia (UHE, PCH, CGH) e petróleo nos sites de TIs e UCs;
- Manutenção de web Services para o subsite caracterização de Terras Indígenas e site de UCs;
- Publicação do Mapa folder “Unidades de Conservação da Amazônia Brasileira – Pressões e Ameaças 2015”;

- Produção de mapas para a realização das visitas e oficinas no âmbito do Sistema de Indicadores Socioambientais para Terras Indígenas (TI Rio Negro Ocaia, TI Sagarana, TI Paraná do Boá Boá, Waimiri Atoari, WaiWai); Produção de mapas para o Dossiê Rondônia;
- Elaboração dos mapas de localização, deslocamento e aldeias dos Araweté para nova edição do livro Araweté;
- Elaboração de mapas para notícias sobre queimadas em TIs (2) e sobre a 13ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios da Agência Nacional de Petróleo (ANP) (12);
- Elaboração de mapas sobre localização dos Projetos de Gestão Territorial em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira;
- Atualização das sobreposições entre TIs e UCs da Amazônia Brasileira;
- Acompanhamento e qualificação de áreas protegidas na mudança da escala para 1:100.000, no âmbito da Amazônia Legal.

► Raisg - Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada

- Adaptação das informações cartográficas e temáticas compiladas pelo Monitoramento/Geo segundo protocolos de compartilhamento para Raisg;
- Atualização de informações para o blog (<http://www.raisg.socioambiental.org>);
- Cômputos e análises de áreas protegidas para uso em mapas;
- Sistematização e consolidação para a Panamazônia, da avaliação do desmatamento por país;
- Análises estatísticas para publicação;
- Ampliação da escala de trabalho 1:100.000 dos territórios indígenas e unidades de conservação;
- Reunião técnica da Raisg para edição da publicação sobre desmatamento histórico, intercâmbio entre os técnicos do GT Desmatamento, São Paulo/SP, em maio;
- Coordenação editorial da publicação Desmatamento na Amazônia (1970-2013), publicado em novembro de 2015, em três línguas;
- Elaboração do mapa Amazônia 2015 Áreas Protegidas e TIs (com desmatamento até 2013), publicado em 3 línguas, em novembro;
- Elaboração do mapa Presiones y Amenazas sobre las ANPs y TIs de la Amazonía, em conjunto com o Instituto del Bién Comum (do Peru), publicado em novembro de 2015;
- Capacitação na plataforma Google Engine para aplicar a metodologia e refiná-la para a avaliação de 2015, ministrado por Carlos Souza e João Victor (Imazon) para membros da Raisg, em São Paulo/SP, em junho;
- Participação na elaboração do Plano Estratégico 2016-2020, Lima/Peru, em setembro;
- Preparação dos dados cartográficos da Raisg sobre mineração, TIs e ANPs para compartilhamento com a plataforma GFW/WRI;
- Negociação e acompanhamento da produção do mapa da Amazônia da revista National Geographic, publicado em setembro.

► Programa Xingu

- Monitoramento contínuo de disponibilidade de imagens Landsat-8 OLI de 2015 e seu processamento;
- Publicação de 247 boletins para “De Olho no Xingu,” sendo 175 boletins de focos de queimada e 72 boletins de alertas de desmatamento distribuídos para aproximadamente 200 parceiros na região dos municípios das cabeceiras do Rio Xingu, Parque Indígena do Xingu, TI Marãiwatsédé, Terras Indígenas Kayapó e região da Terra do Meio;

- Disponibilização de 175 Boletins de focos de queimada para “De Olho no Xingu”, sendo:

- 67 boletins diários para a região das cabeceiras em Mato Grosso para o período de 1º de agosto a 11 de novembro de 2015;

- Cinco boletins mensais focos de queimada para 16 municípios, totalizando 80 boletins;

- Cinco boletins mensais de focos de queimada para sete Terras Indígenas e três Unidades de Conservação, totalizando 28 boletins,

- Publicação dos boletins de alerta ao desmatamento para “De Olho no Xingu” com dados dos sistemas SAD e Deter Foram distribuídos 72 boletins para os períodos dezembro-maio, junho-julho, agosto-outubro, sendo:

- 24 boletins, distribuídos para sete Terras Indígenas e três Unidades de Conservação;

- 72 boletins distribuídos para 15 municípios;

- Mapeamento do desmatamento em 2014 no bioma Cerrado dentro da Bacia do Xingu usando imagens Landsat-8 OLI;

- Atualização constante do banco de alertas de desmatamento/degradação e focos de queimada e dos dados de desmatamento dos sistemas SAD e Deter;

- Elaboração de figuras e apresentações para 40 solicitações de colaboradores do Programa Xingu;

- Disponibilização de WMS (Web Map Services) para construção da plataforma Observatório do Xingu;

- Produção de mapas para o vídeo de lançamento do portal da Rede de Sementes do Xingu;

- Produção de mapas para o vídeo “Para onde foram as andorinhas” apresentado na COP em Paris;

- Fornecimento de dados para elaboração do vídeo “Exit”, produzido por Bruce Albert com apoio da Foundation Cartier pour l’art contemporain e apresentado na COP em Paris;

- Produção de figuras apresentadas no Fórum Desmatamento Zero realizado em setembro de 2015 pela Folha de São Paulo;

- Participação no grupo “Diálogos sobre a Amazônia” organizado pelo IEA da USP e IDS (Instituto Democracia e Sustentabilidade).

Parque Indígena do Xingu

- Repasse de procedimentos e arquivos para monitoramento de focos de queimada diretamente pela equipe e parceiros indígenas;

- Mapeamento do histórico de áreas queimadas no interior do PIX através da interpretação visual de imagens orbitais (sob condução de Fábio Garcia Moreira),

- Atualização permanente dos bancos de aldeias e etnias do PIX;

- Cômputos de focos de queimada em 2015;

- Mapas de apoio ao pessoal de campo do PIX e do projeto de Gestão do PIX;

- Pesquisa de informações para elaboração de Termo de Referência para a aquisição de um veículo aéreo não tripulado (VANT) para monitoramento dos vetores de pressão no Parque Indígena do Xingu;

- Duas oficinas de informática e cartografia participativa, uma em Canarana/MT no mês de junho e a outra no PIX, em outubro;

- Análise de desmatamento em 2015 no entorno do PIX em atendimento à solicitação do Ministério Público Federal em Mato Grosso.

Terra do Meio

- Monitoramento contínuo do território da Terra do Meio mediante idas a campo, na região de fronteira Igarapé Aurora, Parque Nacional (Parna) Serra do Pardo, sobrevoos (quatro sobrevoos realizados, de aproximada-

mente 7.200 km) e mapeamento sobre imagens de satélite. Elaboração de mapas associados;

- Publicação Rotas do Saque sobre a evolução dos vetores de pressão na Terra do Meio no período 2011-2014, com ênfase nas invasões afetando a TI Cachoeira Seca e a Resex Riozinho do Anfrísio;
- Apoio técnico à prefeitura de Brasil Novo para a formulação do projeto 'Produtores d'água', projeto de pagamento por serviços ambientais (PSA), a ser implementado em 2016;
- Definir, apoiar e supervisionar a realização de pesquisas de campo orientadas à caracterização de vetores de pressão na Resex Riozinho do Anfrísio (PA Campo Verde). Propiciar, apoiar e qualificar ações de fiscalização dos órgãos responsáveis pelas Áreas Protegidas da Terra do Meio: fiscalizações no Riozinho do Anfrísio (duas), na Terra Indígena Cachoeira Seca, na Estação Ecológica (Esec) Terra do Meio e no Parna Serra do Pardo;
- Denúncias da intensificação de exploração madeireira ilegal e outras invasões elaboradas e protocoladas ao longo do ano: Floresta Estadual do Iriri, Resex Riozinho do Anfrísio, TI Cachoeira Seca, Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu;
- Realização de oficinas de mapeamento com pescadores afetados pela UHE Belo Monte. Elaboração de oito mapas de impacto, incluídos na publicação Atlas dos Impactos da UHE Belo Monte;
- Realização de três módulos de formação de indígenas e ribeirinhos em tópicos de cartografia, manuseio de GPS e elaboração de relatórios de fiscalização.
- Elaboração de mapas com análises de desmatamento e participação em grupos de trabalho sobre o desmatamento no município de Brasil Novo;
- Participação (apresentação de situação de integridade territorial) em conselhos consultivos de Unidades de Conservação da Terra do Meio: Parna da Serra do Pardo, Floresta Estadual do Iriri, Estação Ecológica da Terra do Meio, foros estaduais (Programa Municípios Verdes) e federais (Câmara Técnica 1 do PDRSX);
- Mapeamento in situ de castanhais em áreas de conflito de uso (Parna da Serra do Pardo), realização de mapas associados;
- Organização de 9ª Reunião da Rede Terra do Meio em Altamira.

▶ Programa Vale do Ribeira

• Organização e atualização do banco de dados do Ribeira, para a elaboração e produção de mapas diversos:

- Bacia do Ribeira para artigo elaborado por Kjersti Thorkildsen;
- Quilombos para Calendário 2016;
- Sub-Regiões da Bacia do Rio Ribeira de Iguape.

Impressões de:

- Cartazes "Formações de Agentes Socioambientais" na plotter;
- Fotos para a feira de sementes.

- Plano Diretor para recomposição florestal visando à conservação de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio ribeira de Iguape e Litoral Sul;
- Entrega dos ajustes solicitados pelo Fehidro para o modelo de metadados (de acordo com planilha SMA);
- Projetos de pagamento por serviços ambientais (PSA);
- Sistematização das bases cartográficas e disponibilização das informações;
- Relatório técnico e metadados do projeto PSA (1ª parcela).

▶ Núcleo de Geoprocessamento

• Busca armazenamento e manutenção de dados espaciais em bancos de dados corporativos;

- Disponibilidade de dados geográficos através de Web Services;
- Modelo de dados permanente para a estrutura de armazenamento;
- Revisão das fontes de dados cartográficos para monitoramento;
- Reunião entre analistas de SIG e os núcleos de GEO, (Monitoramento, Xingu e Rio Negro)
- Busca de ferramentas interativas para aplicações Web;
- Apoio e desenvolvimento de atividades junto aos programas;
- Capacitação e apoio técnico aos especialistas e estagiários;
- Conversão, sistematização e documentação da mapoteca analógica para digital;
- Implementação da rotina de backup diário das máquinas do GEO e especialistas;
- Apoio cartográfico para a elaboração do mapa Guarani Continental;
- Apoio na produção e geração de mapas e análises para a Aliança pela Água;
- Apoio à Campanha Guarani, através da consolidação das informações e elaboração do mapa Guarani Continental, que apresentará as comunidades Guarani dos cinco países da América do Sul: Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai (previsão de finalização: maio de 2016);
- Produção e impressão de mapas para curso "Formar PNGATI/RCA".

Indicadores

Mapas impressos em papel e em formato digitais utilizados pelos programas do ISA em suas atividades e distribuídos entre outras instituições, parceiros e uso interno;

	digital	impresso
Monitoramento	-	137
Rio Negro	-	237
Xingu	247	90
Ribeira	3	38
Outros	8	125
total	247	627



Avaliação

Em 2015 houve redução da equipe, prejudicando a transferência de conhecimento e apoio aos especialistas. Essa situação, aliada às mudanças tecnológicas e de funcionamento das equipes do ISA, com ampliação dos núcleos de GEO nos programas regionais, levou a equipe de GEO a iniciar discussão sobre a necessidade de mudanças no modelo em curso.

Posteriormente, por solicitação da Secretaria Executiva, foram organizadas reuniões com os programas para ampliar a discussão, o que resultou numa proposta de mudança aprovada em dezembro/2015, para ser implementada a partir de 2016. A principal mudança está relacionada ao papel e tamanho do GEO, considerando as necessidades de autonomia das equipes e preservação técnica das bases de dados do ISA.

Ainda assim, foi possível, em função dos conhecimentos e capacidades acumuladas, atender demandas não previstas, internas e externas, apoio técnico e operacional, assim como promover a capacitação da equipe em ferramentas de geoprocessamento. Mas é necessário inovar e buscar novas tecnologias, principalmente com ferramentas relacionadas a banco de dados e web.

Perspectivas

- Finalizar o processo de organização e sistematização dos arquivos convertidos da mapoteca analógica;
- Realizar novos treinamentos e capacitar tecnicamente a equipe;
- Integração dos dados geográficos em banco de dados corporativo para disponibilização na internet;
- Implementar a nova estrutura operacional do Geoprocessamento com a denominação de GeoServiços. Investir no uso de ferramentas de gestão para acúmulo de informações técnicas e memória;
- Estudos para absorção de novas ferramentas tecnológicas e produtos orbitais com o objetivo de atender as novas demandas dos programas e projetos (videografia, fotografias aéreas, imagens de satélites, veículos aéreos não tripulados - VANTs, etc).

Produtos

- Mapa folder da Bacia do Rio Negro (2ª. edição);
- Mapa Desmatamento na Amazônia (1970-2013) (português espanhol e inglês (Raisg));
- Mapa Amazônia 2015 – Áreas Protegidas / Territórios Indígenas (desmatamento 2000-2013) – versão também em espanhol e inglês;
- Mapa Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira – Pressões e Ameaças 2015;
- Publicação Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca;
- Publicação Rotas do Saque – Violações e ameaças à integridade territorial da Terra do Meio (PA).

Atualizações

- Mapa Terras Indígenas no Brasil;
- Mapa Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia Legal Brasileira;
- Estatísticas de terras na Amazônia Legal Brasileira e no Brasil;
- Análises de dados geográficos e estatísticos para Programa Xingu, Rio Negro, Vale do Ribeira e Monitoramento (Prodes e títulos minerários em TIs);
- Mapa do Corredor de Diversidade Socioambiental do Xingu – desmatamento até 2014;
- Mapa Cabeceiras do Xingu – desmatamento até 2014;
- Carta Imagem das Cabeceiras 2015;
- Cartograma de focos de calor 2015 (Boletins “De Olho no Xingu”);
- Carta Imagem da Bacia do Xingu 2015.

INFORMÁTICA

Equipe

- Antenor Bispo de Moraes (administrador de empresas, coordenador)
- Luiz Carlos da Silva (analista de sistemas, auxiliar de suporte)
- Oséas Pires Marques (analista de sistemas, assistente de informática)

O que foi feito

- Substituição do sistema de e-mail: Sai → Zimbra, entra → Google/Gmail;
- Suporte de Informática no Curso de Geoprocessamento do PIX;
- Manutenção da rede de Informática em Eldorado/SP.

Números da Informática

- 265 computadores (101 desktops; 164 notebooks)
- 7 servidores
- Ambiente virtual com 26 servidores
- Capacidade de armazenamento de 50 terabytes

Suporte e serviços de rede

- 1.761 atendimentos
- 1.496 horas gastas em suporte

Serviço de e-mail

- 194 caixas postais
- 4.604.324 mensagens processadas

Pessoal

- 161 colaboradores.

PROGRAMAS

MONITORAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS

O que é

O Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas pesquisa, analisa e divulga informações sobre os processos de reconhecimento das Terras Indígenas e a criação e efetivação das Unidades de Conservação (UCs) federais e estaduais. Além disso, atua propositivamente participando de fóruns, redes e consultas que influenciam as políticas públicas e ações do Estado voltadas à defesa dos direitos coletivos, da proteção e conservação ambiental. Esse trabalho iniciou-se no antigo Cedi - Centro Ecumênico de Documentação e Informação -, em 1983, com o monitoramento de TIs no Brasil e foi ampliado, em 1992, para as UCs e outras áreas públicas. O Cedi foi uma das organizações que deram origem ao ISA.

As atividades baseiam-se na pesquisa, organização e disponibilização de informação. A atividade de pesquisa sobre as Áreas Protegidas e a política nacional ambiental e indigenista é diária. O monitoramento e a indexação dos dados georreferenciados são mediados por um Sistema de Informação Socioambiental de Áreas Protegidas (SisArp), que possibilita o resgate da informação em diversos recortes espaciais (UF, Área Protegida, Bioma, Jurisdição Legal), temáticos (Terras Indígenas, e Unidades de Conservação, Notícias, Pesquisas, Projetos, Pressões e Ameaças, Processos Judiciários e Atos Legislativos, entre outros) e em diferentes níveis de profundidade. As informações organizadas e classificadas são georreferenciadas e disponibilizadas por meio de diferentes meios: publicações impressas, arquivos digitais, site de informações e mapas online. Isso contribui para produzir reflexões e análises sobre as diversas situações das Áreas Protegidas em relação às características ambientais, como a proteção dos diferentes tipos de cobertura vegetal; à gestão e administração territorial; aos projetos realizados por comunidades (agrobiodiversidade, educação, cultural, gestão territorial); ao histórico de pressões antrópicas (desmatamento, mineração, obras de infraestrutura), entre outros.

O trabalho realizado pelo programa, em cooperação com o Laboratório de Geoprocessamento é a base para a articulação e criação da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), que reúne instituições de oito países amazônicos para consolidar uma base de dados qualificada sobre a região, que permita a produção de conhecimento e subsidie os atores locais. O ISA coordena a rede e é responsável pela consolidação, sistematização e padronização dos dados.

Fontes de financiamento

Embaixada da Noruega
Cafod – Agência Católica para o Desenvolvimento
Fundação Gordon e Betty Moore

Equipe

Coordenação: Fany Pantaleoni Ricardo (pesquisa sobre situação das TIs e Povos Indígenas);

Coordenação adjunta: Selma Aparecida Gomes (participação nos diagnósticos nas TIs e Indicadores)

Silvia de Melo Futada, bióloga, responsável pelas pesquisas relativas às UCs, editora do site de UCs no Brasil e integrante da equipe do Sistema de Indica-

dores Socioambientais de Terras Indígenas (SisTI); **Tiago M. Santos**, antropólogo, participa nos diagnósticos das TIs e indicadores e é gestor do site de TIs; **Marina Spindel** (Gestão Ambiental) responsável pelo monitoramento de ações dos poderes executivos estaduais em relação às UCs e participa do site de UCs; **Tatiane Klein** (Gestora web do site PibMirim, compõe o Comitê Nacional de Mobilização Indígena pelo ISA); **Marília Senlle** (Pesquisa sobre organizações indígenas e seus projetos e inclui no SisArp e participação nos diagnósticos de TIs e indicadores); **Isabel Harari** (Gestora web do site PibMirim e compõe o Comitê Nacional de Mobilização Indígena pelo ISA); **Bruno Bevilacqua** (Gestor web do site Povos Indígenas no Brasil); **Rafael Pacheco** (Estagiário - pesquisa e inclui no SisArp notícias de mais de 60 fontes na mídia disponibilizada na internet); **Gustavo Rubio** (Estagiário, inclui as notícias antigas digitalizadas no SisArp); **Luana Lopes de Lucca** (Estagiária em Gestão Ambiental, monitora notícias sobre as UCs e temas correlatos e eventos de interesse); **Paloma Costa** (Estagiária de Direito, pesquisa as ações existentes no STJ e STF contra as TIs); **João Ricardo Rampinelli** (Analista web); **Silvio Carlos** (Analista web); **Danielle Campos** (Programadora web), **Alana Almeida** (Analista geoprocessamento).

Retaguarda institucional

Alex Piaz, bacharel em Marketing, analista web; **Hebert Valois Rios Piauhy** (design web); **Alicia Rolla**, geógrafa, analista de geoprocessamento; **Cícero Cardoso Augusto**, engenheiro cartógrafo, coordenador de Geoprocessamento; **Rosimeire Rurico**, geógrafa, analista de geoprocessamento; **Daniilo Pereira Leite**, estagiário (Geografia) até setembro 2014 e **William Pereira Lima**, estagiário (Geografia)

Consultor SisUC - Carlos Eduardo Marinelli, biólogo

Linhas de ação

- Promover a integração e a complementaridade entre as ferramentas desenvolvidas no programa e as iniciativas de gestão dos parceiros e das políticas públicas
- Fortalecer e articular redes de colaboradores para adensar informações sobre TIs e UCs
- Fomentar nas redes a adoção dos sistemas participativos de indicadores socioambientais para Terras Indígenas (SisTI) (planos de gestão, planos de vida, diagnósticos locais, Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), entre outros).
- Monitoramento e proposição de alternativas às políticas públicas: dar continuidade à sistematização e monitoramento de dados socioambientais de Áreas Protegidas, tais como a evolução dos processos de regularização fundiária das TIs, mapas georreferenciados com os limites de TIs e UCs, incidência de desmatamentos, focos de incêndios e pretensões minerárias em TIs e UCs, entre outros.
- Fortalecimento institucional dos parceiros locais.

O que foi feito

- Incorporação/atualização de limites de cinco TIs e 10 Unidades de Conservação ao banco de dados geográficos da Amazônia.
- Manutenção de rotinas automatizadas de análise para dados de desmatamento (Deter) e de Focos de Calor, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

- Monitoramento permanente das informações temáticas sobre desmatamento, focos de calor, títulos minerários e energia.
- Atualização dos temas mineração, geração de energia (UHE, PCH, CGH) e petróleo nos sites de TIs e UCs.
- Atualização das sobreposições entre TIs e UCs da Amazônia Brasileira.

Publicações e comunicação

- Lançada a análise e publicação *Impactos da PEC 215/200 sobre os povos indígenas, populações tradicionais e o meio ambiente*, que apresenta como a proposta de alteração no reconhecimento de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas ameaça o direito dos povos indígenas e populações tradicionais à terra – o direito de todos os brasileiros a um meio ambiente equilibrado. O relatório está disponível para download no site do ISA [<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/pec-215-pode-paralisar-228-processos-de-demarcacao-de-terras-indigenas>]
- Análise e divulgação sobre o leilão da 13ª rodada de blocos exploratórios de petróleo e gás realizada pela ANP. Foi feita uma breve análise dos possíveis impactos da exploração dos blocos ofertados nas Unidades de Conservação e Terras Indígenas próximas e um levantamento com base em dados cartográficos elaborados pelo programa: TIs e UCs serão afetadas por blocos exploratórios de petróleo e gás que foram a leilão em 6 de outubro. [<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/tis-e-ucs-serao-afetadas-por-blocos-exploratorios-de-petroleo-e-gas-que-irao-a-leilao-nesta-quarta>]
- Semana Meio Ambiente: “Agrobiodiversidade: é da terra que vamos buscar do que viver!”. Ao longo de junho, mês em que se celebra o Dia Internacional do Meio Ambiente, o ISA preparou uma série de conteúdos especiais sobre um tema essencialmente vinculado aos direitos socioambientais: a agrobiodiversidade. A agrobiodiversidade – ou diversidade agrícola – envolve dinâmicas históricas e evolutivas do cultivo das plantas pelos povos em seus territórios, numa interdependência extremamente complexa. Assim, a partir do conteúdo dos programas do ISA, principalmente das comunidades indígenas e tradicionais com as quais a instituição trabalha – no Rio Negro, no Parque Indígena do Xingu, na Terra do Meio, em Roraima, no Vale do Ribeira – foram levantados alguns exemplos dessa integração: as roças de pimenta dos índios Baniwa, as diferentes variedades de amendoim dos índios Kaiabi do Xingu, o mel dos quilombolas do Vale do Ribeira, o mel e o pequi dos índios do Xingu. Acesse: [<http://www.socioambiental.org/pt-br/tags/agrobiodiversidade>].
- Para ampliar a divulgação dos produtos do Programa e do tema Povos Indígenas no Brasil, organizou-se uma agenda de trabalho conjunta com o setor de Comunicação e o Programa de Política e Direito Socioambiental (PPDS). Nesse sentido, o programa fortaleceu a estratégia de publicar reportagens no site do ISA sobre a situação específica de povos e Terras Indígenas, além de Unidades de Conservação, chegando à marca de 17 reportagens relacionadas a direitos territoriais indígenas, além de dois especiais interativos na forma de linha do tempo.
- Atualização do mapa de TI Brasil e do mapa de TIs e UCs na Amazônia Legal Brasileira.
- Lançamento do mapa *Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira: ameaças e pressões* no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, setembro/2015, Curitiba.
- O ISA apoiou o VII SAPI (Simpósio de Áreas Protegidas e Inclusão Social), realizado em Florianópolis, em novembro/2015, através de diversas reuniões para estruturação programática e outras contribuições.

O Sistema de Áreas Protegidas (SisArp) teve acrescentadas as seguintes funcionalidades:

- Melhoria no mecanismo para sistematização de notícias com o acréscimo de novos campos para melhor taxonomia das informações.
- Desenvolvimento de uma interface para geração de relatórios sobre notícias. Tal interface permite extrair informações a partir de diversos filtros, ou ainda, saídas no formato de cômputos totalizadores.
- Reestruturação de mecanismos para monitorar ocorrências de pressões e ameaças incidentes sobre terras indígenas, unidades de conservação e quilombos.
- Desenvolvimento de estrutura para associar notícias a ocorrências de pressões e ameaças incidentes sobre Terras Indígenas, Unidades de Conservação e quilombos. Tal desenvolvimento é importante para agregar maior legitimidade às informações sobre pressões incidentes nos territórios assimilando novas fontes de denúncia.
- Ajustes nos relatórios de informações gerais de Unidades de Conservação para inclusão de informações sobre planos de gestão.
- Ajustes nos relatórios de informações gerais de projetos para inclusão de informações sobre enfoque e denominação de projetos.
- Ainda foram feitos desenvolvimentos para melhoria de segurança da informação e atualização de software para manutenção da infraestrutura do SisArp como um todo.

As estruturas de **web service**, além de melhorias relativas à aspectos de segurança e atualização de software, receberam os seguintes aprimoramentos:

- Desenvolvimento de novo ranking de desmatamento para Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Tal ranking leva em consideração informações sobre a área de cobertura florestal de cada área protegida, possibilitando maior precisão sobre a informação de desmatamento incidente. Implementação da internacionalização de cômputos sobre informações de Unidades de Conservação. Foram disponibilizados (em inglês e em espanhol) 16 possibilidades de cômputo, que permitem gerar totalizadores com diversos recortes de informação.
 - Ajustes na estrutura de informação relacionada a organizações indígenas para que possam ser disponibilizadas informações sobre organizações indígenas que estão em atividade e organizações indígenas que deixaram de existir. Tal implementação é importante para permitir análises sobre a capacidade de articulação/representatividade das comunidades.
 - Desenvolvimento de mecanismo para filtragem de informações sobre Terras Indígenas (TIs). Tal funcionalidade permite a possibilidade de extrair informações sobre TIs combinando diversos filtros. Este desenvolvimento é importante para a nova versão do site de TIs que contará com mecanismos de buscas e filtros mais refinados.
 - Por fim, teve início a definição de protocolos e análise de tecnologias para o desenvolvimento de uma interface pública para disponibilização de dados. Ponto este fundamental para que parceiros possam consumir informações geradas em nossos sistemas e banco de dados.
- Diversos encontros** foram efetuados com o intuito gerar uma maior disseminação do SisArp e criação de sinergia com possíveis parceiros.
- Destaca-se encontro realizado com Rafael Fonseca, representante do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) no âmbito do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR). Tal encontro serviu tanto para uma apresentação de ambos os sistemas (SisArp x SiBBR), bem como para o diagnóstico de possíveis pontos para parceria e convergência de informação.

- Outro encontro a ser destacado, foi realizado com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Neste encontro apresentamos o Sisarp e discutimos possíveis formas de colaboração.
- O SisArp foi apresentado no Seminário sobre Gestão de Plataformas de Monitoramento de Políticas Públicas Ambientais realizado em Brasília no mês de junho. Tal iniciativa se deu no espaço reservado para troca de experiências entre iniciativas de monitoramento, no qual a WWF apresentou o Observatório de UCs e a Conservation International (CI) apresentou o Inovacar.
- Ocorreram dois encontros com membros do Instituto de Desenvolvimento da Amazônia (Idesam) afim de apresentar iniciativas e ferramentas de ambas as instituições. O intuito foi criar sinergia entre as duas instituições para que no futuro seja possível realizar trocas de informação e geração de produtos em conjunto.
- Ainda foi realizado um encontro com lideranças indígenas do Rio Negro onde se apresentou o SisArp e demais plataformas de informação existentes no ISA. Abriu-se assim um canal de diálogo para possíveis intercâmbios de informações.

Monitoramento das Terras Indígenas no Brasil

O que é

Trata-se de um conjunto de rotinas de pesquisa e sistematização de um amplo conjunto de informações referentes às Terras Indígenas no Brasil, que são analisadas e disponibilizadas para o público por meio dos sites do ISA (Povos Indígenas no Brasil e De Olho nas Terras Indígenas), e também em análises customizadas, seja para outros programas da instituição ou para parceiros indígenas e não indígenas. Os resultados das pesquisas são disponibilizados também em publicações impressas e mapas customizados.

Diariamente são coletadas informações referentes ao estatuto jurídico das TIs por meio dos atos do Executivo, e das ações no Judiciário contra elas; pesquisas sobre a incidência de projetos de obras e infraestrutura, informações sobre as principais pressões que ameaçam sua integridade, além de um quadro detalhado dos projetos e parcerias desenvolvidos em cada uma delas. O resultado é um panorama do uso dos recursos por suas populações, complementado por um conjunto de informações etnográficas e demográficas, incluindo notícias da mídia local e nacional, que permite a elaboração de cenários e diagnósticos que visam subsidiar e influenciar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas no Brasil.

Linhas de ação

1. Além das pesquisas diárias sobre o reconhecimento das TIs acompanhamento dos projetos de Lei e projetos de Emendas Constitucionais no Legislativo e das políticas voltadas às Terras Indígenas no Executivo; das pressões e ameaças contra as TIs e as obras de infraestrutura; captura de notícias em mais de 160 fontes na internet; pesquisa sobre as organizações indígenas, projetos, parcerias e aldeias. Sistematização dessas pesquisas no Banco de Dados Sistema de Informações de Áreas Protegidas (SisArp).
2. Produção e divulgação de informações sobre Terras Indígenas em documentos, livros e internet.
3. Construção de retratos socioambientais de Terras Indígenas, com pesquisadores indígenas e comunidades, que sirvam de subsídios para as comunidades e organizações indígenas discutirem diretrizes para a gestão dos problemas socioambientais de seus territórios.
4. Produção e divulgação de análises socioambientais de Terras Indígenas e materiais específicos para as comunidades indígenas a partir da integração das informações de campo e de dados secundários de caracterização e contextualização das Terras Indígenas.
5. Ampliação do diálogo entre as comunidades indígenas e os gestores de políticas públicas voltadas aos povos indígenas.
6. Construção de Indicadores Socioambientais para Terras Indígenas.

O que foi feito

► Balanço da situação jurídica das TIs no Brasil, a partir das ações governamentais

• No reconhecimento das Terras Indígenas:

No ano de 2015 a extensão das Terras Indígenas na Amazônia brasileira aumentou em mais de 2 milhões e meio de hectares. O total da extensão das Terras Indígenas da região passou para quase 114 milhões de hectares (113.959.902). O conjunto das Terras Indígenas na Amazônia tem menos de 2% de desmatamento em seus perímetros.

No início de 2015 foi criado um GT para estudos de identificação da TI Auati-Paraná, dos índios Ticuna, no Amazonas. Foram criados três Grupos Técnicos para identificar novas TIs, duas no Nordeste e uma em Paraty/RJ. Ao longo do ano foram aprovados quatro estudos de identificação: TI Riozinho, dos Ticuna e Kokama, no Amazonas, com 362.495 hectares; da TI Kaxuyana-Tunayana para os índios do mesmo nome, no Pará e Amazonas, com 2.184.120 hectares; e da TI Cobra Grande, dos índios emergentes Tapajó, Arapiuns e Jaraqui, no Pará, com 8.906 hectares. Foi aprovado também o estudo de identificação da TI Comexatiba, com 28 mil hectares, dos Pataxó, no Sul da Bahia, mas a terra sofre diversas contestações: por parte do Incra, pois se sobrepõe a dois assentamentos da reforma agrária, em um deles em quase 100%; pelo ICMBio, porque se sobrepõe em 15% ao Parque Nacional do Descobrimento; e por 78 hotéis, pousadas e outras propriedades.

Um avanço para os índios que vivem fora da Amazônia foi a Declaração da TI Jaraguá, dos Guarani Mbyá, na cidade de São Paulo, com 532 hectares, após muita luta, manifestações e ocupações realizadas por eles e seus parceiros. O reconhecimento, porém, causou muitas reações e está sendo julgado no Supremo Tribunal Federal (STF).

As TIs fora da Amazônia em geral têm pequenas extensões e sofrem com conflitos intensos, pois são terras densamente ocupadas e com forte assédio de outros proprietários.

Foram também declaradas pelo ministro da Justiça as TIs Tremembé da Barra do Mundaú, do povo Tremembé, no Ceará, com 3.580 hectares; e a TI Ponciano, do povo Mura, no Amazonas, com 4.329 hectares.

No Médio Rio Negro foi decidida a realização do levantamento fundiário da área proposta para a TI Uneixi/Jurubaxi, em processo administrativo de delimitação. Em relação ao GT relativo a TI em Barcelos, o novo coordenador da CGID, da Funai, disse que no início de 2016 daria uma data limite para que o antropólogo coordenador do GT de delimitação entregue o Relatório de Identificação.

Na Semana do Índio, a presidente Dilma Rousseff assinou decretos homologando três TIs: duas no Amazonas – TI Setemã, do povo Mura, com 49.772 hectares, e TI Mapari, do povo Kaixana, com 157.246 ha – e uma no Pará – TI Arara da Volta Grande do Xingu, dos povos Arara e Juruna, com 25.524 ha. Já no final do ano, logo após a realização da etapa nacional da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista em dezembro, a presidente homologou outras quatro TIs, todas no Amazonas – a TI Arary, do povo Mura, com 40.548 ha; a TI Banawá, do povo Banawá, com 192.659 ha; a TI Cajuhiri Atravessado, dos povos Kambeba, Miranha e Ticuna, com 12.455 ha; e a TI Tabocal, do povo Mura, com 907 hectares.

► Projetos e Parcerias

O Sistema de Áreas Protegidas (SisArp) tem hoje 2030 projetos cadastrados. São projetos implementados nas Terras Indígenas e/ou que possuem participação de organizações indígenas. Os projetos executados nos últimos cinco anos estão disponibilizados no site De Olho nas Terras Indígenas (ti.socioambiental.org).

Em 2015 foram cadastrados 66 projetos no SisArp, com valor total de R\$ 603.463.710. Os projetos cadastrados iniciaram execução entre 2014 e 2015, voltados em sua maioria, à elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTAs) ou outras atividades ligadas à gestão do território, como etnomapeamento e fiscalização. É de grande

relevância a publicação, no período, dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia com essa mesma finalidade, contribuindo para o processo de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental (PNGATI). Vale o destaque para o convênio firmado com a Associação Apiwtxa, do povo Ashaninka da TI Kampa do Rio Amônia, situada no Alto Juruá, no Acre, por tratar-se do primeiro convênio entre uma organização indígena e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que gere o Fundo.

• Organizações indígenas

Atualmente, o Sistema de Áreas Protegidas (SisArp) possui 915 organizações indígenas cadastradas em TIs e disponibilizadas nos sites De Olho nas Terras Indígenas [ti.socioambiental.org] e Povos Indígenas no Brasil [pib.socioambiental.org]. Além das informações de Terras Indígenas e povos, as organizações têm informação dos projetos e pesquisas que realizam ou em que atuaram em parceria, informação de endereço, CNPJ, nomes anteriores, diretoria e instrumentos de comunicação, informação também disponibilizada no site Povos Indígenas no Brasil.

Em 2015 foram cadastradas 44 organizações, com predomínio de organizações dos Estados do Amazonas e Mato Grosso.

• Notícias Atuais

Diariamente monitoramos as notícias produzidas pela mídia local dos estados e municípios, bem como pelos veículos nacionais e internacionais a respeito das populações e Terras Indígenas no Brasil. Essa atividade é realizada a partir da consulta em mais de 160 fontes da mídia nacional e regional.

Em 2015 foram inseridas no SisArp:

- 3.793 notícias antigas (anteriores a 1/01/2001)
- 3.054 notícias atuais, de veículos de pequena e grande circulação.

No ano de 2015, foi publicado um especial na forma de linha do tempo que teve por base pesquisas no acervo de notícias antigas [A vida e a luta de Marçal de Souza Tupã'i - <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/a-vida-e-a-luta-de-marcal-de-souza-tupai>], além de 17 reportagens baseadas no monitoramento diário de fontes noticiosas e de Terras Indígenas.

► Site De Olho nas Terras Indígenas no Brasil

<http://ti.socioambiental.org>

É um painel de indicadores socioambientais que reúne dados comparativos sobre temas como pretensão minerária, direitos territoriais, desmatamento e sociodiversidade, apresentados na forma de mapas, gráficos dinâmicos e rankings. O conteúdo do site está organizado em torno de seis temas principais: Povos, Línguas e Demografia; Direitos Territoriais; Gestão; Ambiente; Sobreposição; e Pressões e Ameaças. Este painel foi elaborado a partir do SisArp, alimentado diariamente pelas rotinas de pesquisa iniciadas na década de 1980, que abrange notícias a partir da década de 1940.

De janeiro a dezembro de 2015 o site De Olho nas Terras Indígenas teve 200.095 visualizações de página.

► Sistema de Indicadores Socioambientais para Terras Indígenas (SisTI)

O Sistema de Indicadores Socioambientais para Terras Indígenas é uma ferramenta de monitoramento local participativo para a coleta e organização de informações socioambientais e disseminação de indicadores de sustentabilidade para Terras Indígenas em processo de desenvolvimento pelo Programa de Monitoramento.

• Grupo de trabalho para definição de indicadores socioambientais para Terras Indígenas

No segundo semestre de 2015 a equipe do Monitoramento deu início a um grupo de trabalho semanal com a pesquisadora Marta Maria do Amaral Azevedo, coordenadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo) da Unicamp. Nas sessões do grupo, além de rever a bibliografia de referência sobre o tema, o grupo tem trabalhado no aperfeiçoamento de parâmetros para avaliação socioambiental das Terras Indígenas. Para compor os indicadores estão sendo considerados tanto os dados coletados em campo pelos pesquisadores indígenas, como os dados secundários monitorados pelo ISA.

Desde 2012 o ISA, em conjunto com seus parceiros, realizou experiências de levantamento de informações socioambientais de forma participativa em 10 Terras Indígenas (TIs Anta, Raimundão, Sucuba, Pium e Boqueirão – na região do Taiano/RR; TI Waiwai/RR; TIs Anaro, Ananás e Ponta da Serra – na Região do Amajari/RR; e TI Waimiri Atroari). Em 2015, novas experiências passaram a ser desenvolvidas em três outras Terras Indígenas (TI Yanomami/RR, na Região de Auaris; na TI Paraná Boá Boá/AM, Aldeia Jeremias; e na TI Sagarana/RO).

No total foram qualificados 47 pesquisadores indígenas de oito etnias (Macuxi, Wapixana, Waiwai, Waimiri Atroari, Maku Nadeb, Ye'kwana e Wari) para a realização de levantamentos socioambientais participativos. Além das informações do levantamento, ainda foram realizadas ações específicas de acordo com a demanda apresentada pelas comunidades: treinamento dos Waiwai para o mapeamento dos castanhais e debates sobre saúde e segurança alimentar entre a comunidade Ye'kwana e os gestores da saúde indígena na região de Auaris, TI Yanomami.

As informações do levantamento socioambiental, geradas a partir da aplicação do SisTI, têm sido usadas pelas comunidades indígenas e parceiros para dialogar com o poder público e organizações parceiras e para definir estratégias para gestão territorial e ambiental da Terra Indígena. Para facilitar o uso da informação no diálogo com o gestores públicos, a equipe do Programa de Monitoramento tem editado publicações para cada levantamento, destacando as informações levantadas e as demandas das comunidades.

Os principais parceiros nas ações relacionadas ao SisTI foram:

- CIR – Conselho Indígena de Roraima
- AIPW - Associação Indígena do Povo Waiwai
- Cimi/Tefé – Conselho Indigenista Missionário
- Comunidade Maku da Aldeia Jeremias - Terra Indígena Paraná Boá Boá – AM
- PWA – Programa de Apoio ao Waimiri Atroari
- Apyb – Associação do Povo Ye'kwana do Brasil
- Sesai – Secretária de Saúde indígena/DSEI-Yanomami
- Funai – Fundação Nacional do Índio – RR
- Kanindé – Associação de Defesa Etnoambiental
- Associação Indígena da TI Sagarana - RO

• Terras Indígenas na região do Amajari – RR

ISA e CIR promoveram, nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2015, a reunião de validação dos dados socioambientais levantados pelos pesquisadores indígenas em cinco comunidades de três Terras Indígenas na região do Amajari: Ponta da Serra, Anaro e Ananás.

Os pesquisadores indígenas que participaram do projeto apresentaram as informações do levantamento e as demandas das comunidades das TIs da região do Amajari.



© Selma Gomes/ISA

Os pesquisadores indígenas Edivaldo, Vanderly e Venilton apresentaram as demandas das comunidades Macuxi e Wapixana do Amajari (RR), em reunião de validação dos dados.

As demandas de saúde foram debatidas diretamente com a Coordenadora Distrital do DSEI Leste de Roraima.

• TI Waiwai (RR)

Na TI Waiwai a validação dos dados ocorreu nos dias 26 e 27 de fevereiro, durante uma Assembleia Geral organizada pelos Waiwai especialmente para discutir os resultados do levantamento. O Encontro ocorreu no malocão da Comunidade Anauá e contou com a presença de 132 participantes, sendo 68 mulheres e 64 homens, entre os quais, Tuxauas de duas comunidades (Maracá e Cobra) da TI Trombetas/Mapuera, quatro lideranças Wapixana da TI Jacamim, que foram com o CIR para conhecer as práticas de manejo e mapeamento dos castanhais.

A reunião foi um espaço para os pesquisadores indígenas e suas comunidades protagonizarem a discussão do perfil socioambiental de seus territórios e pautarem suas demandas com gestores governamentais (Sesai, MDA, Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento), organizações e lideranças indígenas.

Os Waiwai aprovaram o trabalho desenvolvido pelos pesquisadores indígenas e ficaram satisfeitos com a possibilidade de continuidade da parceria com o ISA, que se daria no segundo semestre de 2015 por meio do intercâmbio entre representantes das duas aldeias da TI Waiwai com os extrativistas das Resex (Reservas Extrativistas) localizadas na região da Terra do Meio, no Pará, para conhecer as práticas de manejo e benefício da Castanha da Amazônia.



© Selma Gomes/ISA

Pesquisadores indígenas Wai wai Luiz e Raul apresentaram os resultados do diagnóstico socioambiental da TI Waiwai (RR).

• Terra Indígena Paraná Boá Boá (AM)

Em abril foi realizada uma visita de monitoramento à comunidade Maku Nadëb da aldeia Jeremias, TI Paraná Boá Boá, em Japurá (AM). A visita, realizada em parceria com o Conselho Indígena Missionário (Cimi) de Tefé, permitiu elucidar as dúvidas de Adneuzo Souto, a agente comunitária responsável pelo levantamento socioambiental, sobre o uso do GPS e máquina fotográfica, além de esclarecer algumas dúvidas da comunidade sobre o questionário e a metodologia do projeto - iniciado na comunidade em outubro de 2014. Entre as principais questões já identificadas estão a pesca clandestina e a retirada ilegal de madeira, que devem ser alvo de ações de fiscalização pesqueira.



© Sílvia de Melo Futada/ISA

Reunião com a comunidade Jeremias, durante visita à TI Paraná Boa Boá (AM).

• TI Waimiri Atroari (AM/RR)

Em outubro de 2015 aconteceram duas reuniões finais de validação dos resultados dos levantamentos socioambientais realizados por pesquisadores indígenas de 31 comunidades da TI Waimiri Atroari. A primeira reunião ocorreu no eixo rio, onde estão 13 comunidades, e em seguida, no eixo estrada, onde estão mais 18 comunidades.

Os Kinja, autodenominação waimiri atroari, afirmaram que a BR 174, a Usina Hidrelétrica de Balbina, a Mineradora Paranapanema são as principais pressões da TI Waimiri Atroari. Em relação a mineração, um dos participantes kinja ressaltou: "terra tem rio todinho igual a veia da gente, se tirar minério, vai secar tudinho".

A principal ameaça identificada foi a construção do Linhão do Tucuruí, obra que ligará a hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, a Boa Vista, em Roraima, passando por Manaus, no Amazonas. Apesar da posição contrária dos Kinja, em novembro de 2015, o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, pressionou e a Fundação Nacional do Índio (Funai) liberou a construção do Linhão, passando pela Terra Indígena. Do total de 721 km da estrutura, 123 km cortarão a TI Waimiri Atroari, onde vivem 1.749 indígenas (2014). O próximo passo será a produção de publicações com os resultados dos levantamentos e perfil socioambiental da TI Waimiri Atroari. A futura publicação demonstrou estar sendo muito apreciada e esperada pelos Kinja, o que ficou visível nas falas de dois líderes:

"Tem que ser publicado nossa cultura. Muitos falam que Waimiri Atroari não tem lei. Por isso que nossa cultura tem que ser publicado para o branco conhecer nós". (Aldo Sawa Waimiri, aldeia Mynawa)

"Daqui pra frente vai ficar o nosso nome. Quanto mais divulgar a história nossa é importante. Queremos que branco conhece nossa história no livro junto com o ISA." (Mario Pawe, aldeia Xeri)

• TI Yanomami – Região de Auaris (RR)

Em 2015 a Associação do Povo Ye'kwana do Brasil (Apyb) e o ISA iniciaram uma articulação para a realização de um diagnóstico socioambiental na



© Selma Gomes/ISA

Mulheres Ye'kwana apresentam o resultado do grupo durante a visita do Monitoramento em Auaris, TI Yanomami.

região de Auaris, TI Yanomami – RR. Essa articulação procurou envolver a Funai e a Sesai com o objetivo avaliar os principais problemas socioambientais da região e criar entendimentos comuns sobre o impacto das ações dos órgãos governamentais na região, particularmente às ligadas ao atendimento à saúde indígena.

As oficinas ocorreram entre os dias 23 e 25 nas comunidades Fuduuwaa-duinha, dos Ye'kwana, e Asikamau, dos Sanöma, e houve muito interesse de ambos os povos na realização dos levantamentos socioambientais. O diagnóstico deve ajudar a definir ações concretas para a melhoria da situação em Auaris – um contexto de grande concentração demográfica, escassez de recursos naturais e frequente incidência de casos de desnutrição. Entre os dias 20 e 24 de outubro de 2015 a equipe do ISA, acompanhada da Apyb, Sesai e Funai, retornou à região de Auaris para uma visita de monitoramento do diagnóstico socioambiental, segunda etapa de aplicação do projeto.

• TI Sagarana – Rondônia

Em maio a equipe do Monitoramento esteve em Rondônia onde, para além de aplicar o SisTI em duas Terras Indígenas, deve elaborar em conjunto com parceiros locais um dossiê socioambiental das Unidades de Conservação e das Terras Indígenas do estado. Para isso, foram realizadas reuniões com a ONG Kanindé, Funai e Cimi, além de uma primeira visita à TI Sagarana para apresentação do SisTI. As duas aldeias da TI, Sagarana e Wainaitai, discutiram a proposta e decidiram participar do projeto do SisTI.

A primeira oficina de trabalho ocorreu em dezembro de 2015 e contou com o apoio da Funai de Guajará Mirim. Na oficina foram discutidos o que é e para que serve um diagnóstico ambiental, o questionário com os 11 módulos do SisTI, além do treinamento para o uso de GPS. As comunidades escolheram os pesquisadores indígenas que serão os responsáveis pelos levantamentos socioambientais.

• Participação na reunião do Conselho Gestor da PNGATI/GATI

Em novembro de 2015 o ISA participou da 7ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), na qual apresentou seus sistemas de monitoramento de áreas protegidas (SisArp – Sistema de Informações de Áreas Protegidas; o site De Olho nas Terras Indígenas e o SisTI). Em 2016 o ISA irá ampliar o diálogo com o Comitê Gestor da PNGATI e aprimorar o monitoramento da execução de projetos de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas (PGTAs).



© Sílvia de Melo Furtado/ISA

Jovens indígenas participam da oficina sobre diagnóstico socioambiental na TI Sagarana, Rondônia.



© Marília Garcia Semlle/ISA

Treinamento dos pesquisadores indígenas no uso do GPS, durante a oficina sobre diagnóstico ambiental na TI Sagarana, Rondônia.

Monitoramento de Unidades de Conservação no Brasil

O que é

Reconhecendo a contribuição e importância das Unidades de Conservação para a implementação de práticas adequadas à conservação, utilização sustentável, repartição de benefícios e justiça socioambiental com as comunidades tradicionais, o Programa Monitoramento de Áreas Protegidas acompanha e divulga a criação, gestão e ameaças sobre tais áreas há anos. O primeiro produto web de referência neste tema denominado Caracterização Socioambiental das Unidades de Conservação da Amazônia Legal foi lançado em junho de 2007.

Esta frente de trabalho trata da pesquisa, compilação, sistematização e divulgação de dados georreferenciados sobre UCs federais do Brasil e estaduais da Amazônia Legal. As informações abrangem os instrumentos legais de criação e definição de limites; os instrumentos de gestão como planos de uso e manejo; a criação de conselhos gestores e aprovação de seus regimentos; a situação fundiária com as diferentes formas de regularização cabíveis a cada categoria (concessão de direito real de uso, desapropriação etc); os projetos realizados nas UCs e em seu entorno imediato, que contribuam para o manejo e gestão do território e alternativas para melhoria da qualidade de vida; a capacitação comunitária e o acesso à informação.

Com isso pretendemos contribuir para a avaliação do grau de implementação das UCs, da conservação da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais, assim como o grau de assessoria às populações tradicionais e as fragilidades do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), compreendendo o contexto que envolve cada uma das UCs. Uma das mais importantes fontes de informação são as notícias da mídia e de órgãos ambientais relacionadas a cada UC, pelas quais se pode também avaliar a pressão e as ameaças no entorno ou no interior dessas áreas.

Além disso, a Caracterização de Unidades de Conservação evoluiu para o site Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira e posteriormente Unidades de Conservação no Brasil, sendo que a cada etapa o site foi enriquecido com conteúdos, tanto em natureza como em profundidade, ferramentas, dados analíticos e potencialidade de interação direta do usuário, além de adquirir nova interface mais amigável.

Linhas de ação

- Pesquisa, monitoramento e divulgação do reconhecimento, implementação e situação das Unidades de Conservação estaduais da Amazônia Legal e Unidades de Conservação federais no Brasil.
- Pesquisa, monitoramento e divulgação das políticas voltadas às Áreas Protegidas e temas correlatos no Legislativo e Executivo.
- Produção e divulgação de informações sobre UCs em documentos, livros, artigos, cessão de dados e informações, comunicação pessoal e sites.
- Participação em redes e fóruns relacionados ao tema.

O que foi feito

► **Monitoramento e divulgação do balanço da situação jurídica das Unidades de Conservação:**

• **Criação e revogação de UCs**

Não foram criadas nem revogadas novas UCs no período.

• Alteração de limites de três UCs da Amazônia Legal

Alterados os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, localizado na divisa dos estados do Piauí, do Maranhão, da Bahia e do Tocantins. Embora a área total do Parque tenha sido ampliada em 20 mil hectares, totalizando 749.848 hectares, a alteração envolveu a redução de uma área ao sul do parque, com atividades agrícolas já estabelecidas. Em janeiro, no Estado do Mato Grosso foram reduzidas duas UCs estaduais: a Resex Guariba-Roosevelt passou de 138.092 hectares para 57.630 hectares e a EE Rio Roosevelt de 96.168 hectares para 53.000 hectares. Além disso, a totalidade de ambas foi destinada à compensação de Reserva Legal. Porém, em abril as duas UCs foram ampliadas novamente: a Resex Guariba-Roosevelt foi ampliada para 164.224 hectares e a EE Rio Roosevelt foi ampliada em 43.168 hectares, totalizando uma área de 96.925 hectares.

• Conselhos Gestores

Criados os conselhos gestores de oito UCs: Rebio Santa Isabel, do Monumento Natural do Rio São Francisco, das Áreas de Relevante Interesse da União (Arie) Serra da Abelha e Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais, da Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Boa Nova, Parque Nacional (Parna) Ilha Grande, Boa Nova e Floresta Nacional (Flona) Ibura. Reativação, renovação ou modificação dos conselhos das seguintes UCs: EE do Seridó, Arie Floresta de Cicuta, Flonas de Paraopeba, São Francisco, Nísia Floresta, Macaú e Ararape-Apodi, Parnas da Serra da Bodoquena, Serra do Cipó, da Chapada dos Veadeiros, Serra da Bocaina, Serra da Canastra, Aparados da Serra, Lagoa do Peixe, Tijuca, Serra Geral e Cavernas do Peruaçu, Rebio (Reserva Biológica) Tapirapé, Marinha do Arvoredo e Pedra Talhada, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Morro da Pedreira, Cairuçu, Serra da Mantiqueira, da Chapada do Ararape, Cavernas do Peruaçu e Costa das Algas, RVS Campos de Palmas e Santa Cruz e Reserva Extrativista (Resex)Marinha do Pirajubaé, do Ciriaco, Verde para Sempre e Lago do Cedro. Aprovado o regimento interno do conselho APA Ilha do Bananal Cantão.

• Planos de Manejo

Aprovados oito planos de manejo, das seguintes UCs: Parque Estadual (Pes) Mãe Bonifácia e Águas Quentes, Estação Ecológica (Esec) Maracá e Terra do Meio, Resex Barreiro das Antas e Serra do Pardo, sendo todas essas na Amazônia. Fora da Amazônia foram a Flona Silvana e Parna do Caparaó. Foram estabelecidas as zonas de amortecimento das Flonas de Goytacazes (ES) e de Rio Preto (ES)

• Notícias sobre UCs

Diariamente são pesquisadas e cadastradas notícias na íntegra, relacionadas às UCs e à Política Socioambiental. Elas são fundamentais para a compreensão de sua situação atual, informando sobre o entorno, pressões e conflitos, ações do Legislativo e Judiciário e iniciativas comunitárias. Nesse período, foram cadastradas mais de 3.700 notícias, sendo mil relativas às UC da Amazônia legal. Os temas mais recorrentes foram 'Unidades de Conservação', 'Questão Agrária/Fundiária', 'Turismo Ambiental' e 'Queimadas', 'Parques Nacionais' e 'Estaduais' e 'Biodiversidade', correspondendo a 1.660 notícias, ou 45% do total. As Unidades de Conservação da Amazônia mais frequentes nas notícias monitoradas nesse período foram as Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amanã e

Rio Negro, as Reservas Extrativistas Tapajós-Arapiuns e Chico Mendes, o Parque Nacional Chapada dos Guimarães e a Floresta Nacional do Tapajós, sendo elas responsáveis por mais de 200 das mil notícias. No caso das Unidades de Conservação fora da Amazônia, as mais citadas nas notícias são: Parque Nacional da Tijuca, do Iguaçu, da Serra dos Órgãos e Chapada dos Veadeiros, bem como o Parque Estadual da Serra do Mar.

Acesse nossos placares dinâmicos:
<http://widgets.socioambiental.org/>

• Sistemas de Áreas Protegidas

Foram salvas mais de 1.100 novas informações no subsistema de Unidades de Conservação do Sistema de Áreas Protegidas do Instituto Socioambiental.

► Site Unidades de Conservação no Brasil

- Divulgação e publicação de informações sobre UCs, relacionamento contínuo com o usuário através da interface de comentários do site e por e-mails.
- Manutenção do canal 'twitter' para divulgação e diálogo com demais usuários e instituições.

© Marcelo Salazar/ISA, 2009



Sete unidades de conservação tiveram o seu plano de manejo aprovado no ano de 2015, entre elas a Estação Ecológica da Terra do Meio (PA), ao lado; e o Parque Nacional do Caparaó (ES/MG), abaixo

© Rosimeire Rurico/ISA, 2003



- Reformulação (desenvolvimento e implementação) das abas de conteúdo específico das UCs, dando mais destaque ao material cartográfico e dados visuais (gráficos e tabelas) no ar desde junho de 2015.
- Publicação dos novos cômputos dinâmicos em inglês e espanhol.
- Manutenção e aprimoramento contínuos.
- Reformulação e aprimoramento de aproximadamente 30 textos de apresentação histórica das UCs federais e estaduais das bacias hidrográficas de atuação direta do ISA: Bacia do Rio Negro e do Rio Xingu, totalizando 16 textos já disponíveis no site e de livre acesso.
- Mais de 400 mil acessos ao site, oriundos de 155 diferentes países, sendo que 80% do tráfego é nacional.

► Participação em eventos

- VII Sapis - Simpósio de Áreas Protegidas e Inclusão Social, Florianópolis, novembro/2015
- VIII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Curitiba. Setembro/2015. Participação como expositor na V Mostra de Conservação da Natureza.
- Seminário Gestão de Plataformas de Monitoramento de Políticas Públicas Ambientais promovido pelo Ipam, Brasília, junho/2015
- Seminário 'Aplicações Potenciais da Lista Vermelha de Ecossistemas no Brasil e Contribuições para uma Classificação Padrão de Ecossistemas', promovido pela IUCN, junho/2015
- Participação na audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo sobre o PL nº 249/13 que concede o uso de áreas públicas inseridas em Unidades de Conservação da Natureza, junho/2015
- Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina – Territórios Tradicionais: Diálogos e Caminhos, promovido pelo MPF, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da PGR, o Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilom-

- bolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), o Mosaico Bocaina de Áreas Protegidas, a Fiocruz e a Funasa, por meio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, Paraty (RJ), abril/2015
- Seminário Internacional de Gestão de Áreas Protegidas, promovido pelo Inpa, Manaus (AM), maio/2015
- Reunião com Juliana Dib Rezende, do Google Brasil, para avaliar parceria no âmbito do Instituto Cultural Google, junho/2015.
- Reunião ICMBio - No dia 12 de junho foi realizada uma reunião setorial por vídeo conferência no ISA em SP, entre algumas ONGs ambientais e socioambientais e o novo presidente do ICMBio, Cláudio Maretti, recém-empossado. A reunião contou, entre outros, com representantes do ISA, WWF, IEB, Funatura, Alternativa Terra Azul e Fundação Grupo Esquel Brasil, todos em BSB. Em SP, o ISA e o SOS Mata Atlântica. Todos os participantes apresentaram o que entendem como as principais demandas e urgências de responsabilidade direta ou co-responsabilidade do ICMBio em processos em que atuam, destacando particularidades de experiência própria. De uma forma mais geral, todos foram enfáticos na necessidade do governo possibilitar uma reaproximação da sociedade civil com os processos de tomadas e decisão e não apenas com consultas pontuais e desarticuladas em momentos específicos junho/2015.

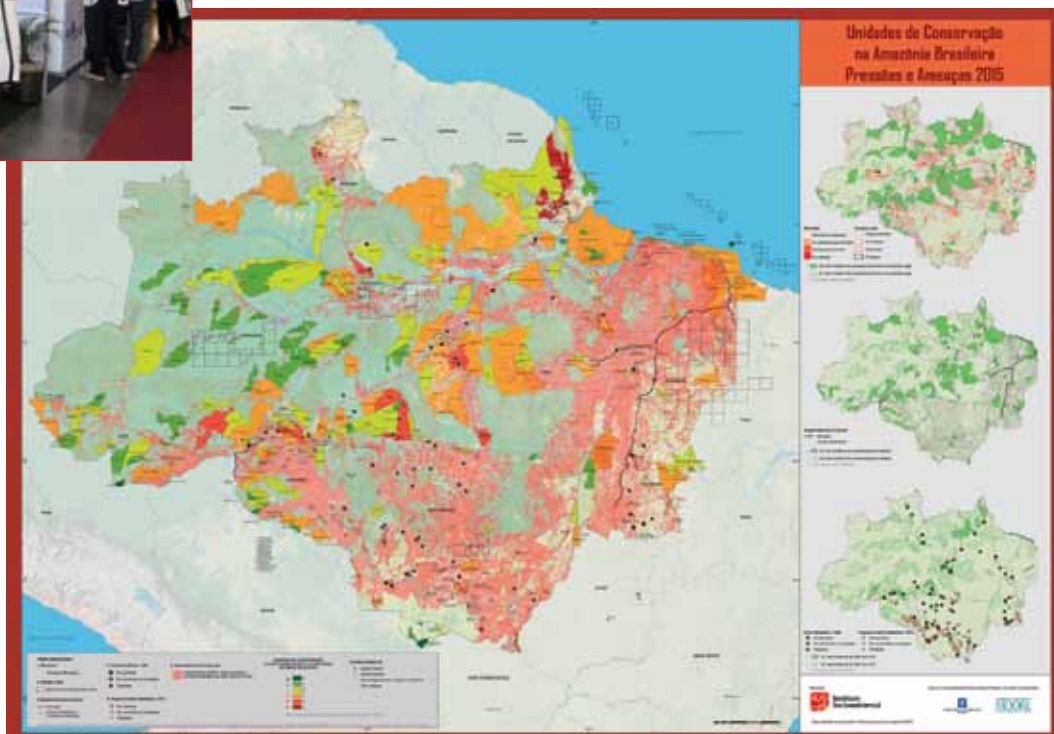
Melhores momentos

- Lançamento do *Mapa Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira – Pressões e Ameaças 2015*, no VIII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.
- Finalização do Diagnóstico Socioambiental de TIs Ponta Serra, Anaro e Ananás, localizadas no lavrado de Roraima dos índios Makuxi e Wapixana.



© Silvia de Melo Futada/ISA

Estande do ISA no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em Curitiba.



POLÍTICA E DIREITO SOCIOAMBIENTAL

O que é

O Programa Política e Direito Socioambiental (PPDS) tem como objetivo garantir, pela via legislativa, executiva ou judicial, a implementação de direitos relativos ao meio ambiente, biodiversidade, povos indígenas e comunidades tradicionais. Reunindo uma equipe multidisciplinar no escritório de Brasília, o PPDS desenvolve uma agenda de monitoramento e intervenção que procura influenciar políticas socioambientais, por meio da atuação em redes de parceiros, para incidir em instâncias formais de formulação e discussão de políticas, além de atuar de forma integrada com outros programas do ISA nas interfaces destes com órgãos governamentais e políticas públicas, de modo a garantir a verticalização das ações da instituição.

Equipe

Adriana Ramos (comunicadora, coordenadora); Nurit Bensusan (bióloga, coordenadora adjunta); **Ciro Campos** (ecólogo, assessor de políticas públicas); **Francisco Nascimento** (técnico em contabilidade, assistente técnico administrativo); **Juliana de Paula Batista** (advogada, assessora jurídica); **Letícia Leite** (jornalista, assessora de comunicação); **Márcio Santilli** (filósofo, assessor); **Maurício Guetta** (advogado, assessor jurídico); **Oswaldo Braga de Souza** (jornalista, assessor de comunicação); **Caio Bexiga, João Victor e Victor Pires** (estagiários).

Parcerias e fontes de financiamento

► Financiamento

Associação Bem Te Vi Diversidade; Climate and Land Use Alliance (CLUA); Fundação Ford; Fundação Mott; Fundação Rainforest da Noruega (RFN); Porticus.

► Parceria

Articulação de Povos Indígenas do Brasil (Apib); Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Conservação Internacional Brasil (CI); Fundação SOS Mata Atlântica; Greenpeace; GTA - Grupo de Trabalho Amazônico; ICV – Instituto Centro de Vida; Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola; Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; Ipam – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; Observatório do Clima, Observatório do Código Florestal; Uma Gota no Oceano.

Linhas de ação

- Monitoramento, divulgação e incidência na formulação de políticas públicas que afetem direitos socioambientais;
- Propositura e atuação de ações judiciais em casos paradigmáticos para a agenda socioambiental;
- Produção de conhecimento técnico e jurídico;
- Assessoria técnica e jurídica a parceiros locais e de âmbito nacional.

O que foi feito

Resistência aos retrocessos legislativos que visam reduzir os direitos indígenas, de quilombolas, de comunidades tradicionais e ambientais em geral

- Monitoramento e acompanhamento da tramitação de 720 processos legislativos que afetam direitos socioambientais;
- Elaboração de Pareceres Técnico-Jurídicos sobre os principais Projetos de Lei, Propostas de Emenda à Constituição e outras proposições legislativas relativas a direitos socioambientais (PEC nº 215/2000, PEC nº 71/2011, PL nº 7735/2014, PL nº 4148/2005, PL nº 4961/2005);
- Participação em audiências públicas promovidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal sobre proposições legislativas;
- Participação em eventos diversos para apresentação do quadro de ameaças aos direitos indígenas, de quilombolas e de comunidades tradicionais;
- Produção constante de notícias e artigos de opinião sobre proposições legislativas;
- Apoio integral ao Acampamento Terra Livre, mediante articulações políticas, assessoria jurídica, participação em audiências públicas e reuniões e assessoria de comunicação.
- Articulação com outras organizações e movimentos sociais (Inesc, Con-tag, Terra de Direitos, Cefemea, Conectas, Conic, etc) sobre atuação no Parlamento em virtude da ampla pauta de retrocessos ameaçando direitos diversos como das mulheres, dos povos indígenas e de comunidades tradicionais; de liberdade de expressão, entre outros.

Código Florestal

- Elaboração de “amicus curiae” (manifestação) nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade sobre o novo Código Florestal para subsidiar a decisão a ser tomada pelo STF;
- Análise e produção de contribuições ao Planaveg - Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa;
- Análise das normas já publicadas e das proposições normativas em debate nos estados destinadas a regulamentar o Código Florestal;



Na tarde do terceiro dia do Acampamento Terra Livre parlamentares discursaram aos indígenas, com presença de Marina Silva. Ao mesmo tempo, uma comitiva de lideranças se reunia com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, no Congresso Nacional. © FÁBIO NASCIMENTO/MNI

- Articulações para garantir a implementação e a transparência do Cadastro Ambiental Rural – CAR.

Acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados

- Articulação com movimentos sociais, organizações representativas de detentores de conhecimentos tradicionais e organizações de pequenos agricultores para incidência no processo legislativo relativo ao Projeto de Lei n.º 7735/2014 (atual Lei n.º 13.123/2015) e ao Decreto de regulamentação da nova lei;
- Elaboração de Pareceres e análises técnicas sobre o Projeto de Lei n.º 7735/2014 (atual Lei n.º 13.123/2015) e sobre os debates relativos ao Decreto de regulamentação da nova lei;
- Participação em audiência pública e seminário realizados pelo Senado Federal sobre o Projeto de Lei n.º 7735/2014 (atual Lei n.º 13.123/2015), bem como em outros eventos, tais como duas oficinas regionais de divulgação da nova legislação, a de Belém e a de Porto Alegre, promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente;
- Produção constante de notícias e artigos de opinião sobre o Projeto de Lei n.º 7735/2014 (atual Lei n.º 13.123/2015) e sobre os debates relativos ao Decreto de regulamentação da nova lei (veja artigos assinados no item comunicação);
- Articulação com outros setores, envolvidos nesse debate, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Confederação Nacional da Indústria;
- Participação em eventos de discussão sobre o tema como, por exemplo, o “III Workshop sobre Acesso ao Patrimônio Genético e/ou Conhecimento Tradicional Associado: Conhecendo a nova lei”, organizado pelo UFFGen – Comitê de Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado da Universidade Federal Fluminense;
- Análise, produção de documentos, articulações e incidência política relacionada ao Decreto de regulamentação da Lei n.º 13.123/2015, tais como o Guia para a regulamentação da lei, voltado para os detentores de conhecimentos tradicionais.

Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas às suas Terras Tradicionais no Judiciário

- Articulação com organizações indígenas (Apib) e indigenistas (Cimi, CTI, CPI-SP, Índio é Nós), bem como com juristas (USP, MPF, AJD) e antropólogos (USP) para incidência em ações judiciais envolvendo Terras Indígenas no STF;



Seminário Direitos dos Povos Indígenas em Disputa no STF. © TATIANE KLEIN/ISA

- Levantamento e análise de ações judiciais relativas a Terras Indígenas no STF, com o objetivo de mapear argumentos e detalhes fáticos, bem como de decidir agenda de prioridades para incidência judicial do ISA;
- Realização de seminário sobre Direitos Indígenas em Disputa no STF na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em parceria com organizações, como Apib, CTI, Cimi, USP, AJD, Índio é Nós, MPF;
- Elaboração de ação junto à Organização Internacional do Trabalho - OIT para denunciar o descumprimento da Convenção 169, em conjunto com organizações parceiras (Apib, Greenpeace, Iepé, CUT);
- Produção de notícias e artigos de opinião sobre Direitos Indígenas perante o Judiciário.

Licenciamento Ambiental

- Acompanhamento da tramitação dos Projetos de Lei sobre Licenciamento Ambiental (PLS n.º 654/2015, PL n.º 3729/2004 e apensos);
- Análise e produção de documentos, pareceres e artigos para a imprensa sobre os referidos Projetos de Lei;
- Articulações políticas na Câmara dos Deputados (Comissão de Meio Ambiente e Plenário) e no Senado Federal (Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional e Plenário) sobre os referidos Projetos de Lei;
- Realização de Seminário sobre Licenciamento Ambiental, em parceria com o Ministério Público Federal.

Mineração

- Acompanhamento de Projetos de Lei sobre Mineração em geral e sobre Mineração em Terras Indígenas;
- Análises e produção de conhecimento jurídico sobre Projetos de Lei sobre Mineração em geral e sobre Mineração em Terras Indígenas;
- Produção de notícias e artigos de opinião sobre Projetos de Lei destinados a disciplinar Mineração em geral e Mineração em Terras Indígenas;
- Articulações políticas na Câmara dos Deputados sobre os referidos Projetos de Lei.

Grandes obras e financiamentos na Amazônia

- Participação nos debates sobre maior transparência do BNDES e acompanhamento da agenda do Fórum de Diálogo com o BNDES em articulação com o Programa Xingu;
- Participação no Comitê Orientador do Fundo Amazônia, com objetivo prioritário de garantir o acesso das organizações e comunidades locais aos recursos do Fundo. Participação nos grupos de trabalho sobre o Cerrado e sobre financiamento internacional do Comitê Orientador do Fundo Amazônia; Participação no *Amazon Day*, em outubro, em Londres, e no *Global Landscape Forum*, em dezembro, em Paris;
- Participação nas reuniões de discussão de um protocolo para investimentos em infraestrutura na Amazônia lideradas pelo GVCes da Fundação Getulio Vargas.

Comunicação

- Em 2015, os integrantes do programa publicaram 105 textos no site do ISA, entre artigos de opinião, reportagens e notas contemplando os assuntos listados até aqui. Somados, esses textos foram visualizados 111,3 mil vezes. Os mesmos textos foram reproduzidos no perfil da organização no Facebook e receberam, no total, 21,7 mil curtidas.
- Foram publicados ainda 23 artigos de opinião em órgãos da imprensa convencional, agências de notícias e sites de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Falas dos

integrantes do programa foram encontradas em 160 links de notícias, sendo que 10 deles são entrevistas exclusivas. O total de links com artigos assinados, entrevistas completas, menções e falas dos assessores chega, portanto, a 183 nos mesmos tipos de sites.

Acompanhamento das ações judiciais

- Monitoramento de 372 ações judiciais entre processos nos quais o ISA é parte ou ações de interesse relacionadas a direitos socioambientais.

Resultados alcançados (com indicadores)

- A democratização do processo de regulamentação da Lei nº 13.123/2015, sobre o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional, é um resultado de um processo de articulação e capacitação no qual o ISA teve um importante papel, e que se concretizou com a consulta pública relativa ao decreto de regulamentação via internet;
- A não aprovação dos Projetos de Lei e Propostas de Emenda Constitucional que afrontam os direitos indígenas e flexibilizam a legislação ambiental também é um resultado positivo;
- O impacto positivo da agenda articulada pelo PPDS na COP de Paris junto aos parceiros e à imprensa contribuiu para dar visibilidade do trabalho do ISA relacionado ao tema das mudanças climáticas;
- Ampliação da visibilidade do trabalho do PPDS a partir do aprimoramento das estratégias de comunicação articuladas com a área de comunicação do ISA, resultando em um aumento da presença do ISA na mídia. Em 2015 os porta-vozes do programa apareceram em 132 matérias na imprensa.

Avaliação

A ênfase do trabalho do PPDS em 2015, assim como no ano anterior, foi na resistência aos retrocessos legislativos em torno dos direitos indígenas, de comunidades tradicionais e da questão ambiental como a PEC nº 215/2000, a PEC nº 71/2011, o PL nº 7735/2014, o PL nº 1610/1996, o PLS nº 654/2015, o PL nº 3729/2004. O ISA continuou a subsidiar a ação dos parceiros, produzindo informação qualificada sobre todas as proposições, e incrementando a estratégia de comunicação, incluindo assessoria de imprensa estratégica para dar mais visibilidade aos riscos trazidos por cada proposição;

A exposição na mídia e o alcance da temática socioambiental, incluindo novos públicos, continuaram crescendo. Essa mobilização é essencial na garantia dos direitos territoriais constitucionais ameaçados, assim como para evitar retrocessos em questões fundamentais, como por exemplo a do licenciamento ambiental. Os números de visibilidade dos artigos publicados no site do ISA, ligados ao PPDS, revelam que tais temas são os mais populares. Em 2015, os assuntos com mais visibilidade foram a PEC nº 215, o novo marco legal de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional e o licenciamento ambiental, em especial quando relacionado com a tragédia de Mariana; Apesar da conjuntura desfavorável, a atuação do PPDS contribuiu para reduzir os riscos e impactos aos direitos socioambientais no Brasil.

Perspectivas

A crise política aponta para a necessidade de nos mantermos cada vez mais alertas e ativos no monitoramento do Legislativo e do Judiciário



Seminário “Licenciamento Ambiental: Realidade e Perspectivas”. © OSWALDO BRAGA/ISA

Tristeza não tem fim, biodiversidade, sim...

Reportagem de Oswaldo Braga/ISA, agência de comunicação, durante a atuação de direitos e professor da Universidade de Brasília (UnB)

O Brasil é país de enorme biodiversidade, um lugar com enorme biodiversidade, espessa em inúmeros aspectos de espécies de plantas, animais e micro-organismos e em ambientes tão diferentes quanto a Amazônia e a caatinga. O Brasil abriga e cria de 20% de todas as espécies vivas do planeta. Então, mais do que qualquer outro país, nossa biodiversidade poderia contribuir a ideia de que o Brasil é o país do futuro. Um futuro diferente do presente degradado, injusto e insustentável.

Entre as possíveis oportunidades que a biodiversidade nos traz está o desenvolvimento de produtos derivados de fontes patrimoniais genéticas que represente. Esses produtos não são apenas novos medicamentos ou cosméticos, mas também tintas, solventes, plásticos, óleos, produtos de limpeza, biotecnológicos e químicos.

Para que os países desenvolvidos, como o Brasil, possam obter benefícios econômicos de forma sustentável, a Convenção da Biodiversidade (CBD), em dois tratados internacionais assinados na Conferência Rio-92, estabeleceu um mecanismo baseado na repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do acesso ao patrimônio genético. Isso se dá com o compartilhamento de conhecimentos, que são alguns componentes da nossa biodiversidade e, assim, isso, além de algum lucro, deve dividir o lucro conosco, o povo brasileiro. Essa divisão deve ser justa e garantir a igualdade de direitos entre os envolvidos.

Muito disso, a convenção reconhece a importância constituinte do conhecimento dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (triberísticas, extrativistas, quilombolas etc.) para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Por isso, também surgiu que haja repartição de benefícios quando o conhecimento é utilizado para o desenvolvimento de algum produto — um exemplo são plantas domesticadas a partir do saber indígena sobre plantas medicinais.

A repartição de benefícios foi uma das grandes inovações da CBD e faz em seu bojo excelente ideia: fomentar o uso de bases científicas e tecnológicas dos componentes da biodiversidade, garantindo, assim, a conservação. Algo certo é garantir dos seus do norte, se os países do sul e os recursos derivados de cada um de cada vez, e possível manter a garfada e assegurar que ela continue ficando assim. A repartição da vida, porém, é mais complexa. É difícil controlar e regular o acesso e o uso de componentes da biodiversidade e, ao mesmo tempo, criar mecanismos justos e equitativos de repartição de benefícios.

No Brasil, no momento de regular, desde 2001, por Medida Provisória (MP) que não agida a legislação. Foram feitas várias tentativas de criar um marco legal para o tema, mas todas foram abortadas. Por fim, em um processo em plena Copa do Mundo, o governo federal enviou ao Congresso um projeto de lei, um projeto de origem, para substituir a MP 3729 que se viu, então, foi a transição apresada, o modelo brasileiro, de um acesso completo e repartição justa por interesses que não são os do povo brasileiro. Os interesses do conhecimento tradicional, povos indígenas e comunidades locais, os pesquisadores e os ambientalistas foram vítimas do debate, e o tratado acabou apenas os interesses das empresas que usam o conhecimento da nossa biodiversidade e conhecimentos tradicionais a ela associados.

O resultado final emergiu da Câmara dos Deputados, na semana passada, e agora está na mesa da presidente da República para sanção ou veto. Isso se dá de uma forma que confere a dificuldade que o Brasil tem em perceber a biodiversidade como oportunidade, como passageira para o futuro, e não como tradição da qual quer se livrar.

Nossa meta foi a União, garantir — ao menos parcialmente — a biodiversidade, abrir espaço para as possibilidades de obter benefícios com a exploração do nosso patrimônio genético. A repartição de benefícios precisa ser feita em seu de regra e será sempre punida pelos ecólogos de quem usa e explora a biodiversidade, ao lado, as empresas. Como parte da tradição sem fim, fica a questão de como a União pode obter o melhor de tudo isso em nosso nome, sem esquecer os direitos. Depois de 20 anos de debates sobre esse assunto, como podemos aceitar com uma lei, aprovada apressadamente, que não terá nenhuma supervisão jurídica e profissional e todos os envolvidos? Basta a repartição — talvez vá — de que Dilma Rousseff, veja alguma disposição a ser feita, mas, há um prazo muito limitado, porque não há lei aprovada há meses imprevistos.

Instituto Socioambiental

De lama ao caos: O País que não queremos

Localização

Programas

Participação de Asses

Políticas e Direitos Socioambientais

Principais organizações no Brasil

Movimento

Site do ISA

Site do Brasil

para evitar retrocessos nos direitos e políticas socioambientais. Nesse sentido, a discussão em torno do marco temporal deverá ganhar espaço e densidade no próximo ano. A partir de 2016 estaremos sob a égide do novo planejamento estratégico do ISA, e o PPDS vai ter papel chave na estratégia de fortalecimento do protagonismo dos parceiros locais. Em parceria com a Rede de Cooperação Amazônica (RCA), vamos realizar um processo de formação em incidência política, especialmente voltada para o tema das mudanças climáticas e a gestão dos territórios tradicionais. Além disso, vamos investir em capacitar e informar sobre o novo marco legal de acesso a recursos genéticos. A implementação do Código Florestal também estará no centro das atenções, em especial no que diz respeito à transparência e à adequação de seus instrumentos junto às áreas comunitárias. Atenção especial deverá ser dada aos desdobramentos da agenda de Paris, principalmente no cumprimento dos compromissos do Brasil no que diz respeito à redução dos desmatamentos, à restauração florestal e à

matriz energética. O tema do licenciamento deve seguir como uma prioridade, assim como outros aspectos dos investimentos e obras, em especial na Amazônia.

Melhores momentos

- Agilidade no posicionamento sobre a tragédia ambiental de Mariana, relacionando o desastre com os riscos das mudanças na legislação do licenciamento ambiental;
- Seminário sobre licenciamento ambiental em parceria com o Ministério Público Federal, reunindo mais de 500 pessoas entre elas os maiores especialistas no assunto no país;
- Protagonismo do ISA na discussão sobre a regulamentação do projeto de lei de acesso a recursos genéticos;
- Agenda do ISA na COP 21 em Paris.



Adriana Ramos, coordenadora do PPDS, participa do debate sobre o Código Florestal, durante a COP de Paris. © LAVAUD CHRISTOPHE



RIO NEGRO



O que é

O Programa Rio Negro Socioambiental promove e articula processos e múltiplas parcerias visando a qualidade de vida, valorização da diversidade socioambiental e produção colaborativa intercultural de conhecimento na Bacia do Rio Negro, no Noroeste Amazônico. São 71 milhões de hectares compartilhados por quatro países: Brasil, Colômbia, Guiana e Venezuela, mais de 45 povos indígenas; sendo que 62% do território são áreas protegidas (Territórios indígenas e unidades de conservação). Desde a sua fundação, o ISA é parceiro da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e, mais recentemente, da Hutukara Associação Yanomami e do Conselho Indígena de Roraima (CIR), entre outras organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa.

Parcerias e Fontes de Financiamento

► Parcerias Prioritárias

Foirn - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e suas associações filiadas; HAY Hutukara Associação Yanomami; CIR - Conselho Indígena de Roraima; Coping - Conselho do Povo Indígena Ingarikó

► Financiadores

AIN - Ajuda da Igreja Norueguesa; Aliança pelo Clima (Áustria); Associação Bem-Te-Vi Diversidade; Cafod - Agência Católica para o Desenvolvimento; Embaixada Real da Noruega; FNDE/MEC - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação / Ministério da Educação; Fundação Gordon & Betty Moore; Fundação Mott; Google Inc. Charitable Giving Fund; Horizont3000/ADA Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento/Aliança pelo Clima; Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável; Instituto ATÁ; Instituto Bacuri; IPBES - The Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services; Iphan/MinC - Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional / Ministério da Cultura; RFN - Fundação Rainforest da Noruega; UNU - Universidade das Nações Unidas.

► Parcerias Locais e Cooperação Técnica

3TIIC Associação Três Tribos Indígenas do Igarapé Cucura; Abric Associação Baniwa do Rio Içana e Cuiari; Acaipi Associação de Autoridades Tradicionais Indígenas do Pirá Paraná (Colômbia); Aceemih Associação da Comunidade Escolar da Escola Municipal Indígena Herieni; Acep Associação do Conselho da Escola Pamáali; Acibrn Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro; Acimet Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié; Acimrn Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro; Acir Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas; Acirc Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanho; Acirp Associação das Comunidades Indígenas do Rio Preto; Aciru Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari; Aciya Associação de Capitães Indígenas do Yaigójé Apaporis (Colômbia); Acuris Associação de Comunidades Unidas dos Rios Içana e Surubi (Colômbia); ACWA Associação Comunidade Waimiri Atroari; Aeitv Associação da Escola Indígena Tuyuka Utapinozona; Aevity Associação da Escola Indígena Tukano Yupuri; Aetikap Associação da Escola Indígena Tukano Koãpa Ahkuto Paramerã; Ahkoiwi Associação Indígena Água e Terra; Aiataj Associação Indígena da Área de Canafé e Jurubaxi; Aibad Associação Indígena da Bacia do Aracá e Demeni; Aifp Associação Indígena de Floresta e Padauri; Apyb Associa-

ção do Povo Ye'kwana do Brasil; Asiba Associação Indígena de Barcelos; Asociación Kuyujani OriginaRio; Asociación Ye'kwana del Alto Ventuari Kuyunu ; Aspasirn Associação de Pescadores Artesanais Profissionais de Santa Isabel do Rio Negro; Assika Cuieiras; Associação das Mulheres Yanomami do Rio Cauaburis AMY Kumirayoma ; Associação Kurikama; Associação Os Rios Profundos; Atriart Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié; Ayrca Associação Yanomami do Rio Cauaburis e seus Afluentes ; CABC Coordenadoria de Associações Baniwa e Coripaco; CAIARNX Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié; CAIMBRN Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro; Casai / DSEI-Y Casa de Saúde do Índio / Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami; CedeH Centro de Estudo e Divulgação da Escola Herieni; Cipac Comunidades Indígenas de Pari Cachoeira; Coidi Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê; Coitua Coordenação das Organizações Indígenas do Tiquié e Uaupés Abaixo; Colpesca Z-33 – Colônia de Pescadores de Barcelos Z-33; Comagept Cooperativa Mista Agroextrativista dos Povos Tradicionais do Médio Rio Negro; Conselho Gestor do Parna Monte Roraima; Coomaru Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini; CRRN/Funai/SGC Coordenadoria Regional da Funai em São Gabriel da Cachoeira; CTI Centro de Trabalho Indigenista; Diocese de Bolívar; Diocese de Roraima; DSEI-Y/SESAI Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kwana / Secretaria Especial de Saúde Indígena; EIBC Pamáali Escola Indígena Baniwa e Coripaco; Escola Herieni; Escola Tukano Yupuri; Escola Tuyuka Utapinozona ; Estação Gabiraba; Fiocruz Fundação Oswaldo Cruz; FPEYY Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana; Fundación Etnollano (Colômbia); Fundación Gaia Amazonas (Colômbia); FVA - Fundação Vitória Amazônica; HOY - Horonami Organización Yanomami da Venezuela; ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Idam Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas; IFRR - Instituto Federal de Roraima; INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Instituição Americana dos Povos Indígenas; Instituto Atá; IPÉ - Instituto de Pesquisas Ecológicas; Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Kurikama Associação Yanomami; MCC Ministério de Cultura da Colômbia; MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário; MEC Ministério da Educação; MMA Ministério do Meio Ambiente; Movimento Puraké; Movimento SOS Encontro das Águas; Oibi Organização Indígena da Bacia do Içana; OIBV Organização Indígena de Bela Vista; OIDS Organização Indígena de Desenvolvimento Sustentável; Organización Indígena de la Cuenca del Caura Kuyujani; Pani Associação de Autoridades Tradicionais Indígenas Bora Miraña (Colômbia); Parque Nacional Pico da Neblina; Parques Nacionales Naturales (Colômbia); PDYP Projeto de Documentação do Yanomama do Papiú; Povo Xiriana de Venezuela de Alto Paragua; Prefeituras Municipais de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro; Prodoclin Projeto de Documentação de Línguas Indígenas; Programa Gesac (Governo Eletrônico Serviço ao Cidadão)/Ministério das Comunicações; Programa Mais Cultura/Ministério da Cultura; Programa Saberes Indígenas na Escola/MEC; RCA Rede de Cooperação Alternativa; Rede Maniva de Agroecologia; Secoya Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami; Sindicato dos Guias de Turismo de Manaus; Sur-

vival International; Texoli Associação Ninam do Estado de Roraima; UFMA Universidade Federal do Maranhão; UFMG Universidade Federal de Minas Gerais; UFSCar Universidade Federal de São Carlos; Vídeo nas Aldeias; Wataniba Grupo de Trabajo Socioambiental de la Amazonia (Venezuela); Wariró Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro; WCS Brasil Wildlife Conservation Society; WWF-Brasil

Equipe

Carlos Alberto (Beto) Ricardo (antropólogo, coordenador geral); **Marcos Wesley de Oliveira** (coordenador adjunto Roraima); **Adeilson Lopes da Silva** (ecólogo, Içana); **Aline Scolfaro** (antropóloga, Uaupés e projeto Mapeo); **Ana Paula Caldeira Souto Maior** (advogada); **Aparecida Fontes Rodrigues** (gestora do Telecentro em S. Gabriel da Cachoeira); **Camila Sobral Barra** (antropóloga, Médio Rio Negro); **Carla Dias** (bióloga e antropóloga, São Paulo); **Carlos Barretto** (administrador, gerente de projetos); **Ciro Campos de Souza** (biólogo, Roraima); **Claudino Silva** (logística em S. Gabriel da Cachoeira); **Estêvão Benfica Senra** (geógrafo, Pró-Yanomami); **Francis Miti Nishiyama** (jornalista, produtora); **Hildete Marinho** (auxiliar de pesquisa em SGC); **Jessica Daiane** (estagiária em alternativas econômicas, São Paulo, até dezembro); **Laise Lopes Diniz** (pedagoga, Içana, até novembro); **Lidia Montanha Castro** (pedagoga, Pró-Yanomami); **Lirian Ribeiro Monteiro** (antropóloga, projeto de Formação Avançada Indígena do Rio Negro, até outubro); **Marcílio Cavalcante** (agrônomo, administrador Manaus); **Marcolino da Silva** (auxiliar administrativo em Boa Vista); **Margarida Murilo Costa** (zeladora em São Gabriel da Cachoeira); **Maria José Rocha** (auxiliar de serviços gerais Boa Vista); **Marina Albuquerque Regina de Mattos Vieira** (ecóloga, Pró-Yanomami); **Matthieu Jean Marie Lena** (cientista social, administrador Boa Vista); **Moreno Saraiva Martins** (antropólogo, Pró-Yanomami); **Natasha Mendes Cavalcante** (administradora, Manaus); **Pieter-Jan van der Veld** (agrônomo, Tiquié); **Renata Alves** (ecóloga, analista em sensoriamento remoto); **Renato Martelli Soares** (antropólogo, São Gabriel da Cachoeira); **Sidnaldo dos Santos** (auxiliar administrativo Boa Vista); **Wilde Itaborahy** (geógrafo, Manaus); **Wizer de Oliveira Almeida** (administrador, São Gabriel da Cachoeira)

Colaboradores associados: Aline Lubel (doutoranda, UFSCar); Almir de Oliveira (arquiteto); Aloisio Cabalzar (antropólogo); Ana Gita de Oliveira (antropóloga, Iphan); Ana Maria Gomes (antropóloga, UFMG); Ana Maria Machado (mestranda em antropologia, UFSC); Antonio Nobre (agrônomo, INPA/INPE Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia / Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais); Bruce Albert (antropólogo, IRD Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento em Cooperação); Bruno Marques (antropólogo, doutorando MN/UFRJ); Cristina Silva (antropóloga, UFSCar); Danilo Paiva (antropólogo, doutorando USP); Deise Lucy Montardo (antropóloga do Museu Amazônico/Ufam); Eduardo Neves (antropólogo, MAE/USP Museu de Arqueologia e Etnologia da USP); Eduardo Viveiros de Castro (antropólogo, Museu Nacional/UFRJ); Flora Dias Cabalzar (antropóloga); Geraldo Andrello (antropólogo, UFSCar); Glenn Shepard Jr. (antropólogo e ecólogo, MPEG Museu Paraense Emílio Goeldi); Hanna Limulja (antropóloga, Wataniba); Helder Perri Ferreira (linguista); Henry Trindade Barretto Filho (antropólogo, IEB Instituto Internacional de Educação do Brasil); Joana Autuori (linguista, UFRR); José Ribamar Bessa Freire (jornalista e historiador, UERJ); Juan Gabriel Soler (especialista em audiovisual); Kristine Stenzel (linguista, UFRJ); Laure Emperaire (etnobotânica, IRD); Lúcia Hussak van Velthem (antropóloga, MCT Ministério da Ciência e Tecnologia) Ludivine Eloy (geoagrônoma); Luiz Ribeiro (engenheiro elétrico, UFMA); Luiza Garnelo (médica e antropóloga, Ufam – Univ. Federal

do Amazonas e Fiocruz Fundação Oswaldo Cruz); Majoi Gongora (antropóloga, doutoranda USP); Manuela Carneiro da Cunha (antropóloga); Marta Azevedo (antropóloga e demógrafa, Unicamp); Mauro W. Almeida (antropólogo, Unicamp); Melissa Santana de Oliveira (antropóloga, UFSC Universidade Federal de Santa Catarina); Nathalie Vlcek (linguista, doutoranda UFRJ); Paulo Maia (antropólogo, UFMG Universidade Federal de Minas Gerais); Pedro Lolli (antropólogo, pós-doutorando USP); Ralme Gischewski Borges (apicultor); Rogério do Pateo (antropólogo, UFMG); Thiago Oliveira (antropólogo e fotógrafo, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Univ. Federal do Rio de Janeiro); Virginia Amaral (Doutoranda PPGAS/Museu Nacional/UFRJ).

Ação Estruturante

Em 2015 houve um grande esforço para elaborar o Planejamento Estratégico 2016-2020, documento estruturante e, portanto, necessário. Foram promovidos seminários internos, envolvendo a atual coordenação, as equipes de campo e de gestão. Desse esforço, resultaram os seguintes Objetivos Estratégicos:

- Promover processos e instrumentos de governança socioambiental transfronteiriços e impulsionar a formação e mobilização de redes de atores no Corredor Norte Amazônico;
- Produção e difusão de conhecimentos interculturais, com ênfase na participação de conhecedores e jovens indígenas;
- Construir soluções e tecnologias para gestão e proteção territorial;
- Fortalecer o protagonismo de organizações indígenas;
- Aproximar e aumentar o apoio da sociedade para o futuro socioambiental da Bacia do Rio Negro, no contexto do noroeste amazônico;
- Aprimorar capacidades e assegurar a unidade do PRN para um melhor desempenho de seu papel como ator relevante.

O relatório anual 2015 do PRN foi estruturado de acordo com estes Objetivos Estratégicos.

Governança socioambiental transfronteiriça

O que é

Desenvolvimento de projetos, encontros e cooperação para a governança ambiental e territorial envolvendo organizações indígenas e seus parceiros na região da fronteira Brasil, Colômbia e Venezuela. Inclui compartilhar informações, intercâmbio de experiência e realização conjunta de atividades.

O que foi feito

▶ ALIANÇA TRANSFRONTEIRIÇA YANOMAMI YE'KWANA

- Realização do III Encontro Binacional Yanomami Ye'kwana entre 8 e 12 de outubro, no Lago Caracaranã, na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, Roraima/Brasil, com a participação de dez organizações indígenas, seis organizações da sociedade civil aliadas, quatro instituições do governo brasileiro, duas do governo venezuelano e uma organização internacional;
- Definição dos objetivos, missão e forma de funcionamento do Fórum, que consiste na formação de um "grupo animador" em articulação com pontos focais por organização;
- Construção de uma agenda de trabalho comum para 2016, priorizando os temas da demarcação das terras na Venezuela, o levantamento da situação do garimpo ilegal nos territórios em ambos os países, e a formação de agentes indígenas de saúde para o combate de doenças que afetam os dois lados da fronteira, com destaque para a eliminação da oncocercose;
- Divulgação do mapa "Territórios e Comunidades Yanomami Brasil-Venezuela", em Brasília, para instituições governamentais: Funai, Ministério da Saúde, Ministério da Defesa, Ministério da Educação e Itamaraty.

▶ PROJETO MAPEO — SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO NOROESTE AMAZÔNICO

- Realização da segunda expedição para documentação dos sítios sagrados da rota de origem dos povos Tukano Oriental, com participação de conhecedores, lideranças e documentaristas indígenas de vários grupos do Brasil e da Colômbia;
- Finalização da documentação da primeira parte da rota de origem e lugares sagrados dos povos Tukano, conforme demanda antiga dos próprios indígenas;
- Ampliação das parcerias e rede de colaboradores, a partir do apoio da Funai ao Projeto Mapeo;
- Elaboração de nova proposta para a continuidade da iniciativa binacional, visando a salvaguarda do Sistema de Lugares Sagrados do Noroeste Amazônico.

Segunda etapa da Expedição Anaconda, parte do projeto Mapeo, parceria entre Foirn, ISA e Iphan, com apoio da CRRN/Funai. © ALINE SCOLFARO/ISA



Divulgação da publicação "Território e comunidades Yanomami Brasil-Venezuela 2014", por meio de reuniões em Brasília com diversos ministérios e outros órgãos públicos. © MARCOS WESLEY/ISA



III Encontro Binacional Yanomami Ye'kwana realizado no Lago Caracaranã, TI Raposa-Serra do Sol, com a participação de 90 de organizações indígenas e não indígenas. © ANNE BALESTER/RIOS PROFUNDOS





Rede Rio Negro realiza segunda edição do seminário Visões do Rio Negro, em Manaus. © BETO RICARDO/ISA

► REDE RIO NEGRO

- Lançamento de duas edições do mapa-folder da Rede Rio Negro (em português e espanhol) intitulado “Bacia do Rio Negro: uma visão socioambiental”. O lançamento ocorreu como parte da programação do Seminário Internacional de Gestão de Áreas Protegidas em Manaus. Durante o primeiro semestre foram distribuídos cerca de 2000 exemplares, sendo 500 em espanhol e 1500 em português;
- Elaboração e apresentação de ferramenta colaborativa para compartilhamento de dados georreferenciados. Na plataforma, que funciona via web, é possível inserir dados e informações sobre a Bacia do Rio Negro e baixar dados disponibilizados por outros usuários. O sistema já conta com cerca de 100 usuários cadastrados;
- Rede (Social) Rio Negro – em 2015 a RRR passou a ter maior divulgação por meio de uma nova página com quase mil seguidores nas Redes Sociais;
- Realização do Encontro Geral da Rede no “II Seminário Visões do Rio Negro: construindo uma agenda comum”. O seminário teve participação de 42 instituições, e cerca de 130 pessoas.

Indicadores

► ALIANÇA TRANSFRONTEIRIÇA YANOMAMI YE'KWANA

- Número de pessoas e organizações participantes do Fórum;
- Participação de mulheres Yanomami no Fórum.

► PROJETO MAPEO – SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO NOROESTE AMAZÔNICO

- Número de comunidades, associações e conhecedores indígenas envolvidos;
- Número de atividades práticas e participativas de documentação de sítios sagrados e conhecimentos associados realizadas;
- Inclusão da Iniciativa Binacional na pauta dos ministérios de Cultura dos dois países (Brasil e Venezuela) enquanto programa especial de salvaguarda para a região do Noroeste Amazônico;
- Inclusão da iniciativa na pauta do movimento indígena regional e articulação com outros processos afins, em especial a construção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Rio Negro.



Avaliação

► ALIANÇA TRANSFRONTEIRIÇA YANOMAMI YE'KWANA

O estabelecimento da missão, dos objetivos e da forma de funcionamento no III Encontro foi um grande avanço. A partir da criação do grupo animador espera-se facilitar a articulação para o cumprimento da agenda estipulada. Neste encontro, aumentou o número de participantes e de organizações indígenas envolvidas, com a entrada no Fórum de uma associação de mulheres Yanomami. Este é um indicador positivo sobre o envolvimento de lideranças Yanomami e Ye'kwana nesta arena de discussão e de recomendação aos governos brasileiro e venezuelano sobre as políticas públicas que incidem sobre seus Territórios. A participação de órgãos do governo brasileiro e de organizações transfronteiriças facilitou o desenvolvimento de planos de ação sobre pontos específicos da agenda. Isto reflete o reconhecimento por parte do governo do Fórum Binacional como instância de consulta para pautar suas ações.

► REDE RIO NEGRO

O ano de 2015 foi um período de atividades intensas e muitos resultados positivos. Entre elas, o maior destaque, sem dúvida, foi a realização do “II Seminário Visões do Rio Negro: construindo uma agenda comum”. Em 2015 a Rede se ampliou, ganhou maior visibilidade, e instituiu novas formas de governança a partir da criação de um comitê gestor.

Perspectivas

▶ ALIANÇA TRANSFRONTEIRIÇA YANOMAMI YE'KWANA

Para 2016 está prevista a realização do IV Encontro Binacional, desta vez em Puerto Ayacucho, Venezuela. Na ocasião deverá ser publicado um mapa binacional sobre garimpo nos Territórios Yanomami e Ye'kwana, buscando chamar atenção para o problema e pressionar ambos os governos para que ações efetivas de proteção a estes Territórios sejam tomadas. A Associação Yanomami Horonami (HOY) apresentou a sua proposta de autodemarcação à *Comisión Regional de Demarcación del Estado Amazonas* em 17 de março de 2016, que deverá ser analisada pelo governo venezuelano.

No III Encontro do Fórum, representantes da Oepa (*Onchocerciasis Elimination Program for the Americas*), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e o ISA discutiram sobre a possibilidade de um plano de trabalho conjunto para formação de agentes de saúde no combate da oncocercose na Terra Indígena Yanomami, a ser executado pelo DSEI-YY. Em 2015, o ISA, em colaboração com a Sesai, elaborou um mapa de casos de oncocercose na TIY (Terra Indígena Yanomami), que deverá servir de base para elaboração do plano de trabalho para os próximos anos.

▶ REDE RIO NEGRO

- Buscar novas fontes de financiamento através de projetos coletivos;
- Lançamento da versão em inglês do *Mapa Folder da Bacia do Rio Negro*;
- Lançamento da publicação *Visões do Rio Negro II* com resultados do seminário ocorrido em 2015.

Pesquisas e produção de conhecimentos interculturais

O que é

Constituição de espaços de produção colaborativa de conhecimentos, intercultural e interdisciplinar, através de projetos de pesquisa envolvendo pesquisadores e conhecedores indígenas, assessores e pesquisadores do ISA e associados. Inclui um conjunto amplo de temas, destacando-se o manejo ambiental, peixes e pesca, fenologia, paisagens florestais, mapeamento, ciclos ambientais e climáticos associados ao calendário socioeconômico e ritual, efeitos das mudanças climáticas, agrobiodiversidade. Esses projetos e atividades tem interface com iniciativas de educação escolar e formação de pesquisadores e gestores; valorização da diversidade sociolinguística; e governança ambiental e territorial indígena.

O que foi feito

- Formação dos pesquisadores yanomami da região de Auaris (noroeste da TIY) e das pesquisas desenvolvidas por eles sobre alimentos. Finalização dos livros sobre cogumelos e caças, que serão publicados em 2016.
- Pesquisas temáticas dos Agentes Indígenas de Manejo Ambiental do Rio Tiquié: ciclos anuais integrando diversos aspectos socioambientais; peixes e pesca; frutas; e agricultura indígena.
- Evento organizado pelo ISA na COP-21, em Paris, sobre os impactos das mudanças climáticas para os povos indígenas na Amazônia brasileira, com a participação de duas lideranças do Alto Rio Negro (AM) e lançamento do site "Ciclos anuais do Rio Tiquié" - ver <http://ciclostiquie.socioambiental.org>
- Acompanhamento e sistematização do trabalho dos Aimas (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) de registro, em diários, dos acontecimentos socioeconômicos, ecológicos, climáticos.

Indicadores

- Diários produzidos, fichas preenchidas, gravações com falas dos kumua (conhecedores), desenhos botânicos, mapas;
- Número de oficinas;
- Número de comunidades e pesquisadores indígenas envolvidos nas pesquisas.

Avaliação

- Os anos de 2014 e 2015 foram marcados por restrições orçamentárias, com redução da equipe de 29 Aimas em 2013 para 12, em 2015 (no Tiquié), diminuição da equipe do ISA e da capacidade de colaboração e supervisão da equipe indígena, além da manutenção mínima das casas de apoio.
- Tivemos um grande avanço na Pesquisa da Produção da Pesca. Os problemas em torno do Banco de Dados, que paralisou a pesquisa durante anos, foram finalmente resolvidos e foi possível prosseguir as análises.
- A pesquisa de Produção da Roça é muito satisfatória e vamos ter três anos de produção de mandioca de uma família registrados.
- Em 2015 houve pouco investimento na Educação Indígena. Conseguimos trabalhar na formação de alunos do Ensino Médio Tuyuka, mas não da escola Tukano Yupuri.

Perspectivas

- Análises da produção de pesca e da produção de roça feitas.
- Desenhos das constelações Tukano, elaborados pelos desenhistas indígenas, prontos e incorporados no software Stellarium. Ver: <http://www.stellarium.org>.
- Prosseguir no Plano de Manejo Pesqueiro no Baixo Uaupés em 2016.
- Formação em registro botânico de doze pessoas, Aimas, Técnicos Ambientais Indígenas (Tais) ou alunos formados nas Escolas Indígenas com botânicos do Kew Gardens, de Londres, e contratação desse grupo durante cinco meses para trabalhar em pesquisa botânica.



Apresentação do site Ciclos Anuais do Rio Tiquié no Espaço do Clima da Sociedade Civil na COP-21.
© TATIANE KLEIN/ISA



Pesquisa *in loco* dos solos da floresta, em São Pedro, Alto Tiquié.
© RENATO MARTELLI SOARES/ISA



Jovem Tukano (TAI-Técnico Audiovisual Indígena) formado na escola Tukano Yupuri, fazendo filmagem de uma festa de oferta, o Dabucuri.
© PIETER-JAN VAN DER VELD/ISA

Soluções para gestão territorial e comunitária

O que é

Abrange um conjunto amplo de temas e atividades, destacando-se aqueles referentes à elaboração e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, bem como outras iniciativas de fiscalização, proteção e ordenamento territorial; alternativas econômicas para comunidades e associações (cadeias produtivas de artesanato, do extrativismo e da agrobiodiversidade; ecoturismo); tecnologias apropriadas para comunidades (energias renováveis, água potável, saneamento, manejo do lixo).

O que foi feito

- Estabelecimento de parcerias e realização de reuniões de planejamento com parceiros locais para elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Yanomami (PGTA-TIY);
- Realização da Oficina Inaugural para elaboração do PGTA-TIY em outubro de 2015;
- Organização e sistematização de material, assessoria das oficinas de PGTA nas cinco regionais da Foirn, em setembro. Ver: <http://isa.to/1Qh4q2I>;



Oficina Inaugural do PGTA da TI Yanomami, com participação de mais de 80 lideranças, no lago Caracaranã. © MARINA VIEIRA/ISA



Realização de sete oficinas para a construção dos PGTA dos territórios indígenas do Rio Negro, produzidas em parceria por Foirn, Funai, ISA e pesquisadores colaboradores. © RENATO MARTELLI SOARES/ISA



Gestão Territorial, mapeamento no contexto da elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental, em Taracua-Baixo Uaupés. © PIETER-JAN VAN DER VELD/ISA

- Acompanhamento do processo de identificação das Terras Indígenas de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, sobretudo na interlocução com o MPF e Funai; com o ICMBio/MMA para discussão da gestão compartilhada em Áreas Protegidas sobrepostas às Terras Indígenas; apoio às associações indígenas na mobilização para a elaboração dos PGTA - oficinas preparatórias, discussão sobre manejo e turismo, discussão e elaboração de protocolos de consulta, diretrizes para iniciativas econômicas e acompanhamento e incidência em políticas públicas;
- Realização de expedição pelo Rio Uraricaá para identificação de ameaças de invasores;



Expedição Maracá-Uraricaá. Com essa iniciativa encerra-se a série de expedições pelo limite leste da TI Yanomami, que viajou mais de 500 Km pela linha demarcatória. © ESTEVÃO BENFICA SENRA/ISA

- Ação contra a mineração no Rio Uraricoera: campanha em defesa da expansão da Estação Ecológica de Maracá até o limite leste da TI Yanomami, conforme determina o Decreto Presidencial nº 6754/2009 (área pretendida por mineradoras); acompanhamento e análise das negociações entre governo estadual e governo federal na Câmara Técnica de Destinação das Terras Públicas da Amazônia Legal;
- Elaboração do Plano de Vigilância do Limite Leste da TIY e apresentação para parceiros locais;
- Elaboração do relatório de pesquisa sobre contaminação por mercúrio de peixes e moradores de duas comunidades na TIY, em parceria com a Fiocruz;

- Elaboração de Resposta à solicitação do MPF de informações sobre a situação de saúde Yanomami considerando a mortalidade infantil e de malária;

- Acompanhamento da devolução, pelo MPF, da segunda remessa de amostras de sangue que estavam nos Estados Unidos;

- Análise das informações da Operação *Warari Koxi*, realizada em abril pela Polícia Federal, que revelou que o ouro extraído ilegalmente da Terra Indígena Yanomami é comercializado no mercado financeiro por uma Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;

- Realização de oficinas com as associações de pescadores artesanais de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro para discussão e revisão dos resultados do monitoramento da pesca realizado em 2013 e 2014;

- Continuidade da retirada de pilhas usadas do Rio Tiquié.

Em 2015 tiramos mais de uma tonelada desse lixo industrial;

- Oficina sobre lixo na comunidade de Taracuá, no Rio Uaupés, financiado pela Funai, com participação de quatro palestrantes Aimas do Tiquié;

- A comunidade de Caruru se reuniu para elaborar um mapa de sua região.

► GERAÇÃO DE RENDA

- Manejo de castanha: oficina de boas práticas no manejo da castanha para os Yanomami e mapeamento de novos castanhais na região do Toototopi; intercâmbio dos Yanomami com os ribeirinhos da Reserva Extrativista do Rio Unini, que possuem larga experiência com manejo de castanha e uma miniusina para beneficiamento; parceria para comercialização da castanha Yanomami a preço justo com a Coomaru (Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini);

- Cogumelos Sanõma Yanomami: criação de marca, testes de embalagem e articulação com possíveis compradores;

- Comercialização do artesanato: assessoria às associações yanomami Hutukara e Kumirayoma e articulação com novos compradores; projeto piloto de redes artesanais fabricadas pelas mulheres Yanomami da região do Apiaú;

- Turismo comunitário: participação na oficina de elaboração do plano de visitação ao Pico da Neblina, na Terra Indígena Yanomami, região de Maturacá, etapa de etnomapeamento e capacitação em uso de GPS e Google Earth; apoio à realização da Oficina de Turismo no Parque Nacional Canaima, Venezuela, possibilitando a participação de representantes do povo Ingarikó que vive do lado brasileiro, em Roraima, núcleos de Manalai, Karamanbateik e Serra do Sol; oficina sobre a Instrução Normativa nº 3 da Funai, que regulamenta o turismo em Terras Indígenas, com representantes das 11 comunidades da região Ingarikó, visando a construção de uma proposta de ecoturismo para a região;

- Pimenta Baniwa: expansão da rede de casas, consolidação de novas unidades (EIBC-Pamáali, comunidade de Yamado), com visita dos Chefs Alex Atala, Bela Gil, Felipe Schaedler e dos colegas do ISA/Terra do Meio <http://isa.to/1q35XNI>; realização de oficina de arquitetura e acompanhamento do início da construção da Casa da Pimenta Takayro, comunidade de Canadá, no Médio Rio Ayari; aperfeiçoamento dos protocolos de produção e gestão da Rede de Casas da Pimen-



Devolução do sangue yanomami, levado do Brasil por pesquisadores norte-americanos sem o consentimento dos índios, resultado de um importante trabalho de advocacy.

© LEONARDO PRADO/PGR



Yanomami do Rio Demini visitam a Coomru, na Resex do Unini, para conhecer a usina de beneficiamento de castanhas da cooperativa. © ESTEVÃO BENFICA SENRA/ISA



Firmada parceria com os Yanomami para a promoção do ecoturismo no Pico da Neblina.

© MARCOS WESLEY/ISA

ta Baniwa; apoio ao processo de gestão e manutenção da regularidade fiscal da Oibi para emissão de Nota Fiscal Eletrônica no âmbito do projeto Pimenta Baniwa; promoção de evento de capacitação – curso *on line* Anvisa “Boas Práticas de Manipulação em Serviços de Alimentação” para os gerentes de produção e comercialização da Pimenta Baniwa no Telecentro Socioambiental do ISA em São Gabriel da Cachoeira; intercâmbio de experiências focado nas usinas *open source* da Terra do Meio/Xingu, em Altamira, com a participação de dois índios Baniwa e dois Waiwai; realização de encontro de produtoras da Pimenta Baniwa em Ucuqui e Tunui Cachoeira.

▶ ENERGIA RENOVÁVEL

- Projeto Cruviana – avaliação da viabilidade da geração de energia com fontes alternativas na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol; capacitação de eletricitas indígenas: assinatura de Termo de Cooperação entre ISA, CIR e IFRR (Instituto Federal de Educação) visando a formação de 30 eletricitas indígenas; reuniões com o governo federal (fevereiro, julho e dezembro) e com o governo estadual, em Roraima, visando a incorporação do modelo de geração do Projeto Cruviana no Programa de universalização da energia elétrica “Luz Para Todos; análise de risco social: as reuniões de pactuação com as comunidades foram realizadas no período de junho a agosto de 2015, com a participação da Secretaria de Mulheres do CIR e da Coordenação Regional de Mulheres.

Indicadores

- Participação das mulheres indígenas na formulação dos PGTA's;
- Número de agentes indígenas treinados em instrumentos de gestão territorial e ambiental.

▶ GERAÇÃO DE RENDA

- Venda de produtos indígenas: castanha-do-pará, cogumelos sanõma, pimenta baniwa;
- Venda de artesanato: redes yanomami;
- Casas da Pimenta Baniwa em funcionamento;
- Compradores de produtos (agrícolas, do extrativismo e artesanato);
- Vendas na Casa de Produtos Rionegrinos Wariró (Foirn).

▶ ENERGIA RENOVÁVEL

- Número de beneficiários do Projeto Cruviana;
- Eletricitas indígenas formados.

Avaliação

- O início da elaboração do PGTA-TIY foi marcado pela ampla participação das associações e lideranças Yanomami e Ye'kwana. Houve consenso com relação ao conceito de gestão territorial e aos temas que serão abordados nos próximos encontros e que comporão o PGTA-TIY. As articulações com órgãos governamentais e não governamentais cujos trabalhos incidem na TIY também foram passos positivos.

- A participação nas assembleias da Ayrca e Kurikama favoreceu estabelecimento de parceria com estas duas associações e com organizações governamentais e não governamentais que apoiam seus trabalhos na região de Maturacá e Marauaiá, respectivamente. A partir destes contatos, o ISA fortaleceu o apoio à elaboração do Plano de Visitação do Pico da Neblina junto à Ayrca e ao ICMBio.

- A expedição pelo Rio Urucacá encerrou uma série de cinco pelo Limite Leste da TIY, iniciada em 2012 em colaboração com HAY e Funai com vistas a produzir um diagnóstico sobre as ameaças à proteção do território em 700 km de fronteira da TIY. O Plano de Vigilância do Limite Leste da TIY foi apresentado para representantes das organizações indígenas HAY



Inauguração de duas Casas da Pimenta na Escola Pamaali, Rio Içana, e na comunidade Yamado, próxima à cidade de SGC, com a presença dos chefs Alex Atala, Bela Gil e Felipe Schaedler. © BETO RICARDO/ISA



Representantes das comunidades do Médio Rio Negro visitaram o projeto Pimenta Baniwa em SGC, e realizaram um debate sobre as políticas públicas para agricultura indígena. © WILDE ÍTABORAHY/ISA



Baniwa, do Alto Rio Negro, e Wai Wai, de Roraima, visitaram a miniusina de beneficiamento de produtos da floresta instalada na Resex do Iriri, Terra do Meio. © MARINA VIEIRA/ISA

e Apyb e para órgãos com jurisdição sobre a fiscalização na TIY: FPEYY/Funai, Polícia Federal, Exército, Ibama e ICMBio. O Plano de Vigilância servirá de subsídio para orientar ações de fiscalização e combate às ameaças identificadas.

- **Médio Rio Negro:** 10 reuniões com Funai, MPF e órgãos governamentais sobre os processos de ordenamento territorial; seis oficinas e viagens de consulta às comunidades de base; três oficinas de trabalho e acompanhamento de viagens da Foirn para gestão dos projetos com recursos públicos; sete oficinas com comunidades, associações indígenas e de pescadores para georreferenciamento qualificado de mais de 300 locais de pesca; oficina regional para definição de temas prioritários para levantamento e

elaboração dos PGTA com 150 participantes; três intercâmbios de experiências produtivas; cinco oficinas sobre manejo de pesca e turismo; seis eventos de ampla consulta e discussão de temas referentes à gestão territorial com participação de mais de 200 lideranças em cada (protocolos de consulta, mineração e política indigenista).

► GERAÇÃO DE RENDA

Manter iniciativas de comercialização com a GaleriAmazônica (<http://galeriamazonica.org.br/>) e a parceria com a Funai, que dispõe de barcos para fazer transporte de produtos indígenas. Estas experiências estão sendo pensadas num quadro mais amplo de comercialização e valorização dos produtos rionegrinos e yanomami.

• **Yanomami.** Intensificação da produção extrativista e do comércio Yanomami com a sociedade envolvente, mas nem sempre de maneira vantajosa e justa para os indígenas. O ISA, em parceria com a Hutukara e outras organizações indígenas, tem trabalhado com o objetivo de melhorar as condições de produção e comercialização dos produtos indígenas da TI Yanomami. Em 2015 além da castanha, produto de longa tradição de extração, foram estimuladas a produção de cestarias, que possuem mais valor agregado do que o cipó bruto, e o cogumelo, que exige pouco investimento de trabalho. O trabalho das mulheres também foi estimulado por meio da valorização de seu artesanato, sobretudo com o trabalho das redes no Apiaú e as tipoias produzidas na Casa do Índio de Boa Vista. Outra alternativa é o ecoturismo no Pico da Neblina, processo que tem sido conduzido pela associação da região Ayrca em parceria com o ICMBio, e que a partir de 2015 passou a contar também com o apoio do ISA.

• **Pimenta Baniwa.** Em 2015 foram vendidos 3.673 potes em 37 pontos de venda, ao preço médio de R\$ 17,74 por pote. A arrecadação total foi de R\$ 64.438,00. O projeto atingiu 37 comunidades, 100 famílias diretamente e 350 indiretamente. No Facebook, a comunidade de seguidores da Pimenta Baniwa saltou para 2200 seguidores de 31 países. Novas receitas surgiram e já totalizam cerca de. Duas novas Casas da Pimenta passaram a operar, o dobro do ano anterior, com treinamento de novos e antigos gerentes. Também foi um ano de consolidação da visibilidade do produto do mercado. Estamos constituindo redes mais amplas com foco no Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, aproximando a experiência com o Médio Rio Negro e com o Programa Xingu.

► ENERGIA RENOVÁVEL

Projeto Cruviana. Foram obtidos avanços importantes nas negociações com o governo federal e governo estadual, como a aprovação os ajustes realizados no projeto técnico, a pactuação das ações com as agências do setor elétrico, e a ampliação dos beneficiários do projeto, com a inclusão de mais oito comunidades no plano de instalação dos sistemas elétricos para 2017. O processo contínuo de consulta e debate, conduzido em parceria com o CIR, resultou em aumento da compreensão sobre o consumo de energia e pagamento de contas; a assinatura do Termo de Cooperação com o Instituto Federal de Educação representa a adesão de parceiro técnico para o treinamento de eletricitistas; o número de beneficiários do Projeto Cruviana foi ampliado de 1.000 para 2.800 pessoas.

Perspectivas

• **PGTA Yanomami.** Entre 2016 e 2018, parceria com HAY para realizar quatro oficinas maiores para elaboração do PGTA-TIY; outras dez oficinas regionais na TIY. Estas oficinas menores visam reunir informações e propostas das respectivas regiões. Pretende-se ao longo do processo de elaboração já dar início ao desenvolvimento de ações relacionadas à gestão do território – incluindo projetos de geração de renda, mobilidade territorial, proteção, segurança alimentar, melhoria na qualidade da água consumida e no atendimento à saúde. O ISA continuará apoiando as associações Yanomami e Ye'kwana.

• **Médio Rio Negro.** Publicação pela Funai do relatório circunstanciado da TI Jurubaxi-Téa em 2016; publicação dos Resultados do Monitoramento Participativo da Pesca; publicação de dois artigos sobre turismo de pesca e gestão territorial em áreas protegidas, pela FAO; atualização e ampliação das recomendações para o ordenamento pesqueiro envolvendo pescadores artesanais e condutores locais de pesca esportiva; estruturação dos núcleos e equipes de pesquisadores indígenas para a gestão territorial.

► GERAÇÃO DE RENDA

• **Yanomami.** Comercializar pelo menos 300 peças de artesanato Yanomami no ano; ampliar a linha de produtos do artesanato feminino Yanomami para redes, tipoias e tangas; participar de duas oficinas para elaboração do Plano de Visitação do Pico da Neblina; comercializar 20 kg de cogumelos Sanöma; aumentar e diversificar a produção extrativista das comunidades do Toototopi; elaborar cartilha na língua Yanomami sobre boas práticas no manejo do cipó.

• **Pimenta Baniwa.** Expansão da Rede de Casas da Pimenta, seguindo a estratégia de ampliação horizontal dos benefícios do projeto ao maior número possível de famílias/comunidades; implementação da Certificação Orgânica Participativa da produção; programar e implementar uma revisão estratégica do Plano de Negócios com vistas à ampliação da inserção no mercado; viabilizar a exportação aos países que vêm demandando a Pimenta Baniwa; diversificação da cesta de produtos do Sistema Agrícola do Rio Negro (tucupi preto, mel, castanha uará).

► ENERGIA RENOVÁVEL

Projeto Cruviana. Avaliação da viabilidade da geração de energia com fontes alternativas na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol; incorporação dos sistemas de geração de energia do Projeto Cruviana nas metas do Programa Luz Para Todos até o final de 2016; instalação dos sistemas de geração de energia nas comunidades Maturucá e Pedra Branca, com entrada em operação no primeiro semestre de 2017; capacitação de 30 eletricitistas indígenas (módulo I) até o final de 2016.

Fortalecimento do protagonismo político dos povos indígenas da Bacia do Rio Negro

O que é

Assessoria administrativo-financeira, jurídica, técnica e política para associações indígenas locais, sub-regionais e regionais; apoio para identificação de oportunidades, formulação e execução de projetos próprios por parte dessas organizações. Manutenção de estrutura de apoio logístico nas subsedes de Manaus, Boa Vista e São Gabriel da Cachoeira, com assessoria permanente à Foirn e Hutukara.

O que foi feito

▶ YANOMAMI

- Assessoria e participação em reuniões e assembleias de associações: Ayrca e Kurikama (Yanomami); Atriart e Aeitu, do Alto Tiquié; Conselho Diretor da Foirn em fevereiro e julho; oficina de gestão administrativa-financeira para a ACIBRN e Oibi (em São Gabriel da Cachoeira), Coping (Conselho do Povo Ingarikó, em Roraima); e para a Foirn, relacionada a convênio com CEF e MDA (em Manaus);
- Organização e realização do seminário Mineração e Gestão Territorial no Rio Negro junto com Foirn, setembro/outubro. Ver: <http://isa.to/1QhBmBJ>;
- Assessoria administrativo-financeira, institucional e jurídica permanente à Foirn (planejamento, elaboração de projetos, relatórios e produção conjunta de eventos); apoio a organizações parceiras - Oibi, Atriart, Aeitu, Acimet, ACIBRN;
- Assessoria jurídica à associação das mulheres Yanomami de Maturacá – AMY Kumirayoma – na elaboração de seu estatuto social;
- Elaboração, tradução, edição e distribuição do informativo da Hutukara sobre a CNPI (Conferência Nacional de Política Indigenista);
- Participação nas etapas da conferência local e regional da CNPI;
- Participação no lançamento do livro *A Queda do Céu*, de Davi Kopenawa, em São Paulo
- Participação na inauguração do Pavilhão Claudia Andujar no Centro de Arte Contemporânea Inhotim, em Minas Gerais.

▶ ISA SGC

- Trabalho em conjunto com o Departamento de Comunicação da Foirn para elaboração de boletins e notícias;
- Revisão em conjunto com Braz França, presidente da Foirn entre 1990 e 1996, de uma memória sobre o movimento indígena e trajetória pessoal;
- Participação nas reuniões mensais do Exército com lideranças indígenas ao longo do ano;
- Participação no encontro da ERN com as coordenadorias regionais e a diretoria da Foirn em fevereiro
- Participação na reunião do Comitê Regional da Funai em fevereiro;
- Participação no Grupo de Trabalho interinstitucional sobre programas de benefícios sociais;
- O telecentro e a biblioteca do ISA São Gabriel da Cachoeira foram utilizados na realização de módulos do curso de gestão territorial, reuniões de planejamento e apresentações institucionais. A biblioteca é referência na região para pesquisas escolares, universitárias, científicas e outras, principalmente em relação aos temas povos indígenas do Rio Negro.

▶ DIREITOS DA MULHER INDÍGENA

- Elaboração de diagnóstico sobre a vulnerabilidade das mulheres yanomami na Casa do Índio (Casai) de Boa Vista;
- Trabalho junto aos funcionários da Casai, visando pactuar mecanismos de controle social para diminuir a vulnerabilidade das mulheres yanomami enquanto esperam por atendimento na Casai.

Indicadores

▶ YANOMAMI

- Parceria com CRRN/Funai através de planejamento e execução conjunta de atividades;
- Planejamento estratégico da Hutukara com parceiros (ISA, Diocese, Funai, Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye´kwana);
- Oficina sobre Políticas Públicas;
- Oficina sobre ações de comunicação da Hutukara.



Seminário sobre mineração em Terras Indígenas com foco nos PGTAs, promovido pela Foirn em parceria com ISA, ERN e Funai.

© RENATO MARTELLI SOARES/ISA

► ISA SGC

- Assessoria às comunidades e associações indígenas do Alto Rio Negro;
- Espaço Público (telecentro e biblioteca) estruturado com todos os equipamentos adequados para realização de atividades em audiovisual e atendimento ao público;
- Relações interinstitucionais em SGC;
- Planejamento e trabalho em conjunto permanente com a Foirn.

► DIREITOS DA MULHER INDÍGENA

- Diagnóstico sobre violência contra as mulheres na Casai;
- Mecanismos de notificação de violência contra as mulheres indígenas;
- Encontros de sensibilização para os Yanomami.

Avaliação

► YANOMAMI

A Hutukara e o ISA participaram das etapas locais dentro da TIY, da etapa regional e a Hutukara acompanhou a Conferência Nacional de Política Indigenista. A Hutukara elaborou e distribuiu um informativo bilingue sobre a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.

A Hutukara também participou da XXI e XXII reuniões do Condisi (Conselho Distrital de Saúde Indígena) juntamente com as demais associações Yanomami e Ye'kwana. Apesar de terem conquistado assento do Condisi, as ações de controle social ainda são insuficientes. Prossegue o cenário de ineficiência dos atendimentos básicos de saúde prestado nas comunidades assim como se mantém o grande número de remoções para a Casa de Saúde do Índio (Casai). No mês de outubro houve a troca da coordenação do DSEI- Yanomami e Ye'kwana.

A rede de radiofonia vem sendo ampliada gradativamente através da campanha lançada em 2012 e desde o início já foram instalados 16 novas radiofonias, totalizando uma rede de 33 rádios. Há uma lista com 21 comunidades que deverão ser beneficiadas. Em 2015, visando ampliar o alcance da campanha, foi lançado no site da HAY um filme que visa sensibilizar novos doadores. No entanto, não obtivemos o número previsto de rádios instalados esse ano, que era 10. Foram instalados 5 rádios, além da manutenção da estrutura de outras três comunidades.

Em 2015, o Coping conseguiu aprovar um projeto com a cooperação internacional, ampliando o seu leque de parcerias e de realização de atividades consideradas prioritárias. Com dez anos a organização vai se firmando na governança de seu território.

► ISA SGC

Em relação ao ISA em SGC, as demandas e atividades ultrapassam a capacidade da atual equipe. Desta forma, o aumento da presença da equipe do ISA, principalmente do Programa Rio Negro, mas também de seus diferentes programas, é visto como meta para ampliar e qualificar o trabalho do ISA na região.

► DIREITOS DA MULHER INDÍGENA

A participação das mulheres Yanomami em iniciativas que visam a geração de renda e a valorização de seus conhecimentos cresceu no último ano e o ISA vem apoiando a organização destas iniciativas. As discussões para a elaboração do PGTA Yanomami e Ye'kwana devem potencializar estas iniciativas.

O desenvolvimento das ações na Casai demonstra a vulnerabilidade das mulheres indígenas quando necessitam de tratamento médicos na cidade e os desafios para garantir o reconhecimento e implementação dos direitos das mulheres indígenas. Avaliamos a necessidade de continuar desenvolvendo as ações na Casai, visando estabelecer laços de confiança entre as mulheres e as equipes do ISA e da Hutukara para compreendermos as demandas apresentadas pelas mulheres indígenas.

Perspectivas

► YANOMAMI

Em 2016 acontecerá a VIII Assembleia Geral da Hutukara com a eleição de uma nova diretoria para a associação Yanomami. Também serão realizadas oficinas voltadas para a gestão institucional da Hutukara, a saber: oficina de boas práticas de gestão organizacional; oficina para sistematização dos trabalhos desenvolvidos pela diretoria da HAY (2013 a 2016); oficina para elaboração do plano de trabalho para o próximo quadriênio (2017-2020).

Em 2016 deve ser concluído o levantamento parcial de sementes Ingarikó e concretizado o viveiro de mudas e o banco de sementes no Centro Nutrir. No segundo semestre, o Coping deve realizar oficinas para elaborar o plano de visitação da região Ingarikó, em conjunto com o ICMBio e outros parceiros.

► ISA SGC

Ampliar a rede de parcerias com as instituições locais; manter a parceria com a Foirn, garantindo as atividades de apoio às associações indígenas e o desenvolvimento de ações propostas em conjunto.

► DIREITOS DA MULHER INDÍGENA

Realizar oito encontros de sensibilização na Casai/RR; realizar quatro oficinas de tecelagem com as mulheres Yanomami, Ye'kwana, Ninan, Sanöma e Yanomami, envolvendo aproximadamente 100 pessoas; aprofundar o diagnóstico sobre a violência a vulnerabilidade das mulheres Yanomami na Casai; pactuar os mecanismos para registro dos casos de violência e mecanismos que possam melhorar a segurança e o bem-estar das mulheres quando estão na Casai; discutir o tema planejamento familiar (infanticídio e adoção).

Coordenação do Programa Rio Negro

O que é

O PRN/ISA está envolvido em redes sociopolíticas comprometidas com o bem viver e a sustentabilidade na Amazônia, fomentando a circulação de conhecimentos, práticas, técnicas e recursos. Sua coordenação visa planejar, organizar e qualificar as atividades a serem desenvolvidas no PRN, aproximando e sintonizando as pessoas da equipe, coordenando suas agendas, compartilhando informações, organizando a execução dos recursos orçamentários e buscando alcançar os resultados de forma mais focada e eficiente. Visa assim contribuir efetivamente para os processos socioambientais nos quais participamos.

O que foi feito

- Elaboração do Planejamento Estratégico do PRN 2016-20, iniciado em dezembro de 2014 e com conclusão prevista para junho de 2016.
- Participação em reuniões gerais da Coordenação do ISA para discussão e deliberação de questões institucionais.
- Acompanhamento e facilitação de três avaliações do PRN pelos financiadores Fundação Gordon & Betty Moore, Fundação Rainforest da Noruega e Horizont3000.
- Interface entre o PRN e demais áreas e programas do ISA no que se refere ao planejamento, comunicação, realização e monitoramento de atividades e de recursos humanos e financeiros.
- Organização e coordenação das reuniões de planejamento anual, ocorridas no início do ano em Boa Vista, Manaus e São Gabriel da Cachoeira, e da reunião geral de final de ano em dezembro, na sede do ISA em São Paulo.
- Interlocução permanente com representantes das instituições parceiras e que apoiam o PRN.
- Apoio e participação no lançamento em São Paulo do livro *A Queda do Céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert, editado pela Companhia das Letras.
- Captação de recursos.

Indicadores

- Capacidade de interlocução com outras instituições e pesquisadores para constituir parcerias necessárias à consolidação do Programa;
- Número de parcerias institucionais e colaboradores;
- Capacidade de renovar e formular projetos e captar oportunidades;
- Publicações colaborativas sobre os temas dos projetos;
- Publicações de autores indígenas;
- Número de pesquisadores e agentes de manejo indígena;
- Número e diversidade de produtos cartográficos;
- Capacidade de apoio logístico às atividades dos projetos e às equipes de campo;
- Qualidade da infraestrutura para o trabalho das equipes do programa;
- Visibilidade das ações dos projetos do Programa Rio Negro.

Avaliação

Esse foi um ano de transição. Apesar das restrições orçamentárias, foi possível avançar no planejamento estratégico, preparar a recomposição da equipe e coordenação, e produzir ou iniciar a negociação de novos projetos – necessários à sustentabilidade financeira e das atividades do Programa.

Perspectivas

- Implementar o Planejamento Estratégico 2016-2020 do Programa Rio Negro;
- Aprimorar a gestão de projetos com fundos públicos;
- Viabilizar o extenso programa de sistematização e publicação de resultados das atividades do PRN nos últimos anos;
- Fortalecer e ampliar a rede de pesquisadores (indígenas e não indígenas) e colaboradores;
- Preparar uma nova geração de projetos que permitam viabilizar as parcerias, desdobramentos e novidades do PRN, em coordenação com o planejamento estratégico do ISA;
- Avançar na elaboração de projeto que visa a construção de uma rede de pesquisa e monitoramento para o manejo integrado da Bacia do Rio Negro.

Melhores momentos

- Segunda etapa da Expedição Anaconda, parte do projeto Mapeo, parceria entre Foirn, ISA e Iphan, com apoio da CRRN/Funai (janeiro).
- Expedição Maracá-Urariacá. Com essa iniciativa encerra-se a série de expedições pelo limite leste da TI Yanomami, que viajou mais de 500 Km pela linha demarcatória (novembro).
- Ações de parceria entre ISA, Foirn e CRRN/Funai referentes a manejo ambiental, educação escolar e gestão territorial.
- Inauguração de duas Casas da Pimenta na Escola Pamaáli, Rio Içana, e na comunidade Yamado, próxima à cidade de SGC, com a presença dos chefs Alex Atala, Bela Gil e Felipe Schaedler (abril).
- Intercâmbios: representantes das comunidades do Médio Rio Negro foram conhecer o projeto Pimenta Baniwa em SGC, e realizaram um debate sobre as políticas públicas para agricultura indígena; Yanomami do Rio Demini visitaram a Coomru, na Resex do Unini, para conhecer a usina de beneficiamento de castanhas da cooperativa, com a colaboração e apoio do ISA, FVA e Asiba (outubro); Baniwa, do Alto Rio Negro, e Wai Wai, de Roraima, visitaram a miniusina de beneficiamento de produtos da floresta instalada na Resex do Iriri, Terra do Meio (novembro).
- Preparação para inserção dos cogumelos yanomami no mercado gastronômico, incluindo assessoria do Dr. Keisuke Tokimoto/Tottori Mycological Institute (Japão) e Dra. Noemia Ishikawa/Inpa, com apoio do Instituto ATÁ.
- Instalação de boxes divididos por biomas no Mercado de Pinheiros em São Paulo, parceria com o Instituto ATÁ.
- Firmada parceria com os Yanomami para a promoção do ecoturismo no Pico da Neblina.

- Realizada oficina de etnomapeamento do Pico da Neblina com ICMBio e Ayrca.
- Manejo de peixes, proteção territorial e infraestrutura nas comunidades a partir do projeto de Turismo de Pesca Esportiva de Base Comunitária no Rio Marié, Médio Rio Negro.
- Lideranças ingarikó visitaram as comunidades Pemon Kuramakapay e Paraitepuy, Parque Nacional CanAIMA, Venezuela, para conhecer os desafios da atividade turística no Monte Roraima.
- Realização de sete oficinas para a construção dos PGTA dos Territórios indígenas do Rio Negro, produzidas em parceria por Foirn, Funai, ISA e pesquisadores colaboradores (setembro e outubro).
- Seminário sobre mineração em Terras Indígenas com foco nos PGTA, promovido pela Foirn em parceria com ISA, Embaixada Real da Noruega e Funai (29/set a 01/10).
- Oficina Inaugural do PGTA da TI Yanomami, com participação de mais de 80 lideranças, no lago Caracaranã (outubro).
- Rede Rio Negro realiza segunda edição do seminário Visões do Rio Negro, em Manaus (agosto).
- Divulgação da publicação *Território e comunidades Yanomami Brasil-Venezuela 2014*, por meio de reuniões em Brasília com diversos ministérios e outros órgãos públicos (março).
- Oficinas sobre direitos da mulher, com as mulheres Yanomami que estão como pacientes ou acompanhantes na Casa de Boa Vista.
- Apoio às mulheres Yanomami para produção e comercialização de redes.
- Três programas de rádio produzidos pelos Yanomami, divulgando atividades da parceria HAY/ISA, via radiofonia e pen drives/celulares.
- Apoio à RFN na preparação da campanha para arrecadação de recursos na TV norueguesa – NRK (outubro).
- Seminário de Pesquisa Intercultural na UFMG, com pesquisadores Yanomami e Ye'kwana, no escopo da parceria ISA, HAY, UFMG, Pdyp e Diocese de Roraima (novembro).
- III Encontro Binacional Yanomami Ye'kwana realizado no Lago Caracaranã, TI Raposa-Serra do Sol, com a participação de 90 de organizações indígenas e não indígenas (outubro).
- Apresentação de experiências de manejo e turismo de pesca no Rio Negro, na Conferência Global sobre pesca em águas continentais da FAO, em Roma (janeiro).
- Como resultado do trabalho do ISA em parceria com a HAY, a PF realiza investigações que levaram a descobrir que o garimpo ilegal na TI Yanomami movimentou cerca de R\$ 1 bilhão nos anos 2013 e 2014 e localizou uma comercializadora do ouro Yanomami na Avenida Paulista (maio).
- Devolução do sangue Yanomami, levado do Brasil por pesquisadores norte-americanos sem o consentimento dos índios, resultado de um importante trabalho de advocacy (abril).
- Apresentação do site Ciclos Anuais do Rio Tiquié no Espaço do Clima da Sociedade Civil na COP-21, em Paris (dezembro).
- Encontro com a equipe de Kew Gardens em Londres para desenvolver o projeto de pesquisa sobre as coleções etnográficas do explorador britânico Richard Spruce (julho).
- Realização de Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Roraima sobre Energias Alternativas, com apresentação dos resultados do Projeto Cruviana, análise do ISA sobre os riscos da Hidrelétrica de Bem Querer, e contribuições na elaboração de Projeto de Lei para estímulo à energia solar e eólica em Roraima.
- Avanço nas negociações com o Luz Para Todos para instalação dos sistemas de geração de energia solar+eólica na TI Raposa-Serra do Sol.
- Campanha ISA-Hutukara contra a mineração no leito do Rio Uricacoera, exigindo o cumprimento do decreto de transferência das terras da União para Roraima.

VALE DO RIBEIRA

O que é

Programa regional que tem como unidade de atuação a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuário Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. Trata-se da mais importante área de Mata Atlântica remanescente no Brasil, tendo sido reconhecida em 1992 pela Unesco como Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade. O Vale do Ribeira abrange as regiões sudeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná. No atual cenário das Mudanças Climáticas, ganha ainda mais importância por conservar com suas florestas, rica biodiversidade e sociodiversidade e um importante manancial de água próximo da região mais populosa do país.

O objetivo do Programa Vale do Ribeira (PVR) é contribuir para o desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira, atuando em esferas diversas, passando pelos indivíduos, pelo fortalecimento organizativo local e regional por meio da educação, da cultura, do planejamento e gestão territorial com interface em políticas públicas.

Por meio do Programa, o ISA participa de diversos Conselhos de Unidades de Conservação estaduais e federais e fóruns de articulação e discussão de políticas públicas: Mosaico Jacupiranga, Comitê da Bacia do Rio Ribeira de Iguape, Conselho do Pólo de Biotecnologia da Mata Atlântica, Coordenação da Campanha contra a construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape; Pacto Pela Restauração da Mata Atlântica; participa ainda da Rede de ONGs da Mata Atlântica e da Coordenação da Campanha Cílios do Ribeira entre outros.

O PVR desenvolve projetos de planejamento e desenvolvimento socioambiental, fortalecimento organizativo, processos formativos, fortalecimento da cultura tradicional e geração de renda em dezenove comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira.

Nos últimos anos, o Programa têm enfrentado desafios de sustentabilidade para manter suas ações, e por isso diminuiu o número de projetos e a equipe técnica e tem buscado realizar ações mais focadas e estratégicas para a região.

Equipe

Raquel Pasinato (bióloga, coordenadora); Alexandre Kishimoto (antropólogo, técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Frederico Viegas de Freitas (cientista social, técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Gilvani Scatollin Leite (estagiário); Náutica Pupo Pereira de Moraes (auxiliar de serviços gerais); Renato Flávio Resende Nestlehner (Técnico Agrícola, auxiliar técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Ivy Wiens (relações públicas, assessora).

Colaboradores: Ângela Biagione (Eaacone); Andrew Toshio (Defensoria Pública do Estado de São Paulo); Alexandre Ribeiro Filho (Pesquisador); Anízia Lourenço (Associação dos Artesãos de Iguape); Alexandre Oliveira (CIEM); Antonio Lara (Idesc); Arminda Jardim (Cambuci); Benedito Alves da Silva (Associação Quilombo Ivaporunduva); Cristina Adams (Pesquisadora da USP/Leste); Everton Libório (Eaacone); Felipe Leal (Fotógrafo); Francisca Alcivânia de Melo Silva (Pesquisadora Unesp/Registro); Gilberto Otha (Cooperagua); Gisele Villar (Rede Cananéia); Lara Rossi (Itesp, Assessora de capacitação); Juliano Codorna (Agrônomo); Kjersti Thorkildsen (Pesquisadora Noragric); Maria Ignêz Mariconi (Itesp); Marcos Robert Viotti (Itesp);

Michael M. Nolan; Monica Barroso (Bazar Design na Mata); Nivaldo Maia (Banco de Alimentos de Campinas); Ocimar Bin (Idesc); Paula Fogaça (Prefeitura Municipal de Apiaí); Pedro Jovchelevich, Vladimir Moreira (Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica); Rosana Gasparini (Geógrafa); Rosely Alvim Sanches (Bióloga, Unicamp); Sydnei Santana e Silva (Itesp, engenheiro agrônomo); Sueli Berlanga (Eaacone); Zeni de França (Cooperquivalente); Osvaldo Santos (Cooperquivalente); José da Guia (Cooperquivalente); Vanessa França (Cooperquivalente), Crisante (Cooperquivalente).

Parcerias e fontes de financiamento

▶ Parceiros locais

Associação Quilombo Abobral Margem Esquerda; Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Bairro Galvão; Associação Quilombo Mandira; Associação Quilombo Morro Seco; Associação Quilombo Bombas; Associação Quilombo Cangume; Associação Quilombo do bairro Poça; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Maria Rosa; Associação Quilombo Nhunguara; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pilões; Associação Quilombo Piririca; Associação Quilombo Porto Velho; Associação Quilombo Praia Grande; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Sapatu; Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone); Faquivar – Federação das Associações quilombolas do Vale do Ribeira; Cepce – Centro de Educação, Profissionalização e Cultura Empreendedora; Cooperquivalente – Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira..

▶ Parcerias institucionais locais, regionais, nacionais, internacionais e fontes de financiamento

CIEM/MME Centro Integrado de Estudos Multidisciplinares; Diocese de Registro: parceria nas atividades do projeto da Campanha de Recuperação da Mata Ciliar e Campanha contra Tijuco Alto; Diretorias regionais de ensino de Miracatu, Registro e Apiaí: parceria na execução das atividades e Campanha Cílios do Ribeira; Fehidro/CBH-RB - Fundo Estadual dos Recursos Hídricos/Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul: apoio financeiro; Fundação Florestal (FF-SMA-SP): parceria na implementação de atividades; Fundação Banco do Brasil: apoio financeiro; Fundação Nacional do Índio - Funai - parceria na implementação de atividades; Idesc-Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira: parceria na execução de atividades regionais; Instituto Ambiental Vidágua: parceria na implementação da Campanha Cílios do Ribeira; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan: parceria no processo de registro do sistema agrícola quilombola; Itesp - Fundação Instituto de Terras “José Gomes da Silva”: parceria na implementação de atividades; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - parceria na implementação de atividades; Associação Bem te vi: apoio financeiro; Moab - Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira: parceria na execução de atividades; Petrobrás – apoio financeiro; Prefeitura Municipal de Iporanga (SP) – parceria na implementação de atividades; Prefeitura da Estância Turística de Eldorado SP) – parceria na implementação de atividades; Prefeitura Municipal de Itaóca (SP) – parceria na implementação de atividades; Prefeitura Municipal de Apiaí – parceria na implementação de atividades; Prefeitura Mu-

nicipal de Barra do Chapéu – parceria na implementação de atividades; Prefeitura Municipal de Jacupiranga- parceria na implementação de atividades; Prefeitura Municipal de Registro: parceria na implementação de atividades; Rede Juçara: parceria na execução de atividades do projeto em rede sobre palmeira juçara; Rede Cananéia, Sindicato Rural de Cajati, USP Leste: apoio técnico e parceria na execução de atividades; Unesp Registro – apoio técnico e parceria nas atividades da Campanha Cílios do Ribeira; Universidade Federal do ABC – parceria na implementação de atividades no quilombo Poça; Defensoria Pública do Estado de São Paulo/unidade Registro: parceria na implementação de ações relacionadas a direitos dos povos tradicionais.

O que foi feito

O ISA vem atuando no Vale do Ribeira desde 1996, quando elaborou o Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira. A partir daí, a abrangência de suas atividades vêm crescendo e se diversificando. Atualmente o Programa Vale do Ribeira está estruturado em três linhas de ação: Desenvolvimento Sustentável Local; Monitoramento Socioambiental Regional e Educação e Cultura.

► Parcerias

O ISA vem trabalhando conjuntamente com algumas instituições regionais, com o objetivo de alcançar sinergia nos esforços, ganhar em eficiência na alocação de recursos físicos, humanos e financeiros e em eficácia na apresentação dos resultados das atividades.

Em 2015 o diálogo e as ações conjuntas com parceiros locais e regionais foi mantido buscando melhores resultados para a região. Novos trabalhos e ações de continuidade para 2016 estão sendo construídos com parceiros regionais.

Em 2015 houve mais dificuldade de trabalhar as parcerias com os órgãos estaduais, especialmente pela falta de estrutura de trabalho desses órgãos na região, o corte orçamentário que afetou as organizações e as divergências técnicas sobre o papel do Estado de São Paulo frente ao cumprimento dos direitos dos povos tradicionais da região. Algumas ações desenvolvidas em parceria com órgãos públicos foram mantidas, como a cooperação com o Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo em um esforço entre Itesp, Fundação Florestal, Cetesb, ISA e associações quilombolas para a realização dos processos de licenciamentos ambientais para supressão de vegetação e obtenção das autorizações com fins de roças tradicionais em 2015. Outra ação desenvolvida em parceria foi a oitava edição da feira de sementes das comunidades quilombolas.

Uma parceria importante foi a participação no Colegiado de Desenvolvimento Territorial, o Codeter: juntamente com órgãos públicos e outras organizações da sociedade civil foi possível promover o debate sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e apoiar a realização da conferência territorial com a participação de mais de 160 pessoas.

Em 2015 o ISA focou no fortalecimento da parceria com a Cooperquival (Cooperativa dos agricultores quilombolas), ampliando a parceria com os quilombolas. O ISA trabalhou no fortalecimento da gestão e na comercialização dos produtos da cooperativa.

Com as associações quilombolas, o ISA continua apoiando o fortalecimento organizativo dessas associações de forma transversal e integrada nos projetos. A parceria busca contribuir com a organização administrativa das associações e na execução de projetos de cultura, gestão territorial, educação e geração de trabalho e renda com foco na promoção e valorização cultural do Sistema Agrícola Quilombola.

Assim, o programa investiu esforços para incentivar o fortalecimento cultural das comunidades como estratégia de reconhecimento, valorização e manutenção do modo de vida tradicional nos territórios quilombolas. Em 2015 deu andamento com as comunidades ao processo de registro do Sistema Agrícola como patrimônio imaterial junto ao Iphan; com as comunidades criou o Paiol de Sementes Quilombolas e lançou dois vídeos- documentários sobre o Sistema Agrícola.

Com a ampliação das parcerias para a formação de jovens agentes socioambientais o ISA conseguiu ampliar o diálogo com outras populações tradicionais e agricultores familiares da região, possibilitando a troca de experiências entre eles.

Indicadores

► Linha de Ação: Desenvolvimento Sustentável Local

• Econômicos:

Aumento na renda das comunidades por meio do acesso às políticas públicas de comercialização como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); apoio às operações da cooperativa quilombola que auxilia a comercialização dos produtos dos cooperados; venda de 82,4 toneladas de produtos agrícolas por mês, em 2015, para o PAA 2014/2015.

• Sociais:

239 cooperados quilombolas participando na cooperativa; aumento do número de famílias e jovens participando das atividades, principalmente relacionadas à agrobiodiversidade e cultura; cerca de 70 jovens envolvidos.

• Ambientais:

- Incentivo e informação técnica à elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para as comunidades quilombolas da APA Quilombos do Médio Ribeira;

- Apoio à implementação de pequenos projetos de educação ambiental de jovens rurais, participantes do processo de Formação de Agentes Socioambientais, tais como: projetos de fossa ecológica, energia solar, recuperação de áreas degradadas, hortas ecológicas;

- Criação do Paiol de Sementes Quilombolas com 88 variedades disponíveis.

- Ampliação das trocas de sementes durante a feira de 2015 com cerca de 115 variedades de sementes e mudas levantadas e trocadas entre as famílias quilombolas; diversidade de produtos da agrobiodiversidade dos territórios quilombolas comercializados no PAA com 64 etnovariedades diferentes.

► Linha de Ação: Educação e Cultura

• Visibilidade e valorização dos bens culturais de 19 comunidades;

• Andamento no processo para o registro do Sistema Agrícola quilombola como patrimônio imaterial;

• Produção e divulgação de dois vídeos documentários sobre o Sistema Agrícola:

- *Sementes de quilombos* (981 visualizações no Youtube, 10.639 visualizações no Facebook e 318 compartilhamentos);

- *Mutirão quilombola* (1.177 visualizações no Youtube, 19.159 visualizações no Facebook e 716 compartilhamentos);

• Participação no Conselho Estadual de Educação Quilombola que o ISA integra;

- Participação nas audiências públicas sobre educação diferenciada promovidas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo;
- Conclusão da etapa modular da Formação de Agentes Socioambientais (FAS) com a participação de 67 jovens da área rural do Vale do Ribeira.

▶ Linha de Ação: Monitoramento Socioambiental Regional

- Número de parceiros regionais (15);
- Diversidade de parceiros (número de parceiros/área de atuação);
- Produção de Informações sobre Pagamento de Serviços Ambientais para o Vale do Ribeira;
- Contribuição nas discussões do Comitê de Bacias sobre as obras de transposição de águas do Vale para São Paulo;
- Ampliação das ações na região atingindo o público jovem da zona rural.

Participação em Comitês e Conselhos Regionais:

- Comitê Regional de Bacias CBH-RB
- Colegiado de Desenvolvimento Territorial – Codeter/MDA
- Conselho da Apa Quilombos do Médio Ribeira
- Conselho Estadual de Educação Quilombola
- Gerco Vale do Ribeira – ZEE-Zoneamento Ecológico e Econômico
- Mesa Permanente de Regularização Fundiária – Incra/SP;
- Pacto pela restauração da Mata Atlântica
- Rede de ONGs da Mata Atlântica
- Reju – Rede Juçaraa

Produtos

- Seis notícias socioambientais produzidas
- Vídeo Mutirão Quilombola
- Vídeo Sementes de Quilombo
- 1ª edição do Calendário Agrícola Quilombola
- Lançamento do Paiol de Sementes Quilombolas

Campanhas:

- Contra a construção de barragens
- Recuperação das Matas Ciliares do Rio Ribeira de Iguape - Cílios do Ribeira

Avaliação

O Vale do Ribeira tem importância socioambiental reconhecida há algum tempo, quando a Unesco lhe concedeu o título de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica por tratar-se da principal área remanescente desta floresta no planeta.

O ISA, pelo programa Vale do Ribeira, se estabeleceu na região enquanto uma organização importante e articuladora regional da sociedade civil, além de atuar apoiando 19 associações quilombolas com atividades diretas e indiretamente em outras da região.

Em 2015 houve um conjunto de ações em nível nacional e uma conjuntura política desfavorável ao avanço do marco legal relacionado aos direitos territoriais quilombolas. Praticamente não houve avanços relacionados a titulação das terras de quilombo. Mesmo com o convênio estabelecido entre o Incra e o Itesp visando a regularização fundiária de 12 territórios em nível estadual, em 2015 as ações foram mínimas. A morosidade do Incra e o não cumprimento de suas obrigações de titulação na região ainda são o maior problema. No Estado de São Paulo houve apenas um território re-

conhecido e na porção paranaense do Vale nada aconteceu neste sentido. Por outro lado, aconteceram avanços nas discussões regionais sobre temas nacionais como o sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR) para os territórios quilombolas, sua validação e seus problemas se sobreposição com territórios tradicionais, além de conversas importantes para esclarecimento das populações sobre a nova lei da biodiversidade, que regulamentou o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional. O ISA desenvolveu ações específicas focadas na juventude rural com o projeto de Formação de Agentes Socioambientais trazendo questões socioambientais e oportunidade de desenvolvimento na região para este público e consequentemente aumentou, entre os jovens, o conhecimento sobre a sua região e suas potencialidades.

A Cooperativa quilombola se fortalece a cada dia, as famílias ampliaram seu acesso às políticas públicas de PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), houve oportunidades para os quilombolas desenvolverem sua agricultura para geração de renda e aumento da segurança alimentar. Em 2015 a Cooperativa e os seus cooperados se prepararam melhor para atender ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O PVR, juntamente com outros parceiros, forneceu apoio técnico à gestão do programa PAA dentro da Cooperquivalé visando ajudar as famílias quilombolas a acessar o programa e também impulsionando a manutenção das roças por meio do resgate e valorização das variedades tradicionais com a realização da feira de troca de sementes e a criação do Paiol de Sementes Quilombolas.

Em relação aos desafios climáticos, na avaliação geral do programa, as ações estão contribuindo no sentido de mitigar alguns impactos, por meio da estratégia de conservação de variedades tradicionais como o Paiol de Sementes, e a gestão socioambiental dos territórios quilombolas. Estas ações ajudam a manter a biodiversidade da Mata Atlântica, além de contribuir na conservação do solo e na adaptabilidade das populações às mudanças do clima.

O plano diretor de matas ciliares da Bacia do Ribeira executado pelo ISA é um instrumento de gestão e tomada de decisão que já está auxiliando a propor políticas públicas adequadas às condições ambientais e sociais da região. Os dados e informações técnicas produzidos pelo ISA estão sendo utilizados no Plano de bacias da região, elaborado pelo Comitê que está em andamento.

O conjunto de intervenções do programa em suas três linhas de ação contribui para a busca de um modelo de desenvolvimento adequado às características socioambientais da região do Vale do Ribeira. O modelo implica conservar a agrobiodiversidade dos povos tradicionais e a biodiversidade da Mata Atlântica com toda sua riqueza socioambiental, ao mesmo tempo que promove a geração de renda e a valorização alimentar destes produtos, empreendimentos de baixo impacto, alternativas sustentáveis, que possam garantir o futuro das próximas gerações.

Perspectivas

O Programa Vale do Ribeira continuará em 2016 com a implantação, consolidação e monitoramento das atividades descritas neste relatório. Para isto conta com projetos já aprovados e está em busca de novos apoios. Manterá sua participação no campo das políticas públicas regionais, atuando em fóruns locais acompanhando e cobrando enquanto sociedade civil a elaboração dos planos de manejo do Mosaico do Jacupiranga; em fóruns estaduais, no acompanhamento do Plano de Bacia Hidrográfica do Ribeira, acompanhando a discussão regional sobre recursos hídricos,

transposição de água da bacia para São Paulo e Pagamento de Serviços Ambientais; na conclusão do Zoneamento Ecológico Econômico do Vale do Ribeira, na validação do Cadastro Ambiental Rural para os territórios quilombolas e na realização da feira de troca de sementes tradicionais quilombolas.

Atuará junto às comunidades tradicionais contra o retrocesso nos direitos socioambientais em curso no país.

Atuará no Conselho da APA Quilombos do Médio Ribeira apoiando a construção coletiva de procedimentos para o licenciamento das áreas de roças quilombolas na aplicação da resolução SMA 027/2010 que delibera sobre isto, bem como apoiando as comunidades na luta pela regularização fundiária de suas áreas, sobrepostas pelas UCs.

Fará esforços para ajudar os agricultores quilombolas a organizar a Cooperativa e a produzir e processar variedades tradicionais para alimento e comercialização nos programas PAA, PNAE e PPAIS (Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social). Apoiará a coordenação da cooperativa na busca de novos mercados para o excedente da produção não comercializada. Contribuirá na gestão organizativa da cooperativa juntamente com outros parceiros locais.

Em 2016 o PVR vai concluir o dossiê do Sistema Agrícola Quilombola para seu registro como Patrimônio Imaterial o junto ao Iphan, além de entregar ao Iphan uma série de vídeos-documentários sobre o Sistema Agrícola Quilombola.

Em 2016 serão realizadas atividades específicas para produção e valorização do conhecimento dos agricultores quilombolas do Vale, para valorização das etnovarietades tradicionais; será implementado de forma participativa o Paiol de Sementes Tradicionais e a realização das etapas experimentais para escolha das melhores variedades a serem conservadas. Serão promovidos momentos de apropriação das comunidades sobre as políticas públicas sobre sementes para aquisição e venda e espera-se ampliar a discussão sobre certificação orgânica e valor agregado à produção agrícola.

Será realizado um seminário regional para apresentação e definição com os atores regionais de uma estratégia de Pagamento de Serviços Ambientais para a região do Vale do Ribeira.

Serão formados 67 jovens como Agentes Socioambientais da região que atuarão como multiplicadores no campo trabalhando em projetos de educação ambiental e desenvolvimento comunitário. Serão concluídos 12 pequenos projetos comunitários de educação ambiental, elaborados e executados pelos jovens.

A região de atuação do Programa é uma reserva importante de Mata Atlântica para o Estado de São Paulo, que já está desenvolvendo uma política estadual de redução de emissões. Localiza-se entre duas grandes capitais brasileiras, São Paulo e Curitiba, que usufruem dos serviços prestados por esta floresta, como água, por exemplo, e muitos outros recursos naturais, ainda que extraídos ilegalmente, como o palmito juçara.

Melhores momentos

- Mutirão Quilombola de colheita de arroz em Morro Seco;
- VIII Feira de Trocas de sementes das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira;
- Seminário do módulo de Integração do curso de Formação de Agentes Socioambientais;
- Lançamento do Paiol de Sementes;
- Seminário com as lideranças quilombolas sobre retrocessos em direitos dos povos tradicionais.

Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

O que é

Monitoramento socioambiental participativo e interativo, atualização e disponibilização das informações produzidas, capacitação dos atores locais e apoio ao desenvolvimento de ações e projetos visando a formação de agenda positiva para o desenvolvimento sustentável na região e a elaboração de políticas públicas relativas à gestão dos recursos naturais e dos direitos de comunidades tradicionais aí residentes.

Equipe

Raquel Pasinato; Ivy Wiens

Colaboradores: Angela (Eaacone/Moab); Carlos Nicomedes (Eaacone); Josenei Cará (Fundação Florestal); Katia Maria Pacheco (Fundação Florestal); Ocimar Bin (Idesc); Renato Flavio Resende Nesthlener (ISA); Sueli Berlanga (Eaacone/Moab); Tom (Moab/Eaacone); Titi (Prosa na Serra); Andrew Toshio (Defensoria Pública do Estado de São Paulo).

Parcerias e fontes de financiamento

Fehidro/CBH-Ribeira; Caliar - Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Ribeira; Idesc; Associação Prosa na Serra; Eaacone (Equipe de Assessoria e Articulação das Comunidades Negras); Instituto Ambiental Vidágua; Moab (Movimento dos Ameaçados por Barragens); Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE); Aliança pela Água.

O que foi feito

- Participação nas assembleias e reuniões da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão, da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Grupo Técnico do Plano de Bacia.
- Encontra-se em discussão a atualização do Plano Diretor da Bacia Hidrográfica Ribeira de Iguape e Litoral Sul. O ISA faz parte do grupo de trabalho que discute a metodologia de implantação e os trabalhos executados pela empresa contratada para sua elaboração. Ao longo de 2015 foram realizadas reuniões do GT, além de oficinas abertas para o início da elaboração do plano.
- O ISA faz parte do grupo técnico do Comitê da Bacia Hidrográfica Ribeira de Iguape e Litoral Sul, que realizou visita às obras do Sistema Produtor

São Lourenço, no município de Jquitiba, em junho de 2015. Esta obra tem o objetivo de transpor águas para a Região Metropolitana de São Paulo, e vem gerando muita discussão na região por seus impactos.

- Participação no Grupo Setorial de Coordenação do Vale do Ribeira do Gerenciamento Costeiro do Estado de São Paulo – Gerco.
- O ISA é membro da coordenação geral do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, articulação que reúne organizações não governamentais, governos e empresas em ações em benefício do bioma. Em maio foi realizado um encontro, no Rio de Janeiro, para apresentar novos produtos elaborados pela coordenação e definir o planejamento de ações.
- O ISA acompanha há mais de quinze anos o processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto, proposta pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) para ser construída no Alto Vale do Ribeira. Em 2015 a empresa Msul Energia visitou comunidades quilombolas de Adrianópolis (PR) e Itaóca (SP) para aplicar questionário socioeconômico. Os movimentos sociais da região identificaram que esses estudos estão vinculados ao licenciamento ambiental da Pequena Central Hidrelétrica Itaóca. O ISA integra o grupo que vem discutindo mais esta ameaça à sociobiodiversidade da região.
- O Quilombo Bombas, em Iporanga, foi reconhecido em 2014, após dez anos de discussão e de uma ação civil pública de autoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Nesta ação, além do reconhecimento, foi solicitado o atendimento a outras demandas, como a abertura de estrada de acesso, o funcionamento de escola na comunidade, entre outros. O ISA, como parceiro da comunidade, participou de reuniões ao longo de 2015 para acompanhar o andamento da ação e subsidiar a associação e a DPE no processo.
- Em novembro a equipe do ISA participou do seminário do Dia da Consciência Negra, promovido pelo Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab) e Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone), onde foram discutidos os empreendimentos que afetam as comunidades quilombolas, a conjuntura nacional e seu impacto aos direitos, além da priorização de esforços na luta contra os retrocessos na legislação.
- A Defensoria Pública e o Ministério Público do Estado de São Paulo realizaram em dezembro um seminário sobre comunidades tradicionais e unidades de conservação, e o ISA foi um dos expositores.
- A Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE) e Defensoria Pública da União (DPU), a pedido e com apoio da Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone), realizaram mutirão de atendimento às comunidades quilombolas para levantamento de demandas relacionadas às políticas públicas. O ISA participou do mutirão em Eldorado.
- Participação em reuniões como membro do Conselho da APA Quilombos do Médio Ribeira.



Reunião de moradores do Quilombo de Bombas com a Defensoria Pública sobre uso e modelo de estrada até a comunidade. © RAQUEL PASINATO/ISA

- Assessoria às lideranças quilombolas em audiências sobre os problemas da APA Quilombos do Médio Ribeira com a Fundação Florestal, o Incra e o Itesp.
- Participação em reuniões com as comunidades sobre as oportunidades e ameaças relacionadas aos Serviços Ambientais e Cadastro Ambiental Rural em seus territórios.
- Participação nos debates da mesa permanente no Incra-SP para monitoramento dos processos de titulação dos territórios quilombolas de SP.

Indicadores

- Andamento das discussões do novo Plano de Bacia para 12 anos;
- Participação de qualidade das comunidades quilombolas na luta territorial e contra a barragem de Tijuco Alto e PCH Itaóca;
- Avanços na elaboração do Cadastro Ambiental Rural dos territórios quilombolas a partir do Conselho Gestor da APA Quilombos;
- Criação do Grupo de trabalho para discussão do projeto da estrada do Quilombo de Bombas;
- Abertura para as comunidades de espaço informativo sobre questões fundiárias; ameaças de direitos e legislação ambiental.

Avaliação

▶ Pontos fortes

- Secretaria Executiva do CBH-RB apoia e abre espaço para as iniciativas regionais;
- A qualidade dos documentos produzidos pelo CBH-RB é reconhecida pelos órgãos superiores, e o ISA tem contribuído para isso;
- O Comitê é um ponto aglutinador para discussão de diversas políticas públicas estratégicas para o PVR, como Pagamento por Serviços Ambientais, mudanças climáticas, e as obras de transposição entre outras;
- Capacidade institucional para montar e manter atualizado um sistema de monitoramento dos territórios quilombolas;
- Capacidade de articular atores locais na discussão de propostas estratégicas para o Vale;
- Forte atuação da defensoria pública e o apoio dos parceiros regionais fortalece a luta das comunidades na busca de soluções para os conflitos socioambientais.

▶ Pontos fracos

- Como democratizar a participação dos diversos segmentos, tornando as discussões mais acessíveis a quem não é técnico?
- Discutir e democratizar o sistema Fehidro;
- Elaborar estratégia para resolver o déficit de saneamento urbano e rural na região;
- Comitê de Bacia ainda têm discussões e decisões centralizadas, o desafio é ampliar a participação de representantes de municípios mais distantes de Registro;
- Desafio da luta contra a ameaça das mineradoras para as comunidades tradicionais do Vale;
- Novas ameaças com a chegada de projetos de PCH para o Ribeira
- Retrocessos na gestão das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo causam maior impacto em comunidades onde os conflitos fundiários ainda persistem.
- Obras de transposição de água sem licenciamentos;

Perspectivas

- Em 2016 continua a luta contra as barragens e aumenta o desafio para o PVR diante de novos empreendimentos na região:
- Participar da elaboração do novo Plano de bacias, com a realização de oficinas para discussão de metas, diagnóstico e cenários para os próximos 12 anos;
- Contribuir na luta contra empreendimentos emergências como as obras de transposição de água sem licenciamento ambiental;
- Continuar a apoiar a luta das comunidades tradicionais pela resolução dos conflitos de sobreposição com Unidades de Conservação;
- Contribuir para a construção de uma política de Pagamento de Serviços Ambientais para a região do Vale do Ribeira.

Melhores momentos

- Oficinas para discussão a atualização do Plano Diretor da Bacia Hidrográfica Ribeira de Iguape e Litoral Sul.
- Visita às obras do Sistema Produtor São Lourenço, no município de Juquitiba, em junho de 2015.
- Encontro do Dia da Consciência Negra no Quilombo Ivaporunduva sobre agenda de retrocessos aos direitos quilombolas.



Canteiro de obras para transposição, em Juquitiba. © Ivy WIENS/ISA

EDUCAÇÃO E CULTURA

Projeto Formação de Agentes Socioambientais de Educação Ambiental na agricultura familiar e implementação de projetos comunitários de Educação Ambiental.

O que é

Formação de agentes socioambientais, entre 16 e 29 anos, vindos de 14 municípios do Vale do Ribeira, reunindo agricultores familiares, assentados, indígenas, caiçaras e quilombolas, para a elaboração de projetos e campanhas comunitárias.

Equipe

Arminda Jardim; Ivy Wiens; Raquel Pasinato; Renato Nestlehner; Rosana Gasparini; Rosely Sanches

Colaboradores: Alexandre Oliveira (CIEM); Anízia Lourenço (Associação dos Artesãos de Iguape); Antonio Lara (Idesc); Benedito Alves da Silva (Associação Quilombo Ivaporunduva); Everton Libório (Eaacone); Gabriel Menezes (Simbiose); Gilberto Otha (Cooperagua); Gisele Villar (Rede Cananéia); Jéssica Pedreira (Simbiose); Juliana Greco (Rede Cananéia); Namastê Maranhão (Simbiose); Ocimar Bin (Idesc); Paula Fogaça (Prefeitura Municipal de Apiaí).

Parcerias e Fontes de Financiamento

Apoio na implementação: Centro Integrado de Estudos Multidisciplinares (CIEM/MME); Fundação Florestal; Fundação Nacional do Índio (Funai); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (Idesc); prefeituras municipais de Apiaí, Barra do Chapéu, Eldorado, Iporanga, Jacupiranga e Registro; Rede Cananéia, Sindicato Rural de Cajati; Fundo Nacional do Meio Ambiente e Goldman Environmental Foundation - apoio financeiro.

O que foi feito

- Dando sequência ao processo iniciado em 2014, a formação de agentes socioambientais, que envolve jovens de 16 a 29 anos de comunidades caiçaras, quilombolas, indígenas e agricultores familiares, aconteceu em cinco municípios do Vale do Ribeira: Apiaí, Barra do Turvo, Eldorado, Iguape e Registro. Foram realizados quatro módulos com os temas gestão territorial e políticas públicas, manejo agroflorestal, elaboração de campanhas e projetos e legislação ambiental.
- Durante o módulo sobre gestão territorial, os jovens realizaram visitas para conhecerem comunidades rurais do Vale do Ribeira, conhecendo sua história, suas atividades produtivas e formas de organização. Foram visitados: Quilombo Morro Seco (Iguape), Quilombo Cedro (Barra do Turvo), Assentamento PDS Alves Teixeira e Pereira/Guapiruvu (Sete Barras), Aldeia Takuari (Eldorado) e Associação das Artesãs do bairro Encapoeirado (Apiaí).

- Cada turma foi estimulada a criar uma campanha socioambiental, a partir de tema definido pelos jovens. Foram criadas cinco campanhas, que tiveram 1.000 folders impressos cada, com os seguintes temas: “Não deixe o manguê morrer”, “Produção agroecológica sustentável”, “Preserve os rios”, “Chega de agrotóxicos” e “Plante sua comida”. Os jovens foram orientados a fazer pesquisa de conteúdo para discutir o tema escolhido e definir um objetivo, o público que gostariam de atingir e que mensagem gostariam de passar. A partir daí, escreveram os textos, planejaram a arte dos materiais, fizeram desenhos, produziram fotos e escolheram a paleta de cores, para que uma design pudesse fazer a produção final. O material foi distribuído nos bairros, para as prefeituras, cooperativas e em reuniões, buscando sensibilizar a população.
- Durante cada módulo da formação, os jovens construíram projetos voltados às suas comunidades de origem. Iniciaram com o levantamento da linha do tempo, ou seja, a história daquela coletividade, validando uma proposta de intervenção que fosse possível de ser realizada. Depois, construíram a proposta e planejaram as atividades, finalizando com a elaboração de orçamento. No quinto módulo, apresentaram suas propostas em uma mesa redonda, possibilitando que os jovens interagissem e aprendessem uns com os projetos dos outros.
- Foram elaborados 31 projetos voltados à agricultura familiar. Uma comissão avaliou e pontuou os projetos, que ainda passaram por uma triagem da equipe técnica e uma avaliação final da equipe do Ministério do Meio Ambiente. Foi realizado um “módulo integrado”, para apresentação dos projetos e lançamento das campanhas, com a participação dos jovens agentes, representantes das comunidades, parceiros, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Na ocasião, foram divulgados os doze projetos aprovados para receber apoio técnico e financeiro. Abrangem sete municípios e propõem o envolvimento das comunidades em ações de valorização da cultura tradicional a partir do manejo de recursos naturais e da culinária, reaproveitamento de materiais descartáveis, implantação de fossas biodigestoras, capacitação para a produção orgânica, implantação de cisterna, restauração de matas ciliares, conservação de sementes de milho, confecção de aquecedores solares e formação de jovens.
- Foram selecionados dez jovens para serem monitores dos projetos, auxiliando na sua implantação e nos registros. A conclusão de implantação das iniciativas será no primeiro semestre de 2016.

Indicadores

- Quantidade de selecionados (150);
- Diversidade de parceiros para a articulação;
- Notícias publicadas em sites e jornais sobre a formação;
- Diversidade de participantes de diferentes comunidades do Vale (indígenas, assentados, agricultores familiares, caiçaras e quilombolas);



Formatura dos jovens que participaram da Formação de Agentes Socioambientais.
© RENATO NESTLEHNER/ISA



Manejo agroflorestal no 3º módulo da Formação de Agentes Socioambientais. © Ivy WIENS/ISA

- Número de campanhas de educação ambiental elaboradas (5);
- Número de projetos comunitários de educação ambiental elaborados (31);
- Número de projetos de educação ambiental em execução pelos jovens (12).

Avaliação

▶ Pontos fortes

- Qualidade do material produzido;
- Conhecimento sobre a realidade regional, fazendo da atividade algo próximo aos jovens;
- Riqueza proporcionada pela diversidade dos jovens envolvidos na formação;
- Processo formativo que trouxe valorização das potencialidades regionais pela juventude rural.

▶ Pontos de atenção

- Atenção ao acompanhamento da elaboração dos projetos;
- Buscar outras fontes de financiamento e parcerias para os projetos comunitários;
- Monitorar a atuação dos agentes socioambientais que passaram pela formação em suas comunidades.

Perspectivas

- Finalizar o processo de capacitação, ter projetos e campanhas comunitários executados;
- Conquistar novos apoios financeiros para dar continuidade a estes processos formativos;
- Jovens agentes atuando como multiplicadores da formação na região.

Melhores momentos

- Módulo Integrado com apresentação dos projetos e campanhas elaborados pelos jovens

Projeto Sistema Agrícola Quilombola, Soberania Alimentar, Cultura e Geração de Renda

O que é

O projeto faz parte de uma estratégia de fortalecimento do Sistema Agrícola Quilombola visando seu registro como patrimônio imaterial. Tem também objetivo de fomentar a produção das roças tradicionais quilombolas e a comercialização de seus produtos visando a segurança alimentar das comunidades, a transmissão cultural dos saberes e a geração de renda complementar.

Equipe

Alexandre Kishimoto (responsável técnico); Raquel Pasinato (coordenação geral); Frederico Viegas de Freitas; Renato Flavio Resende Nestleher; Náutica Pupo; Adriano Bomfim

Colaboradores: Alexandre Antunes Ribeiro Filho (USP), Carolina dos Santos Taqueda (USP), Cristina Adams (USP), Daniela Ianovali (USP), Helbert Medeiros Prado (USP), Lucia Chamlian Munari (USP/Universidade de Hoheheim), Nelson Novaes Pedroso Júnior (FGV), Rui Sergio Sereni Murrieta (USP), Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello (USP), Kátia Maria Pacheco dos Santos (USP), Pedro Jochelevich (ABD), Roberto Ulisses Resende (Iniciativa Verde), Maria Sueli Berlanga (Eaacone), Andrew Toshio Hayama (Defensoria Pública do Estado de São Paulo), Anna Maria Andrade (ISA), Renato Nunes (Associação Cultural Cachuera), Edward Shore (Universidade do Texas), Manuela Carneiro da Cunha (*The Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services* - IPBES)

Parceiros e fontes de financiamento

Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan), apoio técnico na metodologia do Dossiê do sistema Agrícola Quilombola; Petrobrás, apoio financeiro; Eaacone – Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira, parceria nas atividades; Associação Cultural Cachuera!, produção dos vídeos; Núcleo Oikos, apoio financeiro; Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, assessoria agrônômica; Associação Quilombo Cangume, Associação Quilombo Galvão, Associação Quilombo Ivaporunduva, Associação Quilombo Mandira, Associação Quilombo Morro Seco, Associação Quilombo Nhunguara, Associação Quilombo Pedro Cubas, Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima, Associação dos Remanescentes de Quilombo do bairro Poça, Associação Quilombo Porto Velho, Associação Quilombo São Pedro, Associação Quilombo Sapatu, Associação Quilombo Bombas, Associação Quilombo de Abobral, Associação Quilombo de Praia Grande, Associação Quilombo de Pilões, Associação Quilombo de Maria Rosa;

Associação dos Remanescentes de Quilombo de Piririca; Cooperquival – Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira; Itesp – Instituto de Terras do Estado de São Paulo; ICA – Instituto de Cooperativismo e Associativismo da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo; Grupo de Pesquisas de Ecologia Humana em Florestas Neotropicais - Universidade de São Paulo; Instituto de Botânica do Estado de São Paulo .

O que foi feito

- Componente de elaboração do dossiê do Sistema Agrícola Quilombola;
- Realização de 55 entrevistas gravadas em áudio e vídeo para a elaboração do relatório e dos vídeos (45 delas com quilombolas de 11 comunidades e mais dez depoimentos de pesquisadores);
- Finalização de dois vídeos sobre o Sistema Agrícola Quilombola e publicação na internet (Youtube e Facebook): *Mutirão quilombola* – com um total de 20.336 visualizações (1.177 visualizações no Youtube, 19.159 visualizações no Facebook e 716 compartilhamentos); *Sementes de Quilombos*, com um total de 11.620 visualizações (981 visualizações no Youtube, 10.639 visualizações no Facebook e 318 compartilhamentos);
- Edição do terceiro e último vídeo, intitulado *Sistema Agrícola Quilombola*; os três vídeos passam por um processo de finalização (edição de som e correção de cor); eles serão distribuídos às comunidades quilombolas e aos parceiros por meio de DVD contendo menu e arte na bolacha e na capa;
- Transcrição dos vídeos, tradução e elaboração de legendas em português, inglês e francês. O historiador norte-americano Edward Shore fez a tradução dos vídeos para o inglês, e a agrônoma Elodie Belbeoc'h traduziu para o francês. As legendas estão disponíveis nos vídeos publicados no Youtube e estarão à disposição nos DVDs.
- Elaboração com representantes das 19 comunidades quilombolas participantes do processo, do “Calendário 2016 - Sistema Agrícola Quilom-



Grupo de representantes quilombolas valida o calendário agrícola.

© RENATO NESTLEHER/ISA

bola”, com informações sobre as fases de preparo da área para o plantio, espécies a serem cultivadas a cada mês, tabelas de conversão de medidas usadas na agricultura, além de imagens e pequenos textos sobre aspectos culturais do sistema agrícola, como o processamento dos alimentos, a agrobiodiversidade local e os conhecimentos sobre a Mata Atlântica. O calendário foi distribuído para as comunidades, parceiros e para as escolas do entorno das comunidades, constituindo-se em material paradidático para a tematização do Sistema Agrícola Quilombola em sala de aula e contribuindo para a implementação de uma educação diferenciada para as comunidades quilombolas da região;

- Elaboração do Dossiê sobre o Sistema Agrícola Quilombola, contando com a participação de 17 diferentes autores, entre pesquisadores acadêmicos e de organizações da sociedade civil e especialistas em Direito, mobilizando diferentes instituições e grupos de pesquisa, como o Grupo de Pesquisas de Ecologia Humana em Florestas Neotropicais - Universidade de São Paulo e o Projeto Biota: coleta, uso e caracterização da diversidade genética de germoplasma de batata-doce (*Ipomoea batatas* - L Lam) e cará (*Dioscorea* spp.) em roças de agricultura tradicional da região sul do Estado de São Paulo – Universidade de São Paulo.

Indicadores

- Gravação de 55 depoimentos em áudio e vídeo sobre o Sistema Agrícola Quilombola com a participação de 45 quilombolas e dez pesquisadores;
- Envolvimento de 17 autores de diferentes instituições, na elaboração do Dossiê sobre o Sistema Agrícola Quilombola;

- 26 reuniões realizadas com os representantes dos quilombos para a elaboração do relatório do Sistema Agrícola;
- Envolvimento de dezenas de agentes culturais, demais representantes dos quilombos e de pesquisadores no processo de elaboração do relatório;
- Dezoito idas a campo para a documentação do trabalho na roça e para a realização de entrevistas (Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima e Sapatú, Praia Grande, Morro Seco, Bombas, Ivaporunduva, São Pedro, Nhunguara, Pilões, Galvão, Maria Rosa, Piririca).

Avaliação

▶ Pontos fortes

- A intensa adesão e participação dos quilombolas na documentação do trabalho do Sistema Agrícola e no planejamento e elaboração do relatório;
- O envolvimento e a participação na elaboração do Dossiê sobre o Sistema Agrícola de diversos pesquisadores acadêmicos que já realizaram pesquisas junto às comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, trazendo contribuições em áreas que o ISA não tinha acúmulo de pesquisa, como a Ecologia Humana, ampliando o arco das instituições comprometidas com o processo de patrimonialização do Sistema Agrícola Quilombola e inserindo este processo nos debates do *The Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services* (Ipbes).
- A publicação dos vídeos nas redes sociais (como o Facebook) e no YouTube, com 31.956 visualizações, compartilhados 1.034 vezes. Entre estes compartilhamentos, destacam-se o do site da Casa do Patrimônio Vale do Ribeira do Iphan e o da conta pessoal do ex-ministro da Cultura Gilberto



Gravação de depoimento e música de dona Jovita e dona Elvira.

© ALEXANDRE KISHIMOTO



Visita para documentação do trabalho na roça, quilombo Piririca.

© ALEXANDRE KISHIMOTO

Gil no twitter. A publicização dos vídeos tem contribuído para tornar público o processo.

► **Pontos de atenção**

- Iniciar processo de levantamento e sistematização das medidas que irão compor o Plano de Salvaguarda do Sistema Agrícola Quilombola.

Perspectivas

- Apresentação da pesquisa sobre a agrobiodiversidade quilombola no seminário “Agrobiodiversidade, as contribuições dos povos indígenas e comunidades tradicionais, estado da arte e aportes metodológicos”, organizado por Manuela Carneiro da Cunha e Laure Emperaire junto ao *The Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services* (Ipbes), a se realizar em abril de 2016, no Instituto de Estudos Avançados da USP, que será gravado;
- Realização do seminário “Sistema Agrícola Quilombola”, com todas as comunidades quilombolas participantes do processo e com os autores dos textos, a ser realizada em 21/05, de 2016 para a validação do dossiê e do terceiro vídeo, antes da entrega ao Iphan.

Melhores momentos

- Entrevistas com agricultores quilombolas sobre o Sistema Agrícola.
- Elaboração do calendário agrícola quilombola.
- Elaboração dos vídeos sobre o sistema agrícola.

Projeto: Sistema agrícola, Feira de Sementes e consolidação da cooperativa das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP para comercialização de produtos e serviços dos territórios quilombolas”

O que é

Tem como objetivo articular a discussão sobre as roças tradicionais com estratégias de comercialização dos produtos dela oriundos, trabalhando para o fortalecimento da comercialização e da geração de renda dos produtos quilombolas através da Cooperquivale. Como complemento desta ação participamos da organização e realização da Feira anual de Troca de Sementes, visando a valorização das sementes tradicionais (crioulas) das comunidades e a dar visibilidade a esta realidade para a região. Paleamente, estão sendo implantados Bancos de Sementes tradicionais, para valorizar as variedades tradicionais e fomentar redes de trocas entre as comunidades e para além delas, e também para melhorar a estocagem. A realização da Feira e o Banco de Sementes faz parte de uma estratégia mais ampla, que diz respeito à roça, ou seja à atividade que, embora em transformação hoje, constitui o esteio social, econômico e cultural das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

Equipe

Raquel Pasinato (coordenação geral); Frederico Viegas de Freitas (responsável técnico); Alexandre Kishimoto; Gilvani Scatolin; Renato Nestlehner; Ivy Wiens, Nautica Pupo

Colaboradores: Adriano Bonfim(ADM-ISA); Alexandre Antunes Ribeiro Filho (USP); Cristina Adams (USP); Daniela Ianovali (USP); Katia Maria Pacheco (Fundação Florestal); Marcelo Bento (Itesp); Maria Inês Zanchetta (Comunicação ISA); Pedro Lima (ITESP), Pedro Jovchelevich (ABD); Tais Canola (ICA); Wagner Porfílio (FF); Juliano Codorna (ABD); Vladimir Moreira (ABD); Samuel Ferrari (Unesp-Registro); Ocimar Bin (FF).

Parcerias e fontes de financiamento

Associações Quilombolas; Instituto de Terras do Estado de S. Paulo (Itesp), parceria na execução de atividades; Instituto de Cooperativismo e Associativismo da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo – ICA, parceria na execução de atividades; Equipe de Assessoria e Articulação das Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone); Prefeituras Municipais de Eldorado, Iporanga e Itaóca; Petrobrás, apoio financeiro; CFDD-MJ, apoio financeiro; Cepce, apoio em atividades pontuais; Cooperquivale, parceria na execução de atividades; Fundação Florestal, parceria na execução de atividades; Unesp-Registro, parceria em atividades pontuais; Associação Biodinâmica, parceria na execução de atividades.

O que foi feito

- Assessoria técnica à Cooperquivale em organização administrativa, gestão financeira, gestão do PAA, além de debates sobre cooperativismo com os cooperados;
- Reuniões sobre organização da produção nas 16 comunidades quilombolas;
- Organização junto com o GT da Roça da VIII Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira;
- I e II Encontro de gerações nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira: Troca de conhecimento sobre manejo, plantio e variedades agrícolas;
- Realização de dois cursos de capacitação para aprimorar a identificação, coleta, seleção e o armazenamento familiar das sementes tradicionais;
- Organização do seminário: Territórios Quilombolas e os desafios para a manutenção da Agrobiodiversidade.

Indicadores

- Aumento do número de cooperados da Cooperquivale, de 178 para 236, o que significa melhoria na renda de mais pessoas. E a elaboração do terceiro projeto do Programa de AA com previsão de movimentação de R\$ 1.184.00,00 para a safra 2015/2016, o que sinaliza o amadurecimento da instituição. Venda de 56 produtos agrícolas diferentes em 2015 para o projeto do PAA 2014/2015, mostrando o vigor da agricultura quilombola;
- Aumento do número de variedades e no volume de sementes trocadas entre os participantes durante a VIII Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira – além das comunidades quilombolas e agricultores familiares, participaram do evento vários grupos de agroecologia e instituições de pesquisa ligados a questão das sementes tradicionais;
- Aplicação de 127 questionários nas 16 comunidades, que levantou 23 variedades de arroz, 23 de mandioca, 22 de feijão e 13 de milho, como resultado de processo de discussão sobre bancos de sementes e de levantamentos feitos por pesquisadores quilombolas sobre essas variedades nas comunidades pesquisadas

Avaliação

- ▶ **Pontos fortes**
- A assessoria do ISA à Cooperquivale tem contribuído para melhorar a gestão interna e a prestação de contas dos projetos, principalmente, do PAA. Contribuiu ainda para melhorar as rotinas administrativas e financeiras, resultando em maior agilidade nos processos de pagamentos dos

cooperados e maior transparência nas atividades internas da cooperativa;

- Lançamento do Paiol de Sementes Tradicionais Quilombolas, durante a VIII Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, e aquisição de geladeira para armazenamento das sementes;
- O aumento do número e diversidade de variedades tradicionais de sementes deve-se às atividades do Paiol de Sementes Tradicionais Quilombolas, inaugurado durante a feira, que garantiu um trabalho mais focado neste tema.
- Realização de um plantio experimental das variedades de milho e feijão, denominado “Ensaio da Diversidade”, em uma área experimental no quilombo Nhunguara para avaliação das variedades e fortalecimento do Paiol de Sementes;

► Pontos de Atenção

- Pactuar com a coordenação da Cooperquivalê uma melhor divisão interna dos trabalhos, com base em um diagnóstico feito pelo ISA sobre as atividades desenvolvidas na cooperativa;
- O processo de licenciamento de corte e queima para fins de roça tradicional realizado e aprovado neste período pelo Itesp, FF, Cetesb e ISA precisa ser transformado em uma portaria do Itesp e FF para garantir a constância neste processo de licenciamento ;
- Diversificar os canais de venda dos produtos da Cooperquivalê;
- Desinteresse da juventude pelo plantio de cultivos tradicionais que ajudam na segurança alimentar.

Perspectivas

- Em 2106 com a continuidade da assessoria à Cooperquivalê esperamos melhorar a organização interna e a divisão das tarefas entre a coordenação. Buscar aproximar mais cooperados da gestão das atividades da cooperativa visando ter mais cooperados que compreendam as rotinas internas e que possam se tornar futuros coordenadores. Além disto, auxiliar na busca de novos mercados para venda dos produtos dos cooperados;
- Organizar junto com o GT da Roça a IX Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. Dar continuidade ao processo de estruturação dos paióis de sementes em cada comunidade;
- Implantar “Ensaio da Diversidade” em outras comunidades quilombolas, como estratégia para consolidar o Paiol.

Melhores momentos

- Realização da VIII Feira.
- Seminário “Territórios Quilombolas e os desafios para a manutenção da Agrobiodiversidade”.
- Lançamento do Paiol de Sementes.



Lançamento do Paiol de Sementes Quilombolas na VIII Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. © CLÁUDIO TAVARES/ISA



Número de variedades de sementes e mudas cresceu expressivamente na oitava edição da feira. © CLÁUDIO TAVARES/ISA



Equipes de todos os programas do ISA participaram e trabalharam na feira. © LUIS EDUARDO TAVARES

Projeto de Desenvolvimento da Atividade Apícola nas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

O que é

O objetivo do projeto é o desenvolvimento e a consolidação da apicultura enquanto atividade de geração de renda sustentável para famílias de cinco comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP.

Equipe

Raquel Pasinato; Renato Flavio Nestlehner (responsável técnico)

Colaboradores: Altair de Matos Pereira (Itesp), Associação Quilombo de Cangume, Associação Quilombo de Porto Velho, Associação Quilombo de Pilões, Associação Quilombo de Praia Grande, Associação Quilombo de Piririca, Gasparino (Ital), Iara Rossi (Itesp), Instituto Adolfo Lutz, Marcos Roberto Viotti (Itesp), Prefeitura Municipal de Iporanga, Prefeitura Municipal de Itaóca, Roberto Moraes (Ital).

Parcerias e fontes de financiamento

Itesp, parceria na execução de atividades; Fundação Banco do Brasil e BNDES, apoio financeiro; Ital – Instituto de Tecnologia de Alimentos, apoio técnico; Prefeitura Municipal de Iporanga, apoio técnico

O que foi feito

- Monitoramento do Processo de Certificação (Sisp) da Casa do Mel;
- Discussão com a comunidade de soluções para captação de água para Casa do Mel;
- Entrega dos últimos equipamentos de trabalho para as comunidades de Praia Grande, Cangume, Pilões e Piririca;
- Fomento à operação da unidade de beneficiamento de mel na comunidade de Porto Velho e à estrutura básica das outras comunidades.

Indicadores

- Boa participação dos apicultores nas atividades;
- Aumento da produtividade por colmeia e aumento do número de enxames em produção;
- Criado processo de gestão comunitária do empreendimento Casa do Mel.

Avaliação

▶ Pontos fortes

- Liberação da primeira fase da certificação da Casa do Mel pela Defesa Agropecuária Estadual;
- Articulação e trabalho coletivo entre as comunidades participantes do projeto;
- Novos equipamentos facilitaram o manejo e aumentaram a produtividade;
- Forte envolvimento da juventude no trabalho como alternativa de renda.

▶ Pontos de atenção

- Boa parte dos territórios das comunidades ainda está na mão de terceiros dificultando a ampliação de pasto apícola por falta de áreas;
- Necessidade de captar recursos complementares para continuidade e fortalecimento da comercialização do mel;
- Demora no processo de certificação da Casa do Mel desanima os apicultores;
- Problema da qualidade e da escassez de água potável no quilombo de Porto Velho atrapalha o processo de certificação.

Perspectivas

- Perspectiva da obtenção do selo de inspeção estadual para a Casa do Mel (Sisp) para 2016;
- Obtenção do sistema de água tratada via Sabesp para o quilombo de Porto Velho com apoio da Prefeitura Municipal de Iporanga;
- Construção de uma cisterna para a Casa do Mel;
- Colocação do mel dos quilombolas para comercialização no Mercado de Pinheiros;
- Busca de novos financiadores para dar continuidade às atividades apícolas e ampliar os trabalhos para outras comunidades da região para que a Casa do Mel seja ainda mais sustentável;
- Obtenção do Selo de mel da Mata Atlântica do projeto de desenvolvimento da cadeia apícola do Estado de São Paulo.

Melhores momentos

- Colheita e comercialização do mel das comunidades na região.

XINGU

O que é

O Programa Xingu visa contribuir com o ordenamento socioambiental da Bacia do Rio Xingu, considerando a expressiva diversidade socioambiental que a caracteriza e a importância do corredor de áreas protegidas de 28 milhões de hectares, que inclui Terras Indígenas e Unidades de Conservação ao longo do Rio Xingu. Desenvolve um conjunto de projetos e iniciativas voltados à proteção e sustentabilidade dos 24 povos indígenas e das populações ribeirinhas que habitam a região, a viabilização da agricultura familiar, adequação ambiental da produção agropecuária e proteção dos recursos hídricos numa perspectiva de desenvolvimento territorial.

Equipe

Rodrigo Gravina Prates Junqueira (engenheiro agrônomo, coordenador); **Marcelo Salazar** (engenheiro de produção, coordenador adjunto); **Paulo Junqueira** (psicólogo, coordenador adjunto).

Adryan Nascimento (engenheiro agrônomo, assessor técnico da Rede de Sementes do Xingu); **André Villas Boas** (indigenista, planos de gestão do PIX, PDRS Xingu e Belo Monte); **Angela Oster** (técnica responsável pela casa de sementes da Rede de Sementes do Xingu); **Augusto de Arruda Postigo** (antropólogo, responsável pelo processo de apoio a organização das cantinas e formação em gestão territorial das Resex da Terra do Meio); **Biviany Rojas** (advogada, monitoramento de impactos de Belo Monte e PDRS Xingu); **Bruna Ferreira** (bióloga, assessora técnica e comercial da Rede de Sementes do Xingu); **Camila Bonassio** (geoprocessamento, Terra do Meio); **Carolina Morelli** (engenheira de materiais, técnica em desenvolvimento de tecnologias para produção, Terra do Meio); **Carolina Piwowarczyk Reis** (advogada, monitoramento da infraestrutura e impactos de Belo Monte); **Cleudemir Peixoto** (auxiliar administrativa); **Cleiton M. dos Santos** (viveirista); **Cristina Velasquez** (engenheira florestal, gestora de processos formativos); **Daniela Jorge de Paula** (gestora técnica do projeto FAM/BNDES); **Danilo Schueng** (engenheiro florestal, AXA e articulação municipal); **Danilo Ignacio de Urzedo** (engenheiro florestal, consultor da Associação Rede de Sementes do Xingu); **Danniel Sá** (biólogo, assessor técnico da Rede de Sementes do Xingu); **Diego Pinheiro de Menezes** (analista de geoprocessamento); **Edione Gouveia** (eng. agrônomo, técnico de campo – Resex Rio Xingu, Terra do Meio); **Eduardo Malta Campos Filhos** (consultor técnico); **Eric Deblire** (administrador, gestor financeiro); **Erica Iegli** (auxiliar de serviços de gerais); **Fabiola Andressa Moreira da Silva** (engenheira agrônoma, assessora técnica da Terra do Meio); **Francinaldo Ferreira de Lima** (biólogo, acompanhamento das associações e conselhos gestores das UCs da Terra do Meio); **Heber Queiroz** (biólogo, analista em geoprocessamento); **Ivã Bocchini** (biólogo, facilitador do processo de gestão territorial e ambiental no PIX); **Juan Doblaz** (geofísico, analista de geoprocessamento); **Jeferson Straatmann** (engenheiro de produção, articulação de Arranjos Produtivos na Terra do Meio); **Junior Micolino da Veiga** (tecnólogo em gestão ambiental, assessor técnico de restauração florestal); **Katia Ono** (ecóloga, assessora técnica em manejo de recursos naturais e fogo); **Leonardo Amorim** (advogado, monitoramento da infraestrutura e impactos de Belo Monte e PDRS Xingu, até setembro); **Leticia Leite** (jornalista, assessora de imprensa); **Luiz Augusto Cury** (auxiliar administrativo e logística, Terra do Meio); **Marcelo Martins** (engenheiro agrônomo, articulação de arranjos produtivos no PIX); **Marcos Ely Finotti** (assessor em gestão administrativa); **Maria Beatriz Monteiro** (cientista social, assessora técnica das associações no

PIX); **Raissa Ribeiro** (engenheira florestal, assessora técnica do projeto Fundo Amazônia); **Rafael Govari** (jornalista, assessor de comunicação em Canarana); **Renato Mendonça** (cientista social, trabalho associativista no PIX); **Rita de Cássia Chagas** (auxiliar administrativo); **Sadi Eisenbach** (motorista e logística); **Sarah de Andrade** (engenheira florestal, técnica da Rede de Sementes do Xingu); **Tathiana Solano Lopes** (auxiliar administrativo).

Colaboradores e pesquisadores associados: **Ana Cristina Silveira** (editora de arte e diagramadora); **Ana de Francesco** (Unicamp); **André Ricardo Mocelin** (IEE-USP); **Angelise Nadal Pimenta** (psicóloga); **Antonilson O. Rodrigues** (técnico em meliponicultura); **Camila Gauditano**; **Carolina Lipparelli Morelli** (Pesquisadora); **Ciro Campos de Souza**; **Cristiane Costa** (UFPA); **Danielle Campos**; **Douglas Rodrigues** (médico, Unifesp); **Emilton Caxias Paixão**; **Fabiano Bechelany**; **Fabio Leonardo Tomas**; **Fabício Amaral Rodrigues dos Santos**; **Fátima Conceição Marques Piña-Rodrigues** (UFSCAR Sorocaba); **Hélio Ricardo Solares**; **Ingo Isernhagen**; **João Ricardo Rampinelli**; **Juarez Pezutti**; **Luciano Langmantel Eichholz** (engenheiro florestal); **Marcus Vinícius Chamon Schmidt**; **Mariney Menezes**; **Maurício Torres** (pesquisador); **Namaste Messerschmidt**; **Paula Mendonça de Menezes**; **Roberto Zilles** (IEE-USP); **Romeu Mattos Leite**; **Rosely Sanches**; **Rosimeire Rurico Sacó**; **Sofia Mendonça** (médica, Unifesp); **Stephan Schwartzman** (antropólogo, EDF).

Parcerias e fontes de financiamento

► Financiadores

Ajuda da Igreja da Noruega (AIN/NCA); Embaixada da Noruega; EDF – Environmental Defense Fund - Fundo de Defesa do Meio Ambiente; Fundação Gordon & Betty Moore; Funbio; Fundação Rainforest da Noruega (RFN); Fundo Amazônia/BNDES; Fundo Holanda; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável; Google; Instituto Bacuri; Manos Unidas; Natura; Porticus.

► Parcerias

Agropecuária Fazenda Brasil; Agropecuária Rica; ANA – Agência Nacional de Águas; Associação Agroecológica Estrela da Paz do Assentamento Brasil Novo (Querência); Associação de Extrativistas da Maribel (Aerim); Associação Iakiô Panará; Associação Indígena Kisêdjê; Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng; Ansa – Associação Nossa Senhora da Assunção de Educação e Assistência Social; Associação de Moradores da Resex do Rio Iriri (Amoreri); Associação de Moradores da Resex do Rio Xingu (Amomex); Associação de Moradores da Resex do Riozinho do Anfrísio (Amora); Associação Sapukuyawa Arakuni; Associação Sementes da Floresta (Aasflor); Associação Tapawia Kaiabi; Atix (Associação Terra Indígena Xingu); Associação Terra Viva (ATV); Associação Tulukai Waurá; AXS (Associação Xingu Sustentável); Associação Yarikayu Yudja; Associação Yujá Miratu da Volta Grande do Xingu (Aymix); Centro de Organização Kawaiwete; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Defensoria Pública Estadual/Altamira; Dsei Xingu; EDF – Environmental Defense Fund -Fundo de Defesa Ambiental); Funai/Altamira; FVPP Funai/CR Xingu, Funai/CR Colíder; Grupo Cunha; Embrapa Agrosilvipastoril; Fazenda Bang Bang; Ibama; ICV; ICMBio; Imaflora, Instituto Catitu; Instituto Ecosocial, Opan (Operação Amazônia Nativa); Imaflora (Instituto de Manejo Florestal e Agrícola); Ministério Público Federal de Altamira; Movimento de Mulheres Trabalha-

doras do Campo e da Cidade de Altamira (MMTCCA); Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS); Prefeitura Municipal de Altamira/ Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Meio Ambiente; Prefeitura Municipal de Brasil Novo-PA, Prefeitura Municipal de Canarana-MT; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Querência-MT; Scottch Equipamentos; Unemat campus Nova Xavantina; Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); Vídeo nas Aldeias.

Eixos estratégicos e táticos

► Fortalecer a diversidade socioambiental da Bacia do Xingu

1. Promover a autonomia política das organizações indígenas e extrativistas na gestão de seus interesses;
2. Valorizar e fortalecer a agrobiodiversidade local e a diversificação produtiva das populações tradicionais e da agricultura familiar que tem como estratégia a diversificação produtiva;
3. Promover o acesso das populações tradicionais a serviços públicos de qualidade e diferenciados considerando suas especificidades culturais;
4. Fortalecer o patrimônio cultural das populações indígenas, extrativistas e agricultores familiares da Bacia do Xingu;
5. Promover o território de diversidade socioambiental do Xingu no contexto regional e nacional;
6. Fortalecer a articulação política dos povos indígenas e extrativistas do território de diversidade socioambiental do Xingu.

► Contribuir para a adequação socioambiental dos processos de ocupação da Bacia do Xingu

1. Monitorar, qualificar e disseminar informações sobre obras de infraestrutura na Bacia do Xingu para populações afetadas;
2. Fortalecer redes de articulação regionais e locais da Bacia do Xingu;
3. Promover e fortalecer articulação e mobilização das organizações e redes da sociedade civil com associações e comunidades da população do Xingu;
4. Promover a estruturação da gestão ambiental e florestal municipal, incluindo a implementação do Código Florestal no PA e MT;
5. Ampliar a proteção dos recursos hídricos disseminando experiências de restauração florestal;
6. Contribuir com a adequação e implantação dos instrumentos legais voltados à gestão integrada da Bacia do Rio Xingu;
6. Identificar oportunidades de remuneração pelos serviços socioambientais associados aos povos indígenas e extrativistas do Território de diversidade socioambiental do Xingu.

► Fortalecer a gestão territorial das Áreas Protegidas

1. Promover instrumentos de gestão integrada das áreas protegidas do Território de diversidade socioambiental do Xingu;
2. Apoiar a construção, revisão e viabilização financeira dos planos de gestão territorial do Parque do Xingu e das Unidades de Conservação da Terra do Meio;
3. Contribuir para desenvolver e adaptar técnicas tradicionais de manejo dos recursos naturais por comunidades indígenas e populações extrativistas;
4. Apoiar e fortalecer as populações locais na proteção dos seus territórios, aportando assessoria técnica, jurídica, informações cartográficas e auxiliando-os na interlocução com os órgãos públicos afins na solução de conflitos;
5. Desenvolver processos formativos junto às populações indígenas e extrativistas sobre temas e assuntos relacionados à gestão e sustentabilidade futura dos seus territórios, suas interfaces com as políticas públicas e com a sociedade que as envolve e com questões contemporâneas do mundo;
6. Produzir e difundir informações de monitoramento que contribuam para o controle social do território por populações tradicionais;
7. Produção e disseminação de informações sobre a existência e importância do Território de diversidade socioambiental do Xingu para órgãos públicos e a população em geral;
8. Contribuir com modelos de geração de energia renovável para comunidades isoladas.

► Promover a economia com base em produtos e serviços provenientes da diversidade socioambiental da Bacia do Xingu

1. Identificar oportunidades de reconhecimento dos serviços socioambientais e compensações tributárias associadas aos territórios dos povos indígenas e populações extrativistas no Xingu;
2. Desenvolver e/ou adaptar arranjos produtivos e tecnologias adequadas à realidade das populações e às cadeias produtivas dos produtos florestais não madeireiros;
3. Desenvolver em parceria sistema de certificação de origem que valorize a diversidade socioambiental do Território de diversidade socioambiental do Xingu;
4. Apoiar as comunidades no desenvolvimento de estratégias de produção, gestão e comercialização bem como identificar novos produtos da floresta com potencial de geração de renda.

Coordenação do Programa

O que é

A coordenação é responsável pela estratégia e pela articulação política com os diversos atores envolvidos direta e indiretamente com as iniciativas e projetos do Instituto Socioambiental (ISA) na região da Bacia do Xingu nos estados do Mato Grosso e Pará. Esses atores são os parceiros indígenas locais, suas lideranças e associações; populações ribeirinhas; produtores rurais; agências de financiamento; instituições do Estado brasileiro; lideranças indígenas da Amazônia e autoridades locais e regionais. A coordenação acompanha a elaboração e a execução dos projetos e a negociação dos financiamentos, monitorando a sua implantação e a gestão dos recursos, a produção dos relatórios narrativos e analíticos pelas equipes e a articulação das estratégias, buscando sinergia entre as linhas de ação que compõem o programa e a direção geral da organização.

Equipe

Rodrigo Gravina Prates Junqueira, Marcelo Salazar; Paulo Junqueira.

Fontes de financiamento

EDF/Fundação Gordon & Betty Moore; Fundação Rainforest da Noruega (RFN); Fundo Vale.

O que foi feito

- Participação na construção do planejamento estratégico do ISA (5 anos) e a adequação do planejamento trienal (2014-2016) do Programa para ao quinquenal institucional;
- Articulação, coordenação e organização das reuniões de planejamento e avaliação das atividades do Programa Xingu;
- Constituição do Conselho de Gestão Estratégica do Programa Xingu com representantes de cada componente;
- Organização e realização do II Encontro Xingu + em Altamira com a presença de lideranças do Corredor de diversidade socioambiental do Xingu;
- Participação ativa no Comitê Gestor do Programa Municípios Verdes (PMV) do Estado do Pará;
- Participação ativa no Comitê Gestor do Programa Municípios Sustentáveis (PMS) do Estado de Mato Grosso;
- Participação na construção da estratégia intersetorial Produzir, Conservar e Incluir (PCI) do Estado do Mato Grosso;
- Participação na construção do Selo de Origens Brasil, processo de certificação de origem dos corredores de diversidade socioambiental, em parceria com o Imaflora;
- Apoio a execução da nova institucionalidade da Associação Rede de Sementes do Xingu;
- Articulação técnica, política e monitoramento do projeto Carbono Nascidos do Xingu, com a entrega de 2.000 toneladas de CO₂ eq na 1ª medição;
- Coordenação do processo de construção do Plano de Gestão do Parque Indígena do Xingu (PIX);
- Desenvolvimento de esforços para captação de recursos, com destaque para projetos elaborados e aprovados junto a Fundação Moore e Fundação Mott, fundamentais para estruturação das ações do programa;

- Gestão e execução do projeto na modalidade aglutinador junto ao Fundo Amazônia/BNDES apoiando 12 subprojetos de diferentes cadeias produtivas da sociobiodiversidade em diferentes regiões da Bacia do Xingu;
- Acompanhamento do processo de licenciamento e condicionantes da obra da usina hidrelétrica de Belo Monte com destaque para o lançamento do Dossiê *Belo Monte e o Atlas dos Impactos na Pesca*;
- Participação nas câmaras técnicas no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu);
- Organização da II Canoada Bye Bye Xingu em parceria com a Aymix;
- Acompanhamento das atividades de articulação política voltadas para a garantia de políticas públicas para as escolas indígenas do PIX e Panará;
- Reuniões com diretores e presidência do ICMBio, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério Público Federal para articulação de proteção e atração de políticas públicas para as UCs da Terra do Meio;
- Participação na agenda de reuniões com as etnias do Parque Indígena do Xingu, em torno do diálogo sobre mudanças climáticas e serviços ambientais, apoiando a organização dos índios em sua decisão de construção de planos de gestão para o PIX;
- Seleção do projeto no edital da PNGATI do Fundo Amazônia/BNDES para implantação do Plano de Gestão do PIX;
- Relações institucionais com 10 parceiros financiadores e 18 projetos em execução;
- Elaboração de relatórios e projetos para os parceiros financiadores;
- Coordenação e execução dos seminários temáticos e a reunião de fim de ano da equipe.

Indicadores

- Capacidade de articulação e interlocução com as lideranças do PIX e da TI Panará;
- Capacidade de articulação e interlocução com os diferentes atores regionais no Mato Grosso e Pará;
- Capacidade de formular projetos, sistematizar relatórios de atividades e aproveitar oportunidades de financiamento e parcerias;
- Assegurar a captação de recursos de fontes diversificadas compatíveis com o planejamento do programa;
- Capacidade de promover sinergia e colaboração entre as diferentes equipes técnicas e pessoas do programa;
- Capacidade de atualização estratégica das ações do programa;
- Grau de empoderamento e fortalecimento da equipe para assumir suas funções e tarefas com responsabilidade.

Avaliação

Em 2015 o Programa Xingu consolidou suas estratégias em seus três componentes – Altamira/Terra do Meio, Parque Indígena do Xingu e Adequação Ambiental – com o surgimento do quarto eixo transversal que monitora e acompanha as obras de infraestrutura na bacia com destaque para a usina de Belo Monte, em Altamira (PA). A execução do planejamento trienal (2014-2016) que está norteando nossos trabalhos teve o reforço do planejamento quinquenal do ISA (2016-2020) e a formação do Conselho de Gestão Estratégico (CGE) do ISA e do Programa Xingu. Esse conselho de gestão estratégica é uma coordenação programática ampliada,

com a participação do coordenador, coordenadores adjuntos e mais uma referência de cada componente totalizando 8 membros. Desta maneira, iniciou-se um processo mais dinâmico e transparente de gestão.

A realização do 2º Encontro Xingu + Diversidade Socioambiental no coração do Brasil, marcou um processo de compartilhamento de informações e experiências visando promover a valorização, gestão e a proteção integrada do corredor do Xingu. O encontro reuniu 70 lideranças indígenas e extrativistas de 21 instituições indígenas e ribeirinhas do corredor do Xingu e seis organizações de apoio.

Na região de **Altamira**, o trabalho focou no avanço da implantação de um conjunto de iniciativas voltadas à consolidação das Resexs da Terra do Meio com projetos de formação, saúde, produção, gestão do território, apoio à adequação socioambiental e planejamento territorial no que se refere a agenda socioambiental dos municípios da região, sobretudo Altamira e Brasil Novo, incluindo participação intensa nos conselhos do PDRS Xingu e do Programa Municípios Verdes, acompanhamento dos impactos de Belo Monte e condicionantes previstas no licenciamento da obra. Além disso, promoveu-se a II Canoada Bye Bye Xingu ao longo de mais de 100 km de um trecho do rio que será impactado pela obra de Belo Monte envolvendo 50 formadores de opinião de diferentes lugares do Brasil. Uma ação ativista em parceria com atores da Volta Grande do Xingu junto ao reconhecimento público de eficiência e a disseminação dos locais para mostrar e mobilizar a sociedade do que será impactado e perdido.

Na região das **cabeceiras do Xingu**, um dos destaques foi a primeira medição do carbono capturado após cinco anos de plantio, com a entrega de quase 2.000 toneladas de CO₂ equivalente, quantidade maior do que foi prometido. Junto a isso, a Associação Xingu Sustentável (AXS), de Santa Cruz do Xingu, elaborou e apresentou um projeto para o novo edital do Carbono Neutro da Natura no município de Santa Cruz do Xingu, articulada para esta finalidade, como titular dos créditos de carbono e líder do projeto. Passamos o cômputo de 3.500 hectares de áreas em processo de restauração alcançados na região.

O componente do **Parque Indígena do Xingu e Terra Indígena Panará** desenhou uma série de iniciativas voltadas à construção e implantação de mecanismos participativos de gestão, já em andamento, com destaque para o processo de construção do Plano de Gestão. Também envolve uma série de ações voltadas a construir um programa de manejo do fogo para o Parque; a construção das bases para a implantação do Território Etnoeducacional do PIX e o fortalecimento das associações indígenas. Destacam-se ainda as ações voltadas ao desenvolvimento de alternativas econômicas para os índios do PIX, que tem no Mel dos Índios do Xingu e na coleta, beneficiamento e comercialização de sementes florestais, dois produtos consideravelmente consolidados e com capacidade de expansão.

Perspectivas

- Formatar, publicar e disseminar a plataforma Web Xingu junto com os observatórios de infraestrutura e fogo/desmatamento;
- Viabilização e disseminação da Plataforma Xingu + juntamente com os observatórios;
- Desenvolver diferentes iniciativas voltadas para melhorar as condições de planejamento e financiamento de atividades voltadas à gestão territorial sustentável das Terras Indígenas da Bacia do Xingu;
- Aprimoramento e articulações junto a novos mercados para os produtos da sociobiodiversidade por meio do Selo Origens Brasil, Mercado de Pinheiros e outras oportunidades;
- Articular as agendas relacionadas à adequação socioambiental da produção agropecuária da região das cabeceiras do Xingu, a partir da qualificação dos municípios da região na gestão ambiental municipal;
- Plantar 1 milhão de árvores em parceria com o Rock in Rio e Funbio nas cabeceiras do Xingu;
- Início da implementação do Plano de Gestão do Parque Indígena do Xingu apoiado pelo Fundo Amazônia/BNDES, edital da PNGATI;
- Articulação e mobilização política voltadas a ampliar o controle social sobre o cumprimento das condicionantes socioambientais previstas no licenciamento de Belo Monte;
- Monitorar, avaliar e implementar o planejamento estratégico quinzenal trienal (2016-2020) de forma integrada e sistêmica;
- Iniciar o processo de prospecção de novos parceiros financiadores;
- Implementar um sistema de avaliação de desempenho da equipe do Programa Xingu;
- Constituição de um fundo de apoio ao desenvolvimento profissional da equipe.

Melhores momentos

- Constituição do Conselho de Gestão Estratégica do Programa Xingu;
- Aprovação de três projetos estruturantes para o biênio 2016/2017;
- Validação do Plano de Gestão do PIX e aprovação de projeto no Fundo Amazônia/BNDES;
- Participação ativa na avaliação da Iniciativa Andes Amazônia da Fundação Moore;
- Lançamento e divulgação do *Dossiê Belo Monte*;
- Articulação, organização e realização do II Encontro Xingu +, diversidade socioambiental no coração do Brasil, em Altamira-PA;
- Realização da II Canoada Bye Bye Xingu com a participação de formadores de opinião em parceria com a Associação Indígena dos Juruna da Volta Grande (AYMIX);
- Participação, em parceria com os índios xinguanos, na Conferência do Clima em Paris, com lançamento do filme *Para onde foram as andorinhas*, com as percepções dos indígenas sobre os impactos das mudanças do clima no PIX;
- Estabelecimento de novas parcerias comerciais no âmbito da articulação do Selo Origens Brasil, Xingu.

Parque Indígena do Xingu e Terra Indígena Panará

O que é

O componente Indígena do Programa Xingu atua em parceria com as associações e comunidades do Parque Indígena do Xingu (PIX) e da Terra Indígena Panará na construção de mecanismos participativos de gestão do seu território, por meio de processos de formação e da construção de planos de gestão ambiental e territorial, valorizando os serviços socioambientais e o protagonismo dos povos xinguanos e suas organizações. Envolve a organização dos grupos para lidar com as ameaças e conflitos internos que hoje existem, apontando para perspectivas de articulação de políticas públicas, captação de recursos e articulação interna.

Equipe

André Villas-Bôas, Cristina Velasquez, Dannyel Sá Pereira da Silva, Diego Pinheiro de Menezes, Fabio Garcia Moreira, Ivã Bocchini, Katia Ono, Manuela Otero Sturlini, Marcelo Martins, Maria Beatriz Monteiro Beltrão, Paulo Junqueira, Renato Mendonça, Tathiana Solano Lopes.

Colaboradores: Ana Cristina Silveira, André Ricardo Mocelin, Angelise Nadal Pimenta, Antonilson O. Rodrigues, Camila Gauditano, Ciro Campos de Sousa, Danielle Campos, Douglas Rodrigues, Eduardo Malta Campos Filho, Emilton Caxias Paixão, Fabiano Bechelany, Fabio Leonardo Tomas, Fabrício Amaral Rodrigues dos Santos, Hélio Ricardo Soares, Jerônimo Villas Boas, João Ricardo Rampinelli, Luciano Langmantel Eichholz, Marcus Vinícius Chamon Schmidt, Namaste Messerschmidt, Paula Mendonça de Menezes, Roberto Zilles, Romeu Mattos Leite, Rosimeire Rurico Sacó, Sofia Mendonça, Stephan Schwartzman.

Pesquisadores associados: Rosely Sanches, Simone Athayde.

Parcerias e fontes de financiamento

► Financiadores

Ajuda da Igreja da Noruega (AIN/NCA), Environmental Defense Fund/Fundação Gordon & Betty Moore, Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fundação Rainforest da Noruega (RFN), Fundo Amazônia Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável, Embaixada da Noruega, Instituto Bacuri, Mott Foundation

► Parcerias

Associação Iakiô Panará, Associação Indígena Kisêdjê, Associação Moygu Comunidade Ikpeng, Associação Tapawia Kaiabi, Associação Terra Indígena Xingu, Associação Tulukai Waurá, Associação Yarikayu Yudja, Centro de Organização Kawaiweté, Dsei Xingu, Funai/CR Xingu, Guarany Indústria e Comércio, Ikobé - Cooperativa de Bioconstrução, Instituto Catitu, Operação Amazônia Nativa, Pi'õ Rómha Ma'Ubumrói'wa - Mulheres Xavante Coletoras de Sementes - Terra Indígena Marãiwatsédé, Unifesp, Universidade de São Carlos, Via de Reis Alpinismo Industrial e Engenharia

O que foi feito

► Construção de mecanismos de planejamento e gestão do Parque Indígena do Xingu

- Realização de 14 oficinas nas principais aldeias do PIX para realização de ampla consulta em todas as regiões do PIX para revisão final do Plano de Gestão;
- Aprovação final do Plano de Gestão do PIX em assembleia geral da Atix;
- Realização de duas oficinas voltadas à construção do Protocolo de Consulta dos Povos do PIX;
- Aprovação do projeto de implementação do Plano de Gestão do PIX pelo Fundo Amazônia;
- Detalhamento do processo de implementação da Estrutura de Governança do PIX e do funcionamento do fundo de Apoio às Iniciativas Comunitárias (AIC).

► Manejo do fogo, manejo florestal e de conservação de agrobiodiversidade

- Implantada área experimental de 1,5 ha, em plantio sucessional multifuncional, composto com espécies florestais importantes na cultura material e alimentação para o povo Waurá da aldeia Piyulaga;
- Experiências de plantio agroflorestal em "terra preta de índio" em pousio de um ano na aldeia Samaúma, dos Kawaiweté;
- Assessoria em projetos de Conservação de Agrobiodiversidade e Ciência da Roça Kawaiweté, acessados pela Associação Tapawia;
- Plantio agroflorestal de "pindaíba" (espécie madeireira para os Kuikuro), na aldeia Kuikuro em iniciativa de projeto comunitário, acessado pela Associação Terra Indígena Xingu;



Gestores territoriais do Parque Indígena do Xingu (PIX), participaram entre 27 de junho e 4 de julho de 2015, de um curso sobre Geoprocessamento Sociopolítico e Monitoramento Territorial. Realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com a Associação Terra Indígena Xingu (Atix) e Funai, o curso contou com a participação de 20 gestores territoriais do Parque Indígena do Xingu (PIX). © RAFAEL GOVARI/ISA



Acima, em parceria com o ISA, Prevfogo e Funai, os indígenas combatem o fogo. © ADRYAN NASCIMENTO
Ao lado, Esquadrão do Diauarum se desloca para atender ocorrência de incêndio no PIX. © FÁBIO GARCIA MOREIRA/ISA



- Assessoria para o povo Panará para estimular os jovens a plantar roças tipicamente Panará, em uma estratégia de fortalecimento da identidade Panará;
- Produção de materiais de divulgação e apoio para as atividades de prevenção em aldeias e para as Brigadas Indígenas;
- Promoção de Encontros de Avaliação e orientação das atividades da Brigada Indígena do Prevfogo;
- Publicação de boletins de queimadas;
- Análise de ocorrências de incêndios a partir de dados orbitais acumulados para o ano 2015;
- Articulação com Funai/CR Xingu e Prevfogo Regional de Barra do Garças;
- Apoio ao Ibama-Prevfogo no planejamento das atividades da Brigada Indígena do Xingu;
- Promoção de Articulação entre o Ibama-Barra do Garças e a Brigada Especializada de Brasília Tiro Quente, para orientar as ações da Brigada Indígena do Xingu;
- Acompanhamento “in loco” da Brigada Indígena do Xingu no período de Combate aos Incêndios.

► Fortalecimento de parceiros locais

Capacitação e assessoria técnica, política e administrativa para a Atix e associações locais do Leste, Baixo, Médio e Alto Xingu de forma contínua:

- Assessoria às atividades de mobilização e participação política da Atix a fim de definir as estratégias de relacionamento com outras instituições parceiras e com as associações locais de dentro do PIX e nos processos de planejamento, avaliação e registro de suas atividades;
- Realização de reunião do Grupo de Estudos de Política e 1º módulo do Curso de Formação Política do PIX;
- Apoio à realização de evento comemorativo dos 20 anos da Atix;
- Assessoria e participação em duas manifestações Indígenas em Canarana e duas manifestações em Brasília, organizadas pela Atix para enfrentamento dos retrocessos em discussão na política indigenista;
- Assessoria e participação no planejamento e realização das etapas locais e na etapa regional da Conferência Nacional de Política Indigenista (CNPI).

Assessoria e acompanhamento às associações indígenas para a elaboração, gestão e desenvolvimento de projetos:

- Assessoria às associações indígenas do PIX e da TI Panará na elaboração de seis novos projetos;
- Assessoria à Atix na elaboração do plano de trabalho e do planejamento orçamentário de suas atividades para 2016;
- Assessoria à Atix na elaboração do projeto Plurianual 2016 - 2020 para a Fundação Rainforest da Noruega;

- Assessoria na execução e prestação de contas do projeto “Gestão Territorial, Cultural e Ambiental do Xingu”;
- Assessoria na execução e prestação de contas do projeto “Consolidação e profissionalização da apicultura no PIX”;
- Assessoria na execução e prestação de contas do projeto “Tupaga Hotugo – Bico de peixe Turvira”;
- Assessoria na execução e prestação de contas do projeto “Comemoração dos 20 anos da Associação Terra Indígena Xingu – Atix”;
- Assessoria na execução e prestação de contas do projeto “Centro de estudos da roça do povo Kawaiweté”, enviado ao Fundo Socioambiental Casa;
- Assessoria na execução e prestação de contas do projeto “Centro de estudos, preservação e multiplicação da roça do povo Kawaiweté”;
- Assessoria na execução e prestação de contas do projeto “Resgate dos Grafismos e dos Bancos Tradicionais Kawaiweté”;
- Assessoria na execução e prestação de contas do projeto “Resgate, aumento da produção e comercialização do sal de aguapé e da pimenta Waurá”;
- Assessoria na execução e prestação de contas do projeto “Vigilância, Monitoramento Territorial e o Resgate das Plantas Alimentícias e Medicinais do Povo Yudjá”;
- Assessoria na execução e prestação de contas do projeto “Puu Popoti – Resgate da roça tradicional do povo Panará”;
- Assessoria na execução e prestação de contas do projeto “Atualização de infraestrutura de transporte e subsistência do Povo Panará”.

Assessoria no planejamento, realização e registro de reuniões e assembleias:

- Participação, assessoria na organização e registro das assembleias da Atix e Tapawia;
- Assessoria e participação em reuniões de diretoria da Atix, AIK, Tulukai, Tapawia, Yarikaiu e Yakiô para avaliação do trabalho e planejamento das atividades futuras;
- Assessoria e participação na reunião de planejamento das atividades de fiscalização de 2015 no Xingu, realizada em parceria com a Atix, Funai e associações locais.

► Desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis

Apicultura

- Consolidação dos grupos do Sistema Participativo de Garantia (SPG) por meio de visitas de pares e verificação;
- Rodada preparatória nos grupos de SPG para construir o protocolo de trabalho;



Grupos de pequenos produtores indígenas xinguanos comemoram, no Ministério da Agricultura, o Sistema Participativo de Garantia agora adotado pela Associação Terra Indígena do Xingu (Atix) que possibilita que a autocertificação de seus produtos. © MARIO VIEIRA/FUNAI



- Realização da Reunião anual de Apicultores e lideranças;
- Apoio técnico para o credenciamento da Atix junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac);
- Obtenção de registro definitivo do Sistema de Inspeção Federal (S.I.F.) do MAPA da unidade inspecionada na Aldeia Ngõjhwêrê;
- Três oficinas com aproximadamente 18 horas de duração com a seguinte temática: Processamento de mel com higiene e qualidade, segundo modelos de rastreabilidade e identificação dos produtores;
- Atividade Técnica nas aldeias Três Buritis e Kwarujá do povo Kawaiweté com o acompanhamento técnico aos apicultores verificando seus materiais de campo e seus apiários e realizando instruções de trabalho;
- Acompanhamento e assessoria aos índios na participação do comitê territorial do Selo Origens Brasil®;
- Cadastro dos produtores de mel para a participação no selo Origens Brasil® gerido pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora);
- Realização de intercâmbio com os índios do PIX no evento Terra Madre Giovanni – Slow Food em Milão, Itália;
- Participação no Foro Latino-americano de Agroecologia e SPG em Quito, Equador;
- Realização de evento de divulgação do Mel do Xingu em SP na loja Vila Clementino do Pão de Açúcar;
- Desenvolvimento de sistema para gestão da produção de mel e materiais apícolas;
- Ajuste da rotulagem do Mel dos Índios do Xingu à legislação;
- Acompanhamento do processo de elaboração de projeto e construção de novo entreposto de Mel junto a Funai e ao MAPA.

Mel de Abelhas sem ferrão

- Acordo de responsabilidade com produtores para acompanhamento técnico de produtores menos experientes;
- Construção de casas para guardar materiais nas aldeias 3 Patos, Maraká e Moitará;
- Publicação para o IPBES da pesquisa do conhecimento tradicional Kawaiweté sobre as abelhas nativas.

Pimenta

- Reunião com a comunidade na aldeia Ngõjhwêrê para acertar metodologia do trabalho;

- Instalação e treinamento operacional da máquina envasadora de pimenta na aldeia Ngõjhwêrê;
- Identificação das variedades de pimenta utilizadas pelos Kisêdjê;
- Sistematização do processo tradicional de produção de Pimenta Kisêdjê;
- Apoio no cercamento e manejo das áreas de plantio nas aldeias Ngõjhwêrê e Yarumã;
- Reunião com supermercado Pão de Açúcar para possível inclusão da pimenta no programa de comercialização Caras do Brasil;
- Planejamento comunitário na aldeia Pyulaga para a iniciativa;
- Construção de viveiro de mudas de pimenta na aldeia Pyulaga;
- Produção de três lotes de três variedades de pimenta Waurá;
- Aquisição de máquina envasadora para os Waurá;
- Discussão sobre rotulagem e comercialização com os Waurá.

Pequi

- Reunião de planejamento com a comunidade Kisêdjê;
- Atualização de equipamentos para a fábrica de óleo;
- Apoio à comunidade para o desenvolvimento de acordos de trabalho comunitário;
- Desenvolvimento de rótulo para o óleo de pequi;
- Melhorias estruturais na fábrica de óleo.

Artesanato

- Avaliação dos produtos potenciais e prospecção de mercado para o artesanato produzidos pelos povos do PIX;
- Reunião com as comunidades Yudja e Waurá para organização do processo comercial do artesanato;
- Organização de lotes de utensílios utilizados na cozinha para comercialização;
- Parceria com instituto ATÁ para a comercialização.

Rede de Sementes do Xingu – RSX

- Reunião com a diretoria da Associação Indígena Matipu e diálogo sobre participação da comunidade na RSX;
- Reunião dos coordenadores indígenas dos seis grupos de coleta do PIX;
- Participação no VI Encontro das Comunidades Tradicionais do Bailique, no Amapá, para representar a RSX e sua experiência com os povos indígenas do PIX;
- Participação de dois representantes dos grupos Ikpeng, Yudja e Waurá no Intercâmbio de Qualidade de Sementes realizado na Universidade Estadual do Mato Grosso;



Indígenas do PIX participam de oficina para utilizar recursos de geoprocessamento na gestão territorial. © Fábio Garcia Moreira/ISA.

- Acompanhamento da execução do projeto Fundo Amazônia em parceria com a Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng – AIMCI;
- Construção de duas casas de sementes – Polo Pavuru e Aldeia Piyulaga;
- Oficina de técnicas de ascensão vertical com 19 participantes de nove aldeias coletoras de sementes;
- VII Reunião dos Coletores de Sementes do Parque Indígena do Xingu;
- Apoio aos coletores indígenas do Parque Indígena do Xingu no XII Encontro Geral da Rede de Sementes do Xingu;
- Acompanhamento da produção das aldeias Moygu e Arayo (Ikpeng); Piyulaga e Piyulewene (Waurá); Tuiaará, Samaúma, Kwarujá e Ilha Grande (Kawaiweté) e Tuba Tuba (povo Yudja);
- Elaboração das listas de potenciais dos grupos do PIX e acompanhamento da divisão dos pedidos para a safra 2015/2016;
- Apoio à logística de transporte das sementes do Parque Indígena do Xingu até as casas de sementes de Canarana e São José do Xingu-MT;
- Apoio à comercialização das sementes através da emissão de nota fiscal pelas associações indígenas e produtores;
- Participação de dois jovens Ikpeng na I Gincana Cultural da Rede de Sementes do Xingu;
- Intercâmbio entre Movimento das Mulheres Yarang e Pi'õ Rómnhá Ma'Ubumrói'wa (grupo de coletoras Xavante da Terra Indígena Marãiwat-sédé), realizado nas aldeias Moygu e Arayo.

► Desenvolvimento de modelos de geração de energia limpa para comunidades isoladas

- Reforma da oficina no Diauarum, local que receberá equipamentos de geração fotovoltaica e servirá de base para manutenção de equipamentos da região do Baixo Xingu;
- Estudos de viabilidade de implantação de Sistemas de Proteção contra surtos e descargas atmosféricas - SPDA;
- Aquisição de Equipamentos Fotovoltaicos para a Segunda Etapa da Implantação do Projeto de Energia Limpa no Diauarum;
- Reunião para formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre ISA e Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo – IEE-USP
- Elaboração de projeto e captação de recursos aprovados para finalização dos sistemas fotovoltaicos no Diauarum e Pavuru;
- Implantação de rede segura de distribuição de energia e sistemas fotovoltaicos nos polos Wawi e Leonardo;

- Instalação de sistemas fotovoltaicos nas escolas centrais, unidades de saúde, sedes de associações, casas de mel e de sementes;
- Instalação de SPDA nos equipamentos dos polos;
- Formação de eletricitistas indígenas.

Avaliação

O extenso processo de consulta aos povos do PIX realizado em 2015 a fim de revisar e validar o Plano de Gestão trouxe ampla legitimidade ao documento final aprovado na Atix e deixa a todos (ISA, Funai e Atix) confortáveis para iniciar o processo de implementação do PG em 2016. A aprovação do projeto enviado ao Fundo Amazônia vem reforçar essa sensação.

Os 786 indígenas que assinaram as listas de presença dos diversos eventos realizados devem ser vistos como um número elevado, bastante significativo, ainda que consideremos que, em alguns casos, o mesmo indígena tenha estado presente em dois eventos diferentes. Se considerarmos uma população de 6.500 indígenas no PIX, descontados os menores de 20 anos (cerca de 40%) e os maiores de 60 (5%) restam pouco mais de 3 mil, dos quais metade são mulheres, que tradicionalmente quase não participam dessas reuniões. Assim, teremos um público efetivo entre 1.500 e 2 mil potenciais participantes, elevando os quase 800 envolvidos nas atividades a uma parcela em torno de 40% do máximo possível. Para o ano de 2016, devemos atentar para quantificar os participantes com mais precisão, trazendo dados de mulheres presentes (o que não é possível fazer simplesmente pela leitura da lista de presença por problemas de língua e grafia) e dados de profissão ou instituição que representa. A realização do Encontro de Gestão em outubro foi estratégica para prepararmos o caminho para a implementação do Plano de Gestão. Na ocasião, os indígenas trabalharam no sentido de desenhar as linhas gerais das duas principais iniciativas que terão início em 2016: a Estrutura de Governança do PIX e o Apoio a Iniciativas Comunitárias (AIC). A primeira consistirá num espaço de diálogo interno dos povos do PIX onde o processo de implementação do PG será monitorado e pautas polêmicas poderão ser abordadas a partir de critérios claros de consulta a todos os povos. O AIC, por sua vez, se constituirá numa experiência inédita para o PIX de criação de uma reserva de recursos voltada a apoiar a realização de pequenos projetos comunitários que tenham o PG como eixo norteador.

O foco dado à Estrutura de Governança durante o trabalho de elaboração do Plano de Gestão possibilitou que avançássemos rapidamente na construção do Protocolo de Consulta, já que boa parte do conteúdo deste documento já se encontrava desenhado no PG. A realização quase que concomitante das atividades do PG e do Protocolo levaram a um entendimento melhor dos indígenas da relação íntima entre os dois processos. No entanto, permanecem muitas dúvidas em torno de ambos, principalmente do Protocolo, mas que deverão ser superadas com a experimentação prática.

Do ponto de vista climático, 2015 foi um ano menos seco que o anterior, mas ainda assim a temperatura média foi alta. As chuvas foram distribuídas de forma efêmera em meses tipicamente secos na região.

Foram 748 focos de calor, com base nos dados de satélites de referência do Inpe, enquanto que em 2010 somaram quase 900. A área afetada pelos incêndios foi de 40.000 ha contra aproximadamente 215.000 ha em 2010. Apesar de reestruturada e bem organizada, através da articulação Interinstitucional, ISA/FUNAI-CRXingu/Ibama-Prevfogo, a Brigada Indígena se contrapõe em determinada dimensão às iniciativas comunitárias. Fica

clara a necessidade de aproximar “o discurso” da Brigada com as comunidades. Apesar de indígena, não conseguiu valorizar e compartilhar a ciência indígena sobre o fogo, correndo o risco de impor um modelo de operação que não dialoga com a realidade. Há aprendizados importantes na relação que se aproxima que, se bem tratada, pode ser virtuosa. Desta relação, fica óbvio o quanto a experiência acumulada pelo ISA no trabalho de prevenção junto as comunidades nos anos anteriores pode fazer diferença em suas iniciativas em cuidar do seu próprio patrimônio. O destaque foi um único caso em que um incêndio foi realmente apagado em 2015 por ação da comunidade com o apoio da Brigada Indígena. Isso não teria acontecido se não fosse pela iniciativa e comando da própria comunidade. No contexto associativista, cada vez mais a Atix vem sendo legitimada pelos xinguanos como a organização capaz de mobilizar, organizar e representar politicamente os povos do PIX. Neste ano, por meio da Atix foram desenvolvidas diversas atividades de preparação e qualificação dos indígenas ao entendimento e intervenção na política brasileira. Este caráter político foi exigido pelas comunidades xinguanas e instituições que trabalham no PIX, e exercido com comprometimento pela sua diretoria. A organização das etapas locais e da regional da Conferência Nacional de Política Indígena com os povos do PIX, a Formação Política para futuros vereadores, a validação do Plano de Gestão, a construção do Protocolo de Consulta e os movimentos de Mobilização demonstram o amadurecimento da Atix, capaz de proporcionar o protagonismo e engajamento político dos indígenas para garantia de seus direitos e desejos. No entanto, este papel ainda está sendo amadurecido: há necessidade de formação continuada para a diretoria da Atix e lideranças do PIX sobre o funcionamento da política brasileira e suas ferramentas de intervenção e de contextualização histórica da política indigenista brasileira.

No campo das alternativas econômicas, o ano foi de profusão de iniciativas. Pimenta, óleo de pequi e mel de abelhas nativas, somaram-se a cesta de produtos elaborados e comercializados pelos índios do PIX, que já tinham o Mel dos índios do Xingu e as sementes florestais como produtos de grande aceitação no mercado. As estratégias de comercialização vêm se diversificando, possibilitando o acesso a novos mercados pelos índios. Por fim, os esforços envidados na construção de um modelo de geração de energia menos dependente de óleo diesel para as comunidades xinguanas, fruto de quatro anos de pesquisas e desenvolvimento, terá um apoio significativo da Fundação Mott para sua implantação, avaliação e sistematização.

Perspectivas

- Aprofundar o funcionamento das estruturas de governança do PIX;
- Operacionalizar o fundo de Apoio a Iniciativas Comunitárias, com a implementação de uma variedade de pequenos projetos em parceria com as associações locais a fim de consolidar esse novo mecanismo de financiamento de políticas indigenistas executadas diretamente pelos indígenas;
- Implementar estratégias para reversão da condição da fragilidade ambiental em relação a seca e aos incêndios florestais na Aldeia Piyulaga-Waurá; Pavuru-Ikpeng; Kwaruja-Kawaiweté;
- Aprofundar o entendimento dos regimes de queima dos índios do Alto Xingu;
- Fortalecer os grupos que têm iniciativas próprias de prevenção e combate a incêndios florestais;
- Promover os bons agricultores e experimentadores do Xingu, valorizando a experimentação e a observação como um mecanismo de fazer uma

boa agricultura em todos os sentidos – seja pela produção de alimentos, seja pela importância da ciência tradicional e conservação da agrobiodiversidade – como um forte traço da identidade de cada povo, seja pela promoção de alternativas para adversidades como as que estão dadas agora;

- Promover a integração da Brigada Indígena do Xingu a uma relação mais orgânica com os saberes intrínsecos nas comunidades;
- Promover reformas de casas do mel nas aldeias Tuiararé, Kwarujá, Aiporé, Capivara;
- Construir casa de materiais nas Aldeias Ngosoko, Yarumã, Samaúma, Yatecap, Três Buritis;
- Desenvolvimento de software para gestão dos processos da apicultura no PIX (controle de produção, estoque, associativismo e comercialização, adequação de preços);
- Intensificar a prática de formação profissional de novos produtores, sobretudo a juventude;
- Consolidar o Sistema Participativo de Garantia do mel e expandir para novos produtos;
- Início da implementação do Plano de Ação da Juventude, pesquisa intercultural sobre os efeitos das mudanças climáticas na produção de sementes;
- Início do curso de Desenvolvimento de Gestores da Associação Rede de Sementes do Xingu com a participação de um coordenador indígena;
- Implantação do protocolo de funcionamento das casas de sementes;
- Sistematizar descrição da cadeia produtiva para análise do perfil dos grupos;
- Início da prospecção de novos produtos potenciais para os grupos do PIX – experiência piloto com o povo Kisêdjê com interesse de produzir sementes para artesanato;
- Início do processo de adesão dos grupos da RSX do PIX ao Selo Origens Brasil;
- Oficina de etnobotânica de identificação das espécies produzidas pelos grupos do PIX;
- Estruturar conexões que existem nas ações de implementação do Plano de Gestão consolidando a produção de sementes florestais;
- Retorno da colheita de sementes de mogno nos Panará;
- Aprofundar estratégias de produção e comercialização para o mel de abelhas nativas, pimenta, óleo de pequi e artesanato;
- Instalação de Geração Fotovoltaicas Integradas nos Polos;
- Formação de 100 eletricitistas indígenas;
- Instalação de Sistemas Fotovoltaicos em quatro escolas centrais, 52 salas de aula anexas as escolas centrais, 22 unidades de saúde, sete casas de mel, três casas de semente, quatro associações comunitárias.
- Acordo de cooperação técnica com o Instituto de Energia e Ambiente da USP.

Indicadores

- Plano de gestão do PIX validado pelas comunidades e com estratégias e recursos para sua implementação;
- Ocorrência de focos de calor foi 15% menor do que em 2010, ano de referência em que ocorreu o maior incêndio do PIX . (Foram 748 /2015 x 879 focos/2010 – baseados nos satélites de referência do Inpe). A área afetada por incêndios foi 81,39% menor que em 2010 (área afetada pelos incêndios foi 40.000 ha em 2014 contra aproximadamente 215.000 ha de 2010);

- Sensível aumento de incêndios no PIX, sinalizando necessidade de intensificar diálogo com as comunidades localmente;
- Doze projetos foram executados pelas associações do Xingu e TI Panará em 2015;
- 26 indígenas conhecendo melhor o funcionamento da política brasileira;
- Mais de 250 xinguanos participando das mobilizações contra a PEC 215 em Brasília;
- Mais de 600 pessoas de 19 povos participando da comemoração dos 20 anos da Atix;
- Diretoria da Atix e das associações locais do PIX conhecendo e participando da construção do Plano de Gestão e do Protocolo de Consulta;
- Participam cerca de 60 famílias de 31 aldeias e quatro etnias: Yudjá, Kawaiweté, Kisêdjê, Ikpeng no processo de produção e comercialização do Mel dos Índios do Xingu;
- Envolvimento da juventude no trabalho como alternativa de renda (aproximadamente 80% dos apicultores);
- Apiários das aldeias do PIX estruturados para o aumento da produção de mel;
- Aumento da comercialização e consumo do mel no PIX e na merenda escolar;
- Aumento da comercialização externa para o Mercado de Pinheiros em São Paulo;



Tukupé Waurá fala em evento realizado pelo ISA, onde lideranças indígenas do Alto Rio Negro (AM) e do Parque Indígena do Xingu (MT) mostraram suas percepções sobre as mudanças climáticas durante a COP-21, em Paris. © TATIANE KLEIN/ISA



Vista aérea (captada por um drone) da aldeia Moygu do povo Ikpeng, celebrando os 20 anos da Associação Terra Indígena Xingu (Atix), no Parque Indígena do Xingu (PIX). © KAMIKIÁ KISÊJÊ

- Aumento do número de caixas de mel de abelhas nativas no PIX, com a divisão de 40 novos enxames;
- Melhora do processo de envase da pimenta, com a aquisição de equipamentos específicos e formação para as mulheres;
- Aumento da produção de óleo de pequi – 240 litros;
- 660 kg de sementes comercializadas de 41 espécies, sendo 17 (41%) comercializadas exclusivamente por uma aldeia;
- R\$ 16.600,00 em renda gerada aos coletores do PIX;
- 180 coletores cadastrados em nove aldeias de quatro povos nas três regiões do PIX;
- 19 coletores capacitados em técnicas de ascensão vertical para coleta de sementes em árvores altas;
- Cinco associações indígenas atuando em gestão financeira e organizacional dos grupos de coleta;
- Aumento da renda das famílias dentro do PIX com a diversificação da cesta de produtos.

Melhores momentos

- Validação do Plano de Gestão do PIX e aprovação de projeto no Fundo Amazônia para sua implantação;
- Mutirão de plantio de restauração de área nos Waurá;
- Combate de incêndios da aldeia Samaúma;
 - Mobilização indígena em parceria com a Atix para as ações de enfrentamento da PEC 215;
 - Formação Política no PIX, em parceria com a Atix através do Grupo de Estudos de Política, com participação do deputado federal Nilto Tatto;
 - Realização de evento para a comemoração dos 20 anos da Atix;
 - Aprovação do Projeto junto a Fundação Mott que permite a continuidade do projeto;
 - Construção das casas de sementes no Pavuru e Piyulaga;
 - Obtenção do registro definitivo do SIF para o Mel dos índios do Xingu;
 - Credenciamento da Atix como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade – Opac;
 - Participação nos Comitês e Fóruns de Agroecologia e Produção Orgânica contribuindo para a construção de políticas públicas que levem em conta as culturas e saberes indígenas;
- Pesquisa do conhecimento Kawaiweté sobre as abelhas para o IPBES;
 - Participação dos índios na Conferência do Clima em Paris, com lançamento do filme *Para onde foram as andorinhas* com percepções dos indígenas sobre os impactos das mudanças do clima no PIX.

Adequação Socioambiental da Bacia do Rio Xingu

O que é

Trata-se de um conjunto articulado de estratégias socioambientais, com destaque para a proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes da Bacia do Xingu no Mato Grosso. Suas ações desenvolvem-se no sentido de mobilizar e articular diferentes atores na esfera municipal, estadual, nacional e internacional para garantir a integridade dos recursos hídricos e alertar sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos do uso e da ocupação desordenada desse território. Articulam-se em três eixos – planejamento, gestão e articulação territorial; pesquisa e desenvolvimento de técnicas e intervenção em restauração florestal e educação agroflorestal – que contribuem para a construção de modelos de desenvolvimento que alie a produção e a conservação dos recursos naturais e culturais, valorizando a diversidade socioambiental da Bacia do Xingu.

As ações desenvolvidas fornecem uma visão integrada do território e possibilitam aos diferentes atores locais a visão de sua ocupação e uso do solo e estado de conservação. Por meio dessas ações, busca contribuir na definição política e institucional nos arranjos viáveis e necessários para o processo de adequação socioambiental nos diferentes níveis: bacia, sub-bacia, município e propriedade.

Equipe

Angela Idelvais Oster; Bruna Dayana Ferreira; Cleiton Marcelino dos Santos; Cleudemir Peixoto; Daniela Jorge de Paula; Danilo Ignacio de Urzedo, Danilo Schueng de Souza; Eduardo Malta Campos Filho, Diego Pinheiro de Menezes; Fabiana Aparecida da Silva Dizarro; Fabiola Andressa Moreira Silva; Guilherme Henrique Pompiano do Carmo; Heber Queiroz Alves; Juan Doblaz; Junior Micolino da Veiga; Rafael Govari; Raissa Ribeiro, Rodrigo Gravina Prates Junqueira, Sarah Domingues de Oliveira Andrade; Valter Hiron da Silva Junior.

Colaboradores e Pesquisadores associados: Ana Cristina Silveira; Fátima Conceição Marques Piña-Rodrigues; Ingo Isernhagen; Mariney Meneses.

Retaguarda institucional: Equipes de manejo e educação do Parque Indígena do Xingu; Programa Política e Direito Socioambiental; Secretaria Executiva.



Restauração florestal em curso na Fazenda Destino, em Ribeirão Cascalheiras. © JUNIOR MICOLINO/ISA

Parcerias e Fontes de Financiamento

▶ Financiadores

ED/Fundação Gordon & Betty Moore; Fundo Amazônia/BNDES; Fundo Vale; Manos Unidas; Instituto Bacuri; Natura; The Sustainable Trade Initiative (IDH)/Solidaridad; Porticus; Fundação Rainforest da Noruega (RFN).

▶ Parcerias

Agropecuária Fazenda Brasil (AFB); Agropecuária Rica; Ansa – Associação Nossa Senhora da Assunção de Educação e Assistência Social; Asfax (Associação dos Fazendeiros Xingu e Araguaia); Associação Agroecológica Estrela da Paz do Assentamento Brasil Novo (Querência); Associação Indígena Kisêdjê; Associação Terra Indígena Xingu (Atix); Associação Terra Viva (ATV); AXS – Associação Xingu Sustentável; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia (Codema); Grupo Cunha; Embrapa Agrossilvipastoril e Florestas; Fazenda Bang Bang; Imaflora; Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia); Instituto Centro de Vida (ICV); Lastrop/Esalg; Opan – Operação Amazônia Nativa; Prefeitura Municipal de Brasil Novo-PA; Prefeitura Municipal de Canarana-MT; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Querência-MT; Unemat, campus Nova Xavantina; Universidade Federal de São Carlos.

O que foi feito

▶ RESTAURAÇÃO E REDE DE SEMENTES DO XINGU

- Implantação de 35,7 hectares em seis propriedades diferentes localizadas nos municípios de Canarana e Querência no Estado de Mato Grosso, empregando técnica da muvuca em sua quase totalidade. Foram utilizados 2.310 Kg de sementes (média de 59 espécies nativas e cinco de adubação verde). Em três dessas áreas houve participação da comunidade escolar, escola EMEB Coronel Vanick localizada na Vila do Culuene e Escola Municipal Nova Era do município de Canarana e escola local do Projeto de Assentamento Brasil Novo do município de Querência;
- Realização de testes de diferentes profundidade e quebras de dormência com 20 espécies que possuem um baixo teor de germinação em campo, realizados em duas propriedades localizadas no município de Canarana (MT);
- Participação no 5º dia de campo da integração lavoura-pecuária-floresta na fazenda Brasil em Barra do Garças (MT), onde foram apresentados dados sobre restauração florestal;
- Visitas técnicas para monitoramento e avaliação de áreas implantadas;
- Atividades de enriquecimento nas áreas do projeto pastagens arborizadas no município de Água Boa (MT) em parceria com a Embrapa Agrossilvipastoril;
- Realização de palestra no curso de Recuperação de Áreas Degradadas e Reserva Legal, ocorrido em novembro na Embrapa Agrossilvipastoril em Sinop (MT);
- Realização do primeiro monitoramento quinquenal (2010-2014) do Projeto Carbono Nascentes do Xingu, desenvolvido pelo ISA e ICV;
- Acompanhamento da auditoria realizada para avaliar a conformidade do Projeto Carbono Nascentes do Xingu/Pagamen-

to por Serviços Ambientais, localizado em propriedades privadas da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, nos municípios de Santa Cruz do Xingu e São José do Xingu, no Estado do Mato Grosso;

- A Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX) atua em 17 municípios na região Xingu/ Araguaia. Em 2015 com 421 coletores (Indígenas, agricultores familiar e urbanos) que fazem parte da associação foram comercializadas 17 toneladas de sementes de 131 espécies diferentes, gerando uma renda aos coletores de R\$ 311 mil;
- Desenvolvimento de pesquisas e análises de qualidade de sementes florestais comercializadas pela ARSX junto a laboratórios parceiros (LQS/ Unemat, Embrapa Florestas, ISLA, Esalq/USP), atendendo o cumprimento da legislação;
- Registro da ARSX No Registro Nacional de Sementes e Mudanças (Renasem);
- Implantação do Protocolo de Funcionamento das Casas de Armazenamento de Sementes Florestais da ARSX;
- Desenvolvimento de novos arranjos produtivos dentro da ARSX, tais como produção de sementes para cosméticos e artesanato;
- Realização do XII Encontro Geral da RSX, e I Assembleia da ARSX no município de Nova Xavantina;
- Participação na II Feira de Sementes Florestais no XIX Congresso Brasileiro de Sementes como palestrantes;
- Implantação e operacionalização do Banco de dados da ARSX;
- Produção e publicação do calendário de 2016 da Rede de Sementes do Xingu;
- Participação na Comissão de Sementes e Mudanças Florestais do Ministério da Agricultura para discussão e aprimoramento da IN 56.

▶ PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

- Aprovação e início do Projeto Querência +: Paisagens Sustentáveis, projeto elaborado em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam);
- Participação como palestrante do 1º Fórum Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre do Norte (MT);
- Lançamento em abril de 2015 da cartilha *Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis (PMMS): Caminhos e Experiências*;

- Participação no Comitê Gestor do Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Mato Grosso;
- Realização em maio de 2015 do “1º Workshop PMMS - Oficina de Capacitação para Implementação do Código Florestal e Construção do Plano de Metas do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis”, em Cuiabá;
- Realização em junho de 2015 de uma capacitação sobre o PMMS, em parceria com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia (Codema) e governo estadual, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional;
- Participação ativa no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do município de Canarana.

▶ PROCESSOS FORMATIVOS

- Criação do Grupo de Referência em Educação para apoiar iniciativas socioambientais desenvolvidas por professores de escolas dos municípios de Canarana, Água Boa, Ribeirão Cascalheira e Querência. Doze projetos estão sendo apoiados;
- Participação na Rede de Capacitação da Amazônia – Recam;
- Participação no curso de Metodologias de Mediação para Governança Socioambiental Municipal, da Universidade da Flórida;
- Intercâmbio da ARSX em parceria com a Unemat sobre qualidade de sementes florestais, do qual participaram coletores da ARSX, a Embrapa Agrossilvipastoril, o Instituto Florestal de São Paulo e a UFSCar;
- Intercâmbio realizado entre povos Xavante das TIs Pimentel Barbosa e Marãiwatsédé com objetivo de compartilhar experiências e conhecimentos sobre o manejo de sementes florestais comercializadas pela ARSX, da qual os grupos fazem parte;
- Realização do workshop sobre aspectos jurídicos que impactam o funcionamento da Associação Rede de Sementes do Xingu com a presença de lideranças e representantes dos núcleos coletores;
- Realização da 1ª Gincana Cultural da ARSX, reunindo a juventude rural e indígena.



Conselho Curador e diretoria recém-eleita da Associação comemoram ao final do encontro da Rede de Sementes, em agosto. © RAFAEL GOVARI/ISA



Milene Alves, referência na Rede de Sementes do Xingu, participou da Gincana Cultural que promoveu a troca de aprendizado e experiência entre os jovens sobre o futuro territorial do Xingu Araguaia. © RAFAEL GOVARI/ISA

“Como a Rede é um processo novo, pode abrir ainda muitas portas para os jovens, ou coletando sementes, ou plantando essa semente”. (Milene Alves)

▶ ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

- Participação ativa na Articulação Xingu Araguaia (AXA), articulação regional da sociedade civil em prol dos direitos dos povos e dos direitos socioambientais;
- Participação no Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Mato Grosso (PMMS);
- A ARSX foi destaque no programa Fantástico, da Rede Globo, durante a série Amazônia Sociedade Anônima, a qual mostrou iniciativas que contribuem para construir uma economia de base florestal;
- Participação no Canal do Boi para falar sobre o Simpósio Brasileiro de Tecnologia de Sementes Florestais e explicar como o uso da plantadeira de soja diminui os custos com a restauração florestal;
- Participação no Programa Intersetorial do Estado do Mato Grosso “Produzir, Conservar e Incluir”, que apresentou metas na COP em Paris para um desenvolvimento sustentável e inclusivo;
- 55 matérias próprias produzidas e postadas no Blog da Rede de Sementes do Xingu (RSX), no site do ISA e no site da AXA;
- O Facebook da RSX alcançou mais de 3 mil curtidas.

Avaliação

No ano de 2015 ocorreu uma aproximação com os municípios da região Xingu Araguaia através do PMMS, que ajudou a começar a elaboração de uma agenda socioambiental municipal. Com base nessa iniciativa, atividades começaram a ser desenvolvidas no município de Querência (MT), buscando uma melhoria na sustentabilidade do município, nas áreas ambiental, econômica e social.

Com as definições sobre o Código Florestal, novos acordos e parcerias foram estabelecidos, com isso implantando novas áreas de restauração florestal. A iniciativa fortalece a ARSX, que manteve sua estratégia de consolidação a partir de acordos comerciais com empresas que fazem seus plantios com semeadura direta. Foram realizados estudos de novos mercados para produtos além das sementes. Continua merecendo destaque o arranjo institucional integrador da diversidade, representado pela Rede de Sementes do Xingu, que gera renda efetiva por meio da valorização da floresta e sua constante disseminação por outras regiões da Amazônia e Cerrado. Até o ano de 2015 R\$ 2 milhões foram transferidos para as famílias envolvidas.

Perspectivas

- Ampliação da articulação em nível municipal e estadual em torno das agendas socioambientais;
- Busca de parcerias e continuação das iniciativas desenvolvidas por meio do projeto Querência+: “Paisagens Sustentáveis” no município de Querência-MT, em parceria com o Ipam, envolvendo setor privado, órgãos municipais e produtores rurais;
- Consolidar e disseminar os arranjos institucionais que viabilizam a cadeia da restauração florestal, sobretudo a metodologia de restauração por plantio direto de sementes florestais por meio da publicação de um manual sobre semeadura;
- Validar junto a certificadora no sistema CCBA (Carbono, Comunidade e Biodiversidade) o projeto Carbono Nascentes do Xingu em Santa Cruz do Xingu (MT);
- Consolidação e profissionalização da Rede de Sementes do Xingu, a partir do funcionamento da Associação Rede de Sementes do Xingu e do agrupamento de micro empreendedores individuais;

- Aproximação dos jovens no trabalho de coleta de sementes, com perspectiva de alternativa de renda e permanência na terra;
- Prospectar novos mercados e gerar novos produtos por meio da Rede de Sementes do Xingu;
- Monitorar os processos de adequação ambiental municipal na esteira da implementação do novo arcabouço jurídico institucional das florestas brasileiras e após os processos de cadastramento ambiental rural;
- Continuar e dinamizar a participação no Comitê Gestor do Programa Municípios Verdes (PMV) no Estado do Pará e no Programa Municípios Sustentáveis no Estado do Mato Grosso;
- Acompanhar o desenvolvimento da Estratégia intersetorial (PCI - Produzir, Conservar e Incluir);
- Acompanhamento das discussões do Zoneamento socioeconômico ecológico-ZSEE do Estado de Mato Grosso.

Melhores momentos

- Implementação do Projeto Querência+: “Paisagens Sustentáveis”;
- Especial sobre o funcionamento da Rede de Sementes do Xingu disponível do website www.sementesdoxingu.org.br;
- Produção e disseminação da nova edição do Calendário 2016 da Rede de Sementes do Xingu;
- Reconhecimento do trabalho da Rede de Sementes do Xingu com a veiculação no programa Fantástico, da TV Globo, durante a série Amazônia Sociedade Anônima;
- Participação no Canal do Boi para falar sobre o Simpósio Brasileiro de Tecnologia de Sementes Florestais e explicar como o uso da plantadeira de soja diminui os custos com a restauração florestal;
- Trabalho da ARSX e restauração florestal reconhecidos em matéria especial sobre os desafios do clima veiculado jornal O Estado de S. Paulo;
- Registro da ARSX no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (Renasem);
- Realização do primeiro monitoramento quinquenal (2010-2014) do Projeto Carbono Nascentes do Xingu, desenvolvido pelo ISA e ICV para contribuir no cumprimento da meta de neutralização de emissões do Programa Natura Carbono Neutro 2008, com a captação de quase 2.000 toneladas de CO₂ eq.



Terra do Meio

O que é

Situada no curso médio e baixo do Rio Xingu, no interflúvio dos rios Iriri e Xingu, a Terra do Meio é marcada pela disputa entre direitos e interesses envolvendo o modelo regional de ocupação agropecuária, grandes obras – como Belo Monte –, o asfaltamento da rodovia Transamazônica e interesses de povos indígenas e populações extrativistas. O Programa Xingu atua nessa região em três frentes de trabalho em parceria com associações comunitárias, instituições governamentais e não governamentais. Desenvolve um conjunto articulado de ações voltadas a consolidar as Unidades de Conservação da Terra do Meio, com ênfase nas Reservas Extrativistas (Resex), procurando ampliar a autonomia política e econômica das comunidades de beiradeiros (ribeirinhos), contribuindo com instrumentos e acompanhamento técnico que ampliem a capacidade de gestão de suas organizações. Buscamos atrair e adequar as políticas públicas de assistência, ampliar a proteção territorial e o fortalecimento cultural dessas populações. Paralelamente, a equipe vem realizando o monitoramento de impactos das grandes obras do Xingu, com ênfase nos causados pela implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte, ao mesmo tempo em que promove a governança florestal e a adequação socioambiental de municípios da região.

Equipe

André Villas-Bôas; Augusto Postigo; Benedito Bento; Biviany Rojas; Carolina Piwowarczyk Reis; Diego Pinheiro de Menezes; Edione Gouveia; Eric Debire, Fabíola Andressa Moreira Silva; Jeferson Straatmann; Juan Doblas; Letícia Leite; Luiz Augusto Cury; Marcos Finotti; Marcelo Salazar; Maria Euda Andrade; Rita de Cássia Chagas da Silva; Rodrigo Gravina Prates Junqueira; Tathiana Solano Lopes.

Colaboradores: Ana de Francesco (Unicamp); Carolina Lipparelli Morelli (Pesquisadora); Cristiane Costa (UFPA); Maurício Torres (Pesquisador).

Parcerias e Fontes de Financiamento

► Financiadores

Fundo de Defesa Ambiental (EDF)/Fundação Gordon & Betty Moore; Fundação O Boticário; Fundação Mott; Fundação Rainforest da Noruega (RFN); Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável; Fundo Amazônia/BNDES; Google; Porticus.

► Parcerias

Amazon Watch; Associação de Extrativistas da Maribel (Aerim); Associação de Moradores da Resex do Rio Iriri (Amoreri); Associação de Moradores da Resex do Rio Xingu (Amomex); Associação de Moradores da Resex do Riozinho do Anfrísio (Amora); Associação Agroextrativista Sementes da Floresta (Aasflor); Coopatrans/Cacau Way; Defensoria Pública Estadual de Altamira (DPE); Defensoria Pública da União (DPU); EDF; Funai; FVPP (Fundação Viver, Produzir e Preservar); ICMBio; Ibama; Imaflora, Ministério Público Federal de Altamira (MPF); Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira (MMTCCA); Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS); Prefeitura Municipal de Altamira/Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Meio Ambiente; Universidade Federal do Pará (UFPA).

O que foi feito

► GESTÃO TERRITORIAL

- Realização do II Encontro Xingu + – Diversidade Socioambiental no Coração do Brasil, para análise e planejamento dos principais aspectos de governança do Território de Diversidade Socioambiental do Xingu. Participaram do encontro lideranças dos diferentes territórios indígenas e extrativistas do Xingu e representantes de instituições que atuam nesses territórios;
- Fortalecimento das associações da Terra do Meio por meio de organização interna, gestão de projetos e participação no PDRS Xingu;
- Participação ativa nas reuniões dos conselhos gestores das Unidades de Conservação da Terra do Meio;
- Articulação conjunta com as Associações da Terra do Meio no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável Xingu (PDRS Xingu) para a realização de ações que promovam a melhoria da qualidade de vida e o monitoramento dos territórios das populações tradicionais e indígenas da região;
- Organização do 9º encontro da Rede Terra do Meio, que aglutina instituições do terceiro setor, governamentais e associações de moradores numa iniciativa que visa compartilhar e planejar, anualmente, os trabalhos realizados no território da Terra do Meio;
- Apoio na articulação de reuniões, sobrevoos e organização de informações sobre pressões nas UCs e TIs da Terra do Meio;
- Participação no GT de combate ao desmatamento de Brasil Novo e integração ao Conselho Gestor do Programa Municípios Verdes do Pará;
- Produção de notas técnicas e formalização de denúncias sobre retirada ilegal de madeira e desmatamento na Terra do Meio;
- Publicação do livro *Rotas do Saque: violações e ameaças à integridade territorial da Terra do Meio (PA)*, com destaque aos vetores de pressão sobre a Terra do Meio;



O professor Korotowi Ikpeng fala sobre a valorização da cultura no 2º Encontro Xingu+, em Altamira. © RAQUEL SANTOS/ISA

- Apoio ao Ministério Público Federal na formação de grupo de pesquisa multidisciplinar para elaboração de laudo antropológico – parte de um processo movido pelo MPF para a permanência das famílias beiradeiras que vivem tradicionalmente em uma parte do território onde hoje se localiza da Estação Ecológica da Terra do Meio.

▶ SAÚDE, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

- Realização de terceiro módulo da segunda fase do curso de Formação em Gestão Territorial para a Terra do Meio;
- Apoio aos barqueiros das Resex da Terra do Meio na concorrência pelo transporte escolar, viabilizando a realização do transporte pela própria comunidade;
- Apoio na articulação das associações com a Secretaria de Saúde e Educação para implantação adequada das políticas de saúde e educação;
- Realização de atividades de campo para a elaboração de Inventário Cultural das Populações Extrativistas da Terra do Meio, que servirá como base em processos de formação de professores e desenvolvimento de material escolar;
- Apoio à UFPA no diálogo e operação do curso de magistério para moradores das Resex da Terra do Meio, com disponibilização de materiais do curso de gestão, suporte técnico e logístico;
- Articulação conjunta com associações para implantação das primeiras turmas do fundamental maior nas Resex.

▶ ATIVIDADES ECONÔMICAS

- Apoio à estruturação de parceria comercial entre Wickbold e castanheiros das Resex da Terra do Meio e Terras Indígenas Xipaya e Kuruaya, com ganhos em segurança na comercialização, valor da castanha, estabilização de preços ao longo da safra e influência na dinâmica e relações comerciais no território. Foram comercializadas 50 toneladas de castanha em 2015;
- Apoio na parceria comercial entre Mercur e organizações de seringueiros das Resex da Terra do Meio, com novas ações na melhoria da qualidade da produção e desenvolvimento de produtos acabados nas Resex. Foram comercializadas 4,9 toneladas de borracha em 2015;
- Integração de indígenas da TI Xipaya na parceria comercial da borracha;
- Apoio à renovação de contrato Amora com a empresa Firmenich para comercialização de óleo de copaíba;
- Reuniões de negociação de novas parcerias comerciais para mesocarpo de babaçu, cumaru e óleos vegetais;
- Reforma e ampliação da miniusina do Rio Novo, associada à Resex Rio Iriri. Com a reforma, a miniusina passou a testar novos produtos (frutas desidratadas e sacos encauxados) e melhorou o processamento de meso-



Produção de óleo de copaíba dos extrativistas da Terra do Meio (PA). © MARCELO SALAZAR/ISA

carpo de babaçu, azeite de castanha do Pará, farinha de castanha e castanha desidratada, com a produção de 2 toneladas de castanha desidratada em 2015;

- Apoio à transferência de tecnologia de beneficiamento de castanha do Pará da miniusina do Rio Novo para a Coopatrans/Cacau Way em Medicilândia;
- Pesquisa, sistematização e desenvolvimento de tecnologias de beneficiamento de produtos florestais não madeireiros, com melhorias nos processos de desidratação, quebra de coco babaçu, beneficiamento de farinha de mesocarpo e beneficiamento de manta de borracha;
- Realização de intercâmbio entre as associações da Terra do Meio e os indígenas Baniwa e Wai Wai, assessorados pelo ISA no Programa Rio Negro;
- Realização da II Semana do Extrativismo na Localidade Manelito na Resex do Rio Iriri, promovendo o encontro entre extrativistas, indígenas, associações, organizações não governamentais, organizações do governo e empresas para planejamento das cadeias de valor de produtos da sociobiodiversidade da Terra do Meio;
- Apoio à construção de uma cantina e três paiois de armazenamento de produtos da sociobiodiversidade;
- Definição de três novas localidades para implantação de miniusinas junto às associações da Terra do Meio;
- Cadastramento de cantinas, miniusinas, extrativistas e indígenas no Origens Brasil, com a elaboração de textos relativos aos territórios, populações e produtos em conjunto com alunos do curso de gestão territorial.

Indicadores

- Volume de recursos captados por meio de projetos pelas associações extrativistas;
- Grau de funcionamento das escolas e unidades de saúde das Resex;
- Quantidade e qualidade de produtos processados dentro das Resex;
- Volume de produção comercializada com acesso a mercados diferenciados.

Avaliação

O ano de 2015 foi emblemático com a emissão da Licença de Operação da UHE Belo Monte, em 24 de novembro de 2015, que permitiu o início do barramento definitivo do Rio Xingu. Os impactos diretos e indiretos da usina repercutiram na dinâmica de trabalho no território: destaca-se a ampliação do saque de madeira na Resex Riozinho do Anfrísio, Floresta Nacional Trairão e TI Cachoeira Seca do Iriri, com estradas madeireiras interferindo nas áreas de uso dos indígenas e populações tradicionais. Os impactos nas populações da Terra do Meio estão associados à dificuldade de acesso a serviços públicos na cidade (o que ocasiona um dispêndio maior de tempo e recursos) e ao evidente aumento de pressão sobre seus recursos naturais, especialmente pescado e madeira.

Apesar do cenário desfavorável houve ganhos consideráveis na organização social das Resex, com o fortalecimento das associações locais na busca dos direitos e gestão de projetos e a melhoria das cadeias de valor de produtos da floresta. O início da parceria na cadeia da castanha conectou indígenas e beiradeiros em uma estratégia compartilhada para a promoção dos produtos da floresta.

A II Semana do Extrativismo foi simbólica para essa articulação e para o planejamento de melhorias nas cadeias de valor - conjuntamente com o governo e empresas. O II Encontro Xingu + permitiu ampliar o olhar para o Território de Diversidade Socioambiental do Xingu, tendo como resulta-

do uma maior troca de informações sobre o território com a visualização de problemas e soluções compartilhadas, contemplando aspectos de monitoramento, proteção territorial, valorização da cultura e melhoria na qualidade de vida.

O acompanhamento do PDRS Xingu em conjunto com as associações locais tem sido fundamental para a articulação interinstitucional no território e para garantir que as populações tradicionais e indígenas sejam ouvidas e contempladas no processo de planejamento e nas atividades desenvolvidas no território.

O processo de formação em gestão territorial, realizado desde 2011, contribuiu significativamente para a preparação de lideranças das Resex, as quais passaram a desempenhar atividades centrais nas associações, cantinas, no curso de magistério e nos processos de planejamento do território. A inflexão nas condições de proteção dos territórios tradicionais e indígenas, com incremento de todos os indicadores de degradação e desmatamento, recebeu um tratamento especial em 2015 com a publicação de um livro específico sobre o tema (*Rotas do Saque*), a formalização de diversas denúncias e o apoio em campo no monitoramento comunitário e na fiscalização em áreas críticas em processo acelerado de invasão.

Perspectivas

Para 2016, as atividades de saúde deverão se concentrar mais intensamente na implantação de modelo de assistência com equipe de saúde dedicada às Resex. Apesar de aprovadas políticas específicas para as unidades há ainda a necessidade de um esforço conjunto para operacionalizar o modelo.

Na educação o desafio se encontra no acompanhamento adequado do curso de magistério em parceria com as associações e UFPA, na finalização do Inventário Cultural - para subsidiar a construção de materiais pedagógicos baseados na cultura local - e na estruturação de um grupo de pesquisadores locais. Esses pesquisadores, em conjunto com colaboradores do ISA e especialistas, terão o encargo de responder à questões centrais para o território, tais como a valoração dos serviços socioambientais prestados pelas populações com o manejo tradicional da floresta.

Na gestão territorial, devemos trabalhar no amadurecimento dos grupos de estudantes que, com o nosso apoio técnico, percorrem o território mapeando usos e pressões e denunciando crimes ambientais. Devemos igualmente agir mais estreitamente com os órgãos responsáveis pela fiscalização dos territórios tradicionais, garantindo ações de inteligência efetivas que possam deter o avanço dos vetores de pressão sobre a Terra do Meio.

Uma das estratégias a serem operadas em 2016 para a valorização das populações, seus produtos e territórios é o Selo Origens Brasil. O processo de rastreabilidade e gestão da cadeia de valor proporcionará transparência aos avanços na gestão das relações comerciais na Terra do Meio e aos serviços prestados pelos produtos na promoção da cultura e território. 2016 será um ano de ampliação da cesta de produtos trabalhada pelas populações da Terra do Meio, com inserção de novos parceiros comerciais e ampliação da estratégia de beneficiamento de produtos nas comunidades. Está prevista a instalação de três novas miniusinas, uma em cada Resex, e a melhoria da qualidade de embalagens e rótulos para o acesso ao mercado de produtos acabados. Um tema central para as cadeias de valor para os próximos anos deve ser a consolidação do modelo de gestão das cantinas.



Os indígenas das TIs vizinhas às Resex da Terra do Meio têm aprendido com os beirinhos as novas formas de produção e comercialização. © Edione de Sousa/ISA



Irina Serrano e Viviane Biz (da Wickbold) ladeiam Marcelo Salazar (ISA) em caminhada nas estradas de castanha durante a II Semana do Extrativismo da Terra do Meio, Resex do Rio Iriri. © LETICIA LEITE/ISA

Melhores momentos

- Reforma e ampliação da miniusina do Rio Novo, com intercâmbio com indígenas do Rio Negro;
- Articulação entre indígenas e beiradeiros da Terra do Meio para definição de estratégias compartilhadas para as diferentes cadeias de valor da Terra do Meio, com intenso diálogo durante a II Semana do Extrativismo;
- Associações da Terra do Meio gerindo recursos da ordem de R\$ 1 milhão em projetos para melhoria da qualidade de vida e organização dos povos do Xingu;
- Realização do Xingu +, com grande troca de conhecimento entre as populações do Território de Diversidade Socioambiental do Xingu;
- Publicação do *Rotas do Saque: violações e ameaças à integridade territorial da Terra do Meio (PA)*.



Monitoramento de Infraestrutura e do Licenciamento das Obras de Infraestrutura na Bacia do Xingu

O que é

O componente atua em três níveis: Primeiramente, no monitoramento dos dados públicos do licenciamento ambiental das obras de infraestrutura no Xingu, em especial a usina hidrelétrica de Belo Monte. Em segundo lugar, apoiando a produção de informação independentemente do empreendedor e do governo sobre os impactos de Belo Monte na área afetada, por meio de parcerias com indígenas, pescadores e de viabilização do funcionamento da Câmara de Monitoramento das Condicionantes no PDRS Xingu. Em terceiro lugar, o Programa trabalha com o apoio à incidência das demandas dos parceiros e das populações afetadas junto às instituições públicas, e com o uso dessa expertise para contribuir com o debate sobre licenciamento ambiental e sobre o papel do BNDES na reprodução de violações de direitos socioambientais.

Equipe

Adriana Ramos; André Villas-Bôas; Biviany Rojas; Carolina Reis; Juan Doblas; Leonardo Amorim (até setembro); Letícia Leite; Marcelo Salazar; Rafael Andrade; Rodrigo Gravina Prates Junqueira.

Associados: Ana de Francesco; Cristiane Costa; Juarez Pezutti.

Parcerias e fontes de financiamento

▶ Financiadores

Fundação Rainforest da Noruega (RFN), Fundação Mott.

▶ Parcerias

Associação Yudjá Miratu da Volta Grande do Xingu, Colônia de Pescadores Z-57 de Altamira, Colônia de Pescadores Z-12 de Vitória do Xingu, UFPA, Unicamp, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, AIDA Américas, International Rivers, INESC, Ibase, Conectas Direitos Humanos, Ministério Público Federal.

O que foi feito

- Publicação do *Dossiê Belo Monte: não há condições para a Licença de Operação*, em junho de 2015. Em anexo à publicação foi lançada uma coletânea, intitulada “Vozes do Xingu”, que conta com mais de 20 artigos produzidos por pesquisadores, representantes de órgãos públicos e membros de instituições e movimentos parceiros, a respeito das consequências do descumprimento das condicionantes de Belo Monte;
- Apoio ao funcionamento da Câmara Técnica de Monitoramento das Condicionantes, no PDRS Xingu;
- Acompanhamento e incidência política dos resultados dos “Mapas dos caminhos” produzidos pelo projeto “Indicadores Belo Monte” da FGV, em julho de 2015;
- Publicação do *Atlas de Impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca*, realizado em parceria com as colônias de pescadores de Altamira e Vitória do Xingu, Associação Yudjá Miratu, da Volta Grande do Xingu (Aymix), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (Naea/UFPA) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);

- Continuidade do monitoramento participativo em parceria com a UFPA, realizado pelos Juruna (Aymix), com a consolidação da coleta de dados do segundo ano do monitoramento, garantindo o estabelecimento de uma linha base da situação da pesca antes do barramento definitivo do rio;
- Apoio à realização de inspeção interinstitucional promovida pelo MPF, em junho de 2015, para averiguar as irregularidades na remoção de ribeirinhos e moradores de ilhas e beiradões do Rio Xingu e acompanhamento dos desdobramentos por meio do GT “Diálogos Ribeirinhos”;
- Realização de oficina com os pescadores da Resex do Rio Iriri para elaboração de carta sobre os impactos que estão sendo sofridos na pesca com a instalação da UHE Belo Monte, e elaboração de carta com as associações da Resex Rio Iriri, Resex Rio Xingu e Resex Riozinho do Anfrísio. Foi realizada reunião com presidente do ICMBio, Roberto Vizontim, em abril de 2015, que recebeu as cartas da população e afirmou que o ICMBio reconhece os impactos de Belo Monte nas Resex da Terra do Meio;
- Monitoramento do financiamento de Belo Monte pelo BNDES por meio da participação nas reuniões do Fórum de Diálogo com o presidente do BNDES (janeiro de 2015) e com a equipe do Banco em maio de 2015;
- Formulação de comunicação ao MPF relatando a reiterada negação de informações, pelo BNDES, sobre a auditoria socioambiental realizada periodicamente na obra UHE Belo Monte, configurando descumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Avaliação

O componente avançou na consolidação de uma importante etapa da produção independente de informação sobre os impactos de Belo Monte na pesca, com o lançamento do Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca e a continuidade do trabalho com os Juruna na Volta Grande do Xingu. O lançamento do *Dossiê Belo Monte – Não há condições para a Licença de Operação* e o trabalho de incidência política a partir desse material também possibilitou o diálogo com o órgão licenciador, e a Licença de Operação de Belo Monte, de novembro de 2015, incorporou pontos relevantes apontados no Dossiê em condicionantes como a realização de seminário técnico sobre os impactos na pesca. O lançamento da plataforma Indicadores Belo Monte da FGV, no âmbito do PDRS Xingu, também consolidou mais um espaço de produção independente de informação que vem sendo apropriado por atores da região. A realização de inspeção do MPF e o processo “Diálogos ribeirinhos” possibilitou o reconhecimento de irregularidades e um processo para a reocupação das ilhas e margens do reservatório do Xingu. Apesar da participação em diálogos com o BNDES, não houve grandes avanços por parte do banco. A incidência positiva direta do trabalho de prestação de informações e apoio do ISA ao MPF para o ingresso judicial da questão do acesso à informação sobre auditoria socioambiental independente de Belo Monte tem sido fundamental para que se tenha acesso à integralidade dos relatórios de auditoria socioambiental e para que se consolide esse entendimento na jurisprudência brasileira. O ano foi emblemático com a emissão da Licença de Operação da UHE Belo Monte, em 24 de novembro de 2015, que permitiu o início do barramento definitivo do Rio Xingu. Apesar da reincidência de condicionantes

que já deveriam ter sido cumpridas, houve avanços: a Licença de Operação da usina incluiu a obrigação da empresa de revisar o tratamento ofertado aos ribeirinhos e moradores de ilhas e beiradões do Rio Xingu de forma a garantir o acesso à dupla moradia; foram reconhecidos impactos negativos sobre as comunidades de pescadores decorrentes da perda de importantes áreas de pesca durante a instalação da usina e a necessidade de estabelecer ao menos uma medida de mitigação destinada aos pescadores e ribeirinhos moradores das Reservas Extrativistas da Terra do Meio.

Perspectivas

Com relação ao acompanhamento do processo de licenciamento de Belo Monte, 2016 será o primeiro ano após o barramento definitivo do rio. Isso requer atenção e aprofundamento nos monitoramentos de impactos na fase de operação da usina, na qual começam a se configurar transformações e impactos no Trecho de Vazão reduzida e no qual deverão ser realizadas importantes condicionantes da Licença de Operação, como a ligação dos domicílios à rede de esgotamento sanitário para seu pleno funcionamento.

- Continuidade do monitoramento de pesca junto aos Juruna por meio de aplicativo Pesca+, instalação de internet na aldeia Moratu e acompanhamento das transformações ocorridas na Volta Grande após o barramento definitivo do rio;
- Reocupação de ribeirinhos nas ilhas e margens do reservatório do Xingu;
- Avanço no processo de reconhecimento e mensuração de impactos de Belo Monte nas Unidades de Conservação da Terra do Meio;
- Possível reversão da compensação ambiental de Belo Monte, que foi majoritariamente para fora da Terra do Meio.
- Mudanças políticas no governo federal: risco de descontinuidade da Câmara Técnica de Monitoramento PDRS.
- Incerteza sobre a continuidade do diálogo entre BNDES e sociedade civil.

Melhores momentos

- Lançamento do *Dossiê Belo Monte – Não há condições para a Licença de Operação* no auditório da UFPA, em julho;
- Lançamento do *Atlas dos Impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca em setembro*;
- Lançamento da plataforma Indicadores Belo Monte da FGV no PDRS Xingu;
- Reconhecimento de impactos na pesca na fase de instalação da usina para pescadores e ribeirinhos das Resex da Terra do Meio e reconhecimento do direito de reocupação de ribeirinhos nas ilhas e margens do reservatório do Xingu na Licença de Operação;
- Realização da segunda edição da Canoada Bye Bye Xingu em setembro de 2015 em parceria com a Aymix;
- Judicialização da questão da transparência de informações do BNDES pelo MPF.



Pelo segundo ano consecutivo o ISA e parceiros promoveram a Canoada Bye Bye Xingu, que percorreu cerca de 100 km pelo rio.

FOTOS: © LILIO CLARETO



AMAZÔNIA

RAISG - REDE AMAZÔNICA DE INFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

GEORREFERENCIADA



O que é

A Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) é um espaço de intercâmbio e articulação de informações socioambientais georreferenciadas, a serviço de processos que vinculam positivamente os direitos coletivos com a valorização e sustentabilidade da diversidade socioambiental na Panamazônia.

Em novembro de 2015, a rede passou por um processo de elaboração de um plano estratégico 2016-2020, que teve lugar em Lima, no Peru. Neste processo, a missão da rede foi definida como: *Raisg é uma iniciativa regional amazônica que gera informação georreferenciada e dá visibilidade à situação socioambiental da Amazônia para que todos a valorizemos e cuidemos.*

Ainda de acordo com o novo plano, os objetivos estratégicos da rede são dois: 1) fortalecer a governança socioambiental da Amazônia e 2) fortalecer a organização da rede.

Para o objetivo estratégico 1, as linhas de ação definidas foram: floresta; água; pressões e ameaças; e governança socioambiental dos Territórios Indígenas (TI) e Áreas Naturais Protegidas (ANP). Para cada um dos objetivos foram definidos resultados, indicadores e atividades.

Atualmente a rede é composta por 7 instituições de 6 países amazônicos, sob coordenação do ISA:



Gaia Amazonas



Parcerias e fontes de financiamento



Equipe

Pelo ISA, participam da Rede:

Beto Ricardo, coordenador; Francis Nishiyama; Alicia Rolla e Cícero Cardoso Augusto

Linhas de ação

- Compilação e sistematização de informações cartográficas.
- Produção e análise de dados.
- Avaliação do desmatamento.
- Capacitação e fortalecimento institucional.

O que foi feito

Foram realizadas cinco reuniões presenciais em 2015: três em São Paulo, uma em Lima e uma em Bogotá, onde além do palnejamento anual da rede, foram trabalhadas as publicações, produtos e parcerias da rede. A reunião de Lima foi dedicada à elaboração do Plano Estratégico 2016-2020, com a mediação de um consultor. O resultado, aprimorado posteriormente em reunião em São Paulo, considera dois objetivos estratégicos: 1) fortalecer a governança socioambiental da Amazônia e 2) fortalecer a organização da rede.

O Grupo de Trabalho (GT) em Governança reuniu-se em Bogotá para avançar nas diretrizes para a construção de um sistema de monitoramento da governança socioambiental dos Tis e ANPs da Amazônia.

O GT Desmatamento, além da participação presencial em quatro dos cinco encontros presenciais, realizou diversas reuniões virtuais para ajustes metodológicos e seguimento da avaliação. Foi finalizada a avaliação do desmatamento com base em imagens de 2013 e iniciada a avaliação de 2015.

Parte dos dados compilados pela rede foram disponibilizados na plataforma Global Forest Watch/WRI (<http://www.globalforestwatch.org/>), e a Raisg formalizou o início de uma parceria para colaboração com a plataforma Landmark – Plataforma Global de Terras Indígenas e Comunitárias (<http://www.landmarkmap.org/>).

Tanto a coordenação como as instituições sócias têm participado de foruns e eventos como interlocutores no tema de pressões e ameaças à Amazônia, e diversas instituições têm usado os mapas da rede em publicações e apresentações de suas estratégias.

Os protocolos da rede têm servido de inspiração para outras iniciativas de redes e para produtos em cooperação entre instituições.

Produtos

- *Amazônia 2015 – Áreas Naturais Protegidas e Territórios Indígenas, com desmatamento até 2013* (mapa, publicado em português, espanhol e inglês)
- *Desmatamento na Amazônia (1970-2013)* – 48 págs., publicado em português, espanhol e inglês.
- *Presiones y Amenazas sobre las Áreas Naturales Protegidas y los Territorios Indígenas de la Amazonía* (mapa, publicado em espanhol)
- Site reformulado com novas ferramentas no mapa em linha (raisg.socioambiental.org)

Indicadores

- Capacidade de interlocução com outras instituições e pesquisadores para constituir parcerias necessárias à consolidação da Rede;
- Capacidade de formular projetos e captar oportunidades;
- Crescimento do orçamento vinculado;
- Publicações/produtos;
- Números de acesso ao site.

Avaliação e perspectivas

2015 terminou com novas perspectivas para a rede, partindo do novo Plano Estratégico. Firmamos novo acordo com a Fundação Moore, de apoio para dois anos e seguimos com o apoio da Fundação Rainforest da Noruega (RFN). Novos contatos serão feitos a partir da reunião de planejamento prevista para início de 2016.

Ainda temos a pendência de uma publicação (Cartografia Histórica de ANPs e TIs), que todavia está quase pronta e deverá ser lançada em 2016. No campo do desmatamento, com a finalização da avaliação de 2013 que teve vários percalços, houve uma migração para a plataforma Google Engine, onde a metodologia está sendo aplicada e refinada para a avaliação de 2015. Após os ajustes necessários, se prevê a avaliação anual desde 1984. A ampliação da escala de trabalho dos mapas para 1:100.000 está quase pronta para a Amazônia brasileira, com um trabalho contratado que levou um ano.

Entre 1º/1/2013 e 1º/1/2016, o site da rede teve 38.504 sessões (acessos) no total, uma média de 12.834 por ano. De 1º/1/2015 a 1º/1/2016 foram feitos 3.359 downloads dos produtos da Raisg disponibilizados no site, contra 2.259 no período anterior.

A Raisg passou por uma avaliação externa, contratada pela RFN, que identificou achados importantes, entre os quais se destacam:

- ✓ A imagem externa de que a Raisg tem capacidade de gerar produtos de grande relevância e impacto para a Amazônia.
- ✓ A intensa dinâmica de trabalho, a disciplina e o compromisso que refletem os debates conceituais, sendo um espaço inovador nas suas metodologias e ambiente interno.
- ✓ A produção se caracteriza pelo rigor técnico.
- ✓ A produção da Raisg é muito relevante para a região, sendo uma referência para tomadores de decisão, pesquisadores, organizações indígenas e a sociedade civil em geral.
- ✓ A Raisg foi eficaz em consolidar-se como Rede, sendo uma referência única no mundo na soma de esforços colaborativos para gerar produtos inovadores.
- ✓ A avaliação do desmatamento é pioneira e única.

Entre as recomendações principais da avaliação, estão:

- ✓ Buscar mecanismos que melhorem a capacidade de resposta da Raisg para atender as demandas externas



- ✓ Consolidar os processos exitosos da gestão (coordenação geral, descentralização da coordenação, atualização de protocolos, fortalecimento da equipe de trabalho etc).
- ✓ Concretização dos temas pendentes em estratégias de comunicação e incidência.

Com o resultado da avaliação e o Plano Estratégico formulado, a coordenação tem condições e boas perspectivas para a captação de novos recursos.

TEMA

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

O que é

O tema Povos Indígenas no Brasil do ISA é referência nacional na produção, análise e difusão de informações qualificadas sobre os povos indígenas no Brasil.

Mantém, desde o início da década de 1980, pesquisas sobre os índios no Brasil, e também uma ampla rede de colaboradores que contribui com informações e artigos para publicações impressas e para os sites do tema.

Ao disponibilizar à sociedade brasileira e ao público das línguas portuguesa, inglesa e espanhola um conjunto sistematizado de informações sobre povos indígenas, o tema supre uma grande lacuna. Tanto o site Povos Indígenas no Brasil quanto o site Povos Indígenas no Brasil (PIB) Mirim podem ser acessados a partir do portal do ISA (www.socioambiental.org) ou diretamente em <http://pib.socioambiental.org> | <http://pibmirim.socioambiental.org/>.

A série Povos Indígenas no Brasil, publicação impressa desde 1980, é outra importante fonte de informações produzida pela equipe e evidencia o acompanhamento permanente das políticas públicas voltadas a essas populações. O último volume da série compreende o período de 2006 a 2010 e foi lançado em novembro de 2011.

Em outubro de 2015 iniciaram-se as discussões de pauta para o volume 2011 a 2015, que se pretende lançar em agosto ou setembro de 2016.

Equipe

Fany Pantaleoni Ricardo (*coordenação*); Bruno Bevilacqua Aguiar, Tatiane Klein, Isabel Harari, João Ricardo Rampinelli, Silvio Carlos.

Estagiários: Rafael Pacheco Martinho (Ciências Sociais); Gustavo Rubio Claret Pereira (Ciências Sociais); Júlia Navarra (Ciências Sociais).

Fontes de financiamento

Embaixada da Noruega

Cafod – Agência Católica para o Desenvolvimento

Melhores momentos

Publicação do livro *Povos Indígenas no Brasil Mirim*, uma versão impressa do site <http://mirim.socioambiental.org>, com tiragem de 3000 exemplares. O lançamento foi realizado em São Paulo, no início de 2016.

Site Povos Indígenas no Brasil

O que é

É hoje a principal fonte de informação qualificada na internet sobre os Povos Indígenas no Brasil. Lançado em 1997, reestruturado em 2002 e reformulado em 2008, é permanentemente atualizado com textos, fotos e vídeos. O site traz informações gerais sobre a situação atual dos índios no Brasil: quem são, onde estão, quantos são, que línguas falam, seus modos de vida, direitos, organizações, projetos e parcerias, as questões que envolvem a demarcação de Terras Indígenas, depoimentos indígenas, totalizando mais de 190 artigos temáticos gerais. O site disponibiliza ainda a Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil, com 210 verbetes e 13 micro-verbetes, que abarcam 223 povos indígenas. Tanto artigos quanto verbetes estão ricamente ilustrados com imagens que compõem também a galeria online do site, disponibilizando para visualização pública cerca de 2 500 imagens, que fazem parte do acervo do ISA.

O site também apresenta uma compilação de notícias com mais de 145 mil notícias publicadas entre 1945 e os dias atuais. Conta com uma seção de downloads na qual é possível baixar gratuitamente boa parte das publicações do ISA sobre o tema.

A reformulação do site em 2008 vinculou as informações apresentadas ao sistema de bancos de dados sobre Terras e povos Indígenas produzido pelo Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas. As informações sobre TIs foram disponibilizadas online primeiramente na plataforma Caracterização Socioambiental das Terras Indígenas, que em 2011 foi substituída pelo painel de dados e indicadores “De Olho nas Terras Indígenas”.

► Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil

A Enciclopédia, disponível no site Povos Indígenas no Brasil desde 1997, traz 210 verbetes e 13 micro-verbetes sobre povos indígenas que vivem atualmente no País. A obra ainda não está completa.

Essa iniciativa, cujo objetivo é divulgar na internet a diversidade sociocultural dos índios, conta, para a elaboração dos conteúdos, com o vasto acervo de documentos, imagens e mapas do ISA, e com sua rede de colaboradores. Os textos abordam temas relativos aos modos de vida, à organização social, ao histórico do contato, à língua, às terras e outros aspectos culturais, políticos e econômicos dos diferentes grupos. A Enciclopédia é resultado de um processo permanente de sistematização e atualização de informações provenientes de diferentes fontes. Esse esforço muitas vezes é acompanhado por alguns desafios, a saber:

• Quadro dos Povos

A questão da etnicidade é um dos desafios na atualização desse quadro dinâmico que mostra a sociodiversidade contemporânea no Brasil. Particularmente a história dos povos indígenas inclui processos de fusão e divisão. Estabelecer os critérios que diferenciam um “povo” de uma “comunidade” ou de um “subgrupo” é algo arbitrário e nem sempre consensual. Há critérios sociológicos (identificados pelos pesquisadores), nativos (apontados pelos próprios grupos) e eminentemente políticos (visando o reconhecimento de direitos ou a obtenção de benefícios) para a identificação de um grupo étnico, que nem sempre são coincidentes e cujas fronteiras são intercambiáveis. Assim, classificar e contabilizar o número de povos indígenas acarreta imprecisão e implica constante revisão e atualização.

Daí a adequação da rede virtual, que mantém aberta a possibilidade de atualizações, de acordo com as reivindicações e esclarecimentos feitos pelos colaboradores indígenas e não indígenas do ISA.

No contexto atual, é possível que o processo mais emblemático do dinamismo do quadro étnico no Brasil seja aquele relativo às chamadas “identidades emergentes” (ou “índios ressurgidos”, ou “índios resistentes”). Nos últimos anos, aumentou o número de populações que passaram a reivindicar pública e oficialmente a condição de indígena. Trata-se de famílias que, miscigenadas e territorialmente espoliadas, deslocadas e concentradas ao longo do tempo, reencontram, no presente, contextos políticos e históricos favoráveis à retomada de identidades coletivas indígenas (um povo, um nome). A questão é complexa e está imbricada com a concentração fundiária no País e a precariedade dos serviços públicos de promoção do bem estar social. Nesse quadro, a reivindicação da identidade indígena traz consigo a conquista de direitos territoriais e de assistência diferenciada nos serviços de saúde e educação, bem como financiamentos para projetos econômicos.

• Edição

A maior parte dos verbetes hoje disponíveis no site foi elaborada por pesquisadores, geralmente antropólogos ou linguistas, com conhecimento específico sobre um determinado povo. Mesmo quando um texto é construído com a colaboração direta do autor, a tarefa de edição não costuma ser fácil. Os pesquisadores estão normalmente envolvidos em inúmeras atividades e, por esse motivo, a equipe realiza vários contatos até finalmente concluir todas as etapas necessárias para a publicação do verbete (revisão e edição, retorno para o autor, seleção de fotos, levantamento de dados sobre população e localização, edição em web, aprovação do autor e publicação).

Nos últimos anos por causa da pouca disponibilidade dos especialistas para redigir os verbetes, a equipe investe cada vez mais na edição a partir de conteúdos preexistentes encontrados em teses, livros, artigos, relatórios e outros tipos de documentos. A equipe reúne o material, existente muitas vezes no acervo do ISA, e o edita em formato de verbete, destacando itens como “nome”, “língua”, “localização”, “população”, “histórico da ocupação e do contato”, “organização social”, “cosmologia”, “rituais”, “atividades produtivas”, “notas sobre as fontes” e “fontes de informação”. Depois disso, uma primeira versão é encaminhada para o(s) autor(es) para que faça(m) acréscimos e correções que julgar(em) necessários. No projeto gráfico do verbete, cada item corresponde a uma página, de modo que cada verbete pode ser assinado por diferentes autores. Esse processo de edição, apesar de mais trabalhoso, tem resultado em verbetes de boa qualidade, pois reúne o melhor conteúdo produzido sobre um povo específico em uma linguagem adequada ao público heterogêneo do site.

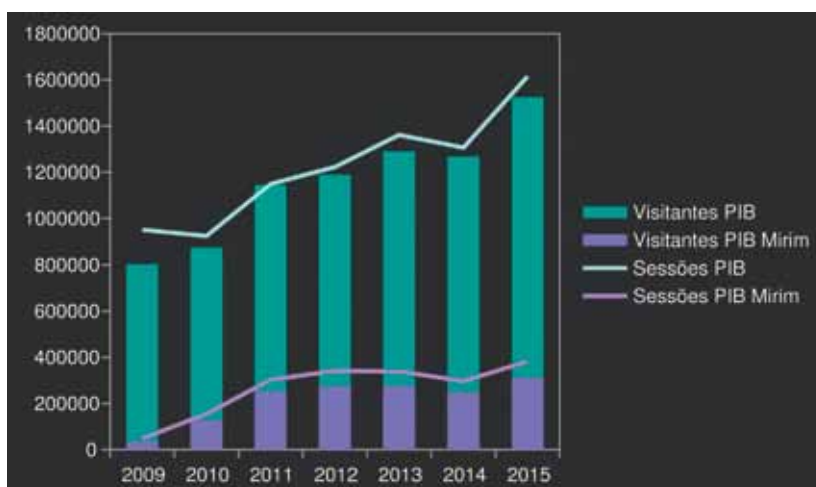
• Alcance

O número de visitantes do site continua crescendo. No período de janeiro a dezembro de 2015, foram 1,66 milhão, que realizaram 3,59 milhões de visualizações de páginas. Do total de visitas, 1,39 milhão são do Brasil. O site vem sendo traduzido constantemente para o inglês (<http://pib.socioambiental.org/en>) e espanhol (<http://pib.socioambiental.org/es>) e foi acessado no período por outros 201 países/territórios, como Estados Unidos, com 35,2 mil visitas, Colômbia, com 24,9 mil, Argentina, com 21,7 mil e Índia com 18,5 mil (janeiro a dezembro de 2015).

A Enciclopédia de povos conta atualmente com 162 verbetes em espanhol e 184 verbetes em inglês, além de dezenas de artigos temáticos traduzidos. Para ampliar o alcance das informações disponibilizadas, o site tem perfis nas redes sociais que, além de divulgar conteúdos próprios, dá visibilidade a conteúdos de parceiros, permite fortalecer redes indígenas e indigenistas online e informar em tempo real sobre acontecimentos relevantes no tema. A página do PIB no Facebook (<http://www.facebook.com/povosindigenasnobrasil>) criada em novembro de 2011, atualmente já passa de 18 mil seguidores (março/2016). Em 2015, foram produzidas duas séries de postagens especiais para a página: 1) Kwarup do líder Takumã Kamayurá, com sete postagens e alcance de 165,5 mil usuários; 2) Yanomami e lançamento do livro de Davi Kopenawa, *A Queda do Céu*, com quatro postagens e alcance de 697,4 mil usuários. Além disso, foram recebidos mais de 450 e-mails de usuários buscando informações sobre povos indígenas – a maioria deles respondidos.

O que foi feito

- Publicado verbete inédito sobre os Puruborá, habitantes de Rondônia: De autoria do Prof. Felipe Ferreira Vander Velden (UFSCar), o verbete conta também com contribuições da linguista Ana Vilacy Galucio (MPEG) e de Tarsila dos Reis Menezes (UFSCar);
- Extensa atualização do verbete Sateré Mawé. O novo verbete sobre esse povo, habitante do Amazonas e inventores da cultura do Guaraná – substitui o anterior originalmente escrito no ano 2000 pela mesma autora, a pesquisadora Sônia Lorenz;
- Montagem de exposição online inédita de objetos das culturas materiais Karajá, Panará, Wajapi e Wari pertencentes ao acervo do Weltmuseum Wien e disponibilizados online ao público através da parceria com site Povos Indígenas no Brasil – ISA;
- Tradução das galerias de cultura material, do alemão para o português;
- Tradução do verbete Yuhupdeh para o espanhol;
- Desenvolvimento e testes de nova ferramenta de gestão do conteúdo (backend) do site, baseada no MediaWiki;
- Diversas atualizações e correções pontuais ao longo do site com os dados de demografia mais recentes, novas referências bibliográficas, novos vídeos.



Povos Indígenas no Brasil

SATERÉ MAWÉ

Os filhos do Guaraná

A auto-imagem dos Sateré-Mawé como filhos do guaraní está traçada no plano ideológico no mito de origem. Inventores da cultura do guaraní, os Sateré-Mawé transformaram a Paulínia Cupena, trepadeira silvestre da família das Sapindáceas, em cultivo cultivado, introduzindo seu plantio e beneficiamento. O guaraní é uma planta nativa da região das terras altas da bacia hidrográfica do rio Mautó-Açu, que coincide precisamente com o território tradicional Sateré-Mawé.

O guaraní é o produto por excelência da economia sateré-mawé, e dos seus produtos comercializáveis é o que obtém melhor preço no mercado. É possível assim pensar que a vocação para o comércio demonstrada pelos Sateré-Mawé se explique pela importância do guaraní na sua organização socioeconômica.

A primeira menção do guaraní e de sua importância para os Sateré-Mawé é de 1859, ano que coincide com o primeiro contato do grupo com os brancos. Segundo o padre João Felipe Betendorf "Um os Anfitriões em seus matos uma frutinha que chamam guaraní, e qual secom e depois plantam, fazendo dela umas bolitas, que estimam como os brancos o seu ouro, e desfolha com uma pedrinha, com que se vão roçando, e em uma cula de água bebida, dáão grandes forças, que inda os índios à daga, um dia até o outro não têm fome, além do que faz umas, tra febre e dores de cabeça e náuseas".

Em 1819, o naturalista Carl von Martius recolheu na região de Maué uma amostra de guaraní, denominado-a Paulínia Sorolla. Martius observou que na época já existe intenso comércio de guaraní, enviado a locais distantes como o Mato Grosso e a Bolívia. Assim, em 1858, Ferreira Pena escreve:

Cada ano dizem pelo Maué inventores de Bolívia e Mato Grosso dirigindo-se à Serra e Vila Bela impetrar, para onde fazem seus gneros de exportação e donde recebem de de importação. Cui, antes de regressar vila a Maué, donde levam nel artigos de guaraní, regressando então em vãos, carregados de frutos e de outros artigos, que eles vão vender nos departamentos de Beni, Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba na Bolívia e nas províncias do Guaporé e seus afluentes".

Notícias deste povo

Curso de Licenciatura Indígena "Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável" promove seminário de avaliação do curso

Universidade do Estado do Amazonas promove encontro com alunos indígenas egípcios

Indígenas de 27 etnias do AM ocupam sede da Serbit

Terras habitadas

Albino Beja Flor # André Mota # Costa-Lavigne #



Site Povos Indígenas no Brasil Mirim (PIB Mirim)

O que é

Criado em junho de 2009, o PIB Mirim (<http://pibmirim.socioambiental.org>) é o primeiro site voltado ao público infanto-juvenil sobre a diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil.

Em linguagem apropriada ao público a quem se destina, os objetivos dessa iniciativa são mostrar a diversidade dos povos indígenas de maneira educativa e lúdica; romper com os estereótipos amplamente difundidos; e despertar o interesse e o respeito das crianças pelas culturas indígenas existentes no País. Os conteúdos do PIB Mirim também servem de suporte para os professores abordarem a temática indígena em sala de aula, tendo em vista que, em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.645 que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos ensinos fundamental e médio..

Como o site está organizado

Para criar e organizar os conteúdos do site foi fundamental levar em consideração as expectativas, dúvidas e interesses das crianças diante do tema. Com base nesta ideia, a elaboração dos textos do PIB Mirim partiu de questões que apareciam em e-mails enviados pelas crianças à equipe da Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil.

Durante o processo de criação do site a equipe realizou pesquisas bibliográficas, aliadas a conversas com especialistas em antropologia, arqueologia e educação, entre outras áreas do conhecimento. Atualmente o conteúdo do site é dividido em cinco grandes temas – Antes de Cabral, Quem são, Onde estão, Como vivem e Línguas – e é enriquecido permanentemente com novas fotos, mapas, desenhos e vídeos.

O PIB Mirim busca também dar espaço a materiais produzidos pelos próprios indígenas ou em parceria com eles. Conta com vários conteúdos elaborados pelas comunidades com as quais o ISA desenvolve projetos, como é o caso de populações da região do Alto Rio Negro e do Parque Indígena do Xingu. Vídeos sobre brincadeiras e línguas indígenas, textos

sobre jogos, alimentação, divisão das tarefas cotidianas, além de diversos desenhos são alguns dos exemplos.

• Jogos

Como forma de sensibilizar ainda mais o público infanto-juvenil para os conteúdos disponibilizados no site, nossa equipe criou jogos virtuais – como o jogo da Memória de Casas e Aldeias, o jogo da Pescaria e o Ligue-pontos, com contribuições do professor indígena Mauwi Ikpeng.

• Alcance

No período de janeiro a dezembro de 2015, o número total de visitas ao site foi de 387.513 com 897.757 visualizações de página. A maior parte dessas visitas é feita a partir do Brasil (358.280), mas como o site está traduzido para o inglês, o alemão e o espanhol, os acessos vieram também de outros 148 países. O país que mais acessa o site, depois do Brasil, é a Índia, com 3.842 visitas. Em seguida vêm a Noruega, com 3.539, os Estados Unidos, com 3.067, e a Alemanha, com 2.281 (de janeiro a dezembro de 2015).

Para ampliar o alcance das informações disponibilizadas, em 2015 mantivemos a parceria com a área de Comunicação do ISA, mantivemos uma agenda de postagens na rede social Facebook, através dos perfis do Instituto Socioambiental e do Povos Indígenas no Brasil

O que foi feito

Durante as etapas de planejamento das atividades para o ano de 2015, as prioridades definidas pela equipe foram a dinamização da homepage do site, a continuidade da reforma editorial do site e a elaboração de novos jogos. Nesse sentido, ao longo de 2015, realizamos:

- Lançamento da subseção “Ambiente com gente dentro”, no menu “Onde estão”, no primeiro semestre de 2015;
 - Lançamento da seção “Artes”, no menu “Como vivem”, no primeiro semestre de 2015;
 - Pesquisa, elaboração de conteúdos novos e específicos para a homepage, divulgando-os também nas redes sociais do ISA. A saber: “A floresta também canta”, “Tem índio no futebol”, “Manual das crianças huni kuĩ”, “Saberes das crianças yanomami” e “Pequena cantora macuxi”;
 - Revisão e reedição dos conteúdos dos menus “Línguas indígenas”, “Antes de Cabral” e “Como vivem”;
 - Discussões e reuniões de trabalho sobre a manutenção e reconstrução do jogo Aldeia Virtual, para correção de problemas técnicos – e a produção de novos pequenos jogos digitais e analógicos vinculados ao site.
- No mais, mantivemos os serviços que oferecemos ao público, tendo recebido 44 solicitações de uso de conteúdos; 753 comentários de usuários do site; 266 mensagens de usuários por e-mail, a maioria deles respondidos. Foram feitos ainda três atendimentos a pesquisadores, educadores e jornalistas.

© Tatiane Klein



LEGENDA???

Série Povos Indígenas no Brasil

O que é

A série Povos Indígenas no Brasil é a herança mais sólida que o ISA recebeu do Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), particularmente de seu Programa Povos Indígenas no Brasil. A conformação desse trabalho remonta ao início dos anos 1970 e foi nesse contexto que começou a se consolidar uma extensa rede de colaboradores. São pesquisadores, indigenistas, missionários, indígenas, médicos, jornalistas, fotógrafos, entre outros, que seguem apoiando o ISA em ações que deem visibilidade aos povos indígenas por meio de informações qualificadas.

Até a década de 1990, as edições eram anuais e publicadas pelo Cedi. A partir de 1991, já sob a responsabilidade do ISA, foram publicadas quatro edições quinquenais, correspondendo aos períodos de 1991/1995, 1996/2000, 2001/2005 e 2006/2010. Todas as edições reúnem análises e reflexões sobre a situação contemporânea e a história recente dos povos indígenas que vivem no Brasil.

• Nova edição

A nova edição do livro Povos Indígenas no Brasil, correspondente ao período de 2011 a 2015, foi iniciada em setembro de 2015 e tem previsão de publicação no ano de 2016.

Exposição Povos Indígenas no Brasil 1980-2013

Em 2013, o ISA realizou, em parceria com a Embaixada Real da Noruega no Brasil, a exposição *Povos Indígenas no Brasil 1980/2013 – Retrospectiva em Imagens da Luta dos Povos Indígenas no Brasil por seus Direitos Coletivos*. A mostra comemorou os 30 anos do apoio norueguês aos Povos Indígenas no Brasil, os 25 anos da Constituição e os 20 anos do ISA.

A maior parte das imagens foi publicada originalmente na imprensa ou nos volumes da série Povos Indígenas no Brasil, elaborada, inicialmente, pelo Cedi e, a partir de 1994, pelo ISA, com apoio do governo norueguês.

A exposição traz momentos e personagens históricos, retratados em um período de 33 anos no qual os povos indígenas saíram da invisibilidade para entrar de vez no imaginário e na agenda do Brasil contemporâneo. O marco desse processo foi o capítulo dos direitos indígenas na Constituição.

Entre outros temas, as imagens retratam a participação indígena na Constituinte (1986-1988); a batalha pelo reconhecimento das Terras Indígenas; a resistência às invasões de garimpeiros e madeireiros; o apoio de músicos como Sting e Milton Nascimento; a apropriação das tecnologias do homem branco; as ameaças aos últimos povos “isolados”; as mobilizações recentes pela garantia de seus direitos.

Após a inauguração em Brasília, em novembro de 2013 e da itinerância por três capitais brasileiras em 2014, em 2015, a Exposição foi levada ao Senado Federal entre 12 e 22 de maio, recebendo público escolar e não escolar.

Mobilização Nacional Indígena

Com a equipe de Comunicação do ISA, a equipe participou do Comitê de Comunicação da Mobilização Nacional Indígena, em parceria com outras organizações. Essa participação esteve pautada na difusão de informações qualificadas sobre os povos indígenas e seus territórios e na atuação pela garantia dos direitos de indígenas, quilombolas e de populações tradicionais. Nesse sentido, desenvolvemos as seguintes atividades:

- Participação na definição de estratégias de comunicação para a Mobilização;
- Participação na assessoria de imprensa da Mobilização;
- Cobertura jornalística em tempo real – em texto, áudio e vídeo – do 11º Acampamento Terra Livre, em abril, tanto para o site do ISA, quanto para o blog da Mobilização Nacional Indígena, e para os canais do Instituto nas redes Facebook, Twitter e Instagram;
- Produção de materiais de apoio – textos, vídeos e imagens – para tuitaços e outras cyberações antes, durante e depois da Mobilização, entre eles uma retrospectiva na forma de linha do tempo.

PROJETO ESPECIAL

PROJETO ESPECIAL ÁGUA

O que é

O projeto, iniciado em 2014, com o agravamento da crise hídrica em São Paulo, contribuiu significativamente para a disseminação de informações sobre essa situação crítica. Contribuiu ainda para consolidar a Aliança pela Água, coalizão de organizações da sociedade civil para enfrentamento da crise, criada em outubro de 2014, com aproximadamente 30 integrantes.

A crise atingiu cerca de seis milhões de pessoas na Grande São Paulo levando o ISA a trabalhar novamente com o tema. Os mananciais de São Paulo foram alvo de ações e atividades do ISA durante dez anos – de 1999 a 2009. O processo iniciou-se com uma consulta a 280 especialistas e a partir daí iniciou-se a articulação que culminou no lançamento da Aliança pela Água, coalizão da sociedade civil que reúne mais de 40 organizações, no final de 2014.

Objetivos

- Beneficiar diretamente os atores que atuam na defesa dos mananciais e a promoção do saneamento, da melhoria da qualidade de vida urbana e da defesa dos direitos dos consumidores de São Paulo e do Brasil.
- Produzir e divulgar conteúdos sobre a situação da água em SP e no Brasil.
- Colaborar na estruturação/consolidação da Aliança pela Água.
- Coordenar ações para mapear e articular uma rede de atores relacionados ao tema.
- Propor ações de curto, médio e longo prazo alertando para a necessidade da gestão eficiente dos recursos hídricos.
- Promover o debate e propor adequação na legislação ambiental.

Equipe

Marussia Whately; Alex Piaç; André Villas-Bôas; Gabriella Contolli; Hebert Valois Rios Piahuy; M. Inês Zanchetta

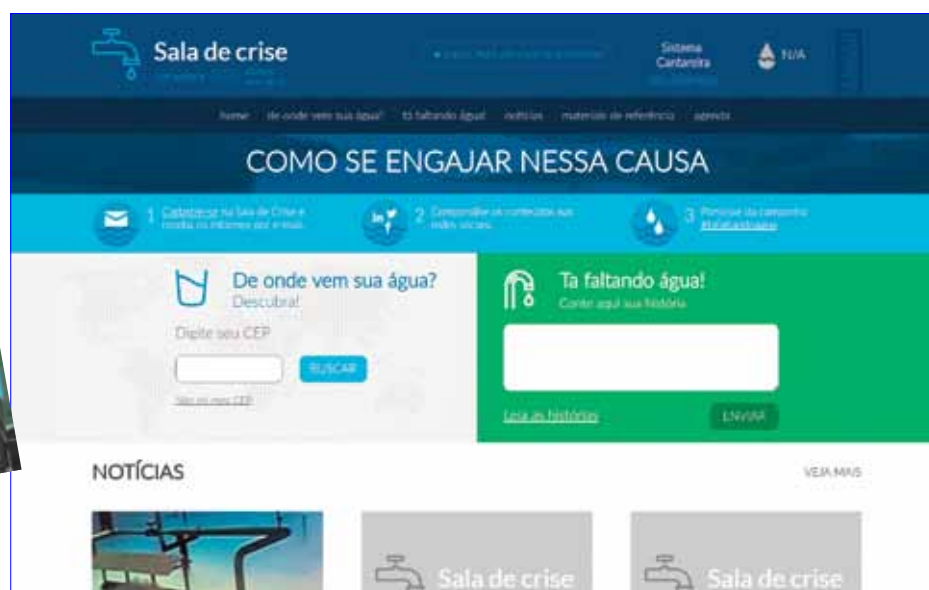
Parceiros e financiadores

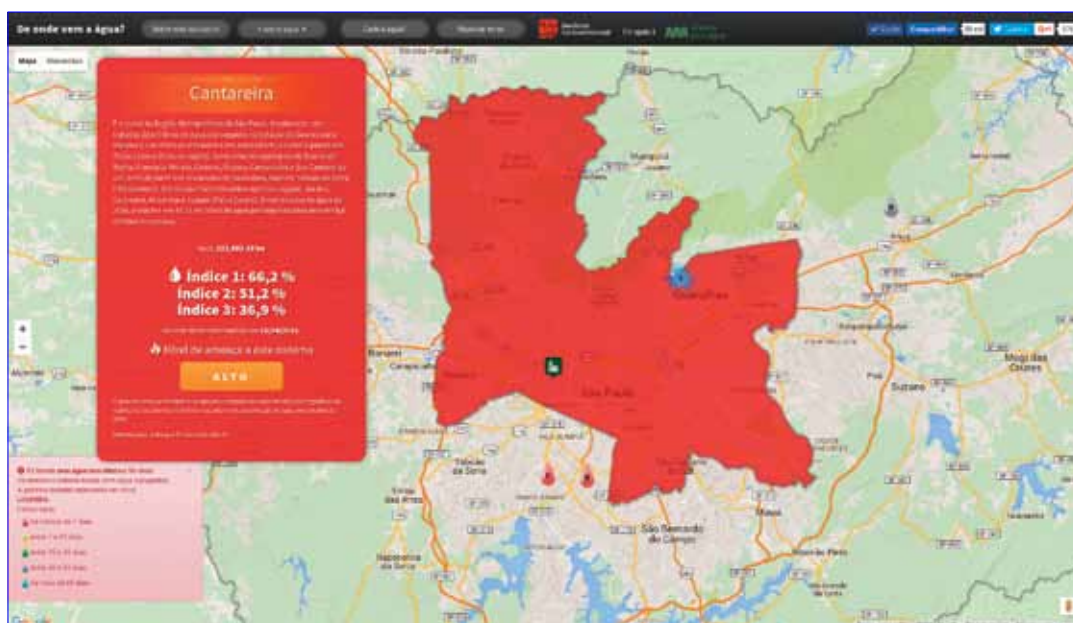
Porticus



O que foi feito

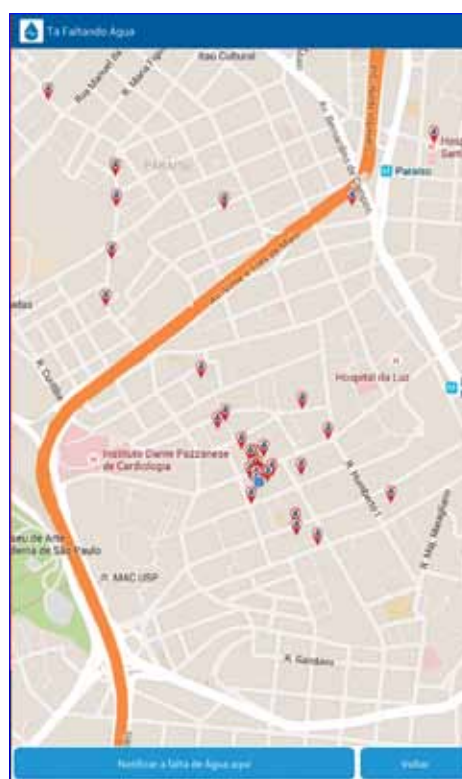
- Durante o ano de 2015, a Aliança pela Água ampliou o número de integrantes e no final do ano contava com 60 organizações das áreas de meio ambiente, direitos humanos, direitos do consumidor, educação e ativistas. Nesse período, se tornou importante referência para imprensa e sociedade sobre crise hídrica e propostas para sua superação.
- No início de 2015, a Aliança deu início à divulgação dos resultados do mapeamento “Água@SP” consolidados em um conjunto de propostas de curto e médio prazo em documento intitulado “Carta da Aliança”. Inicialmente, o material foi divulgado no site www.aguasp.com.br, que deu origem ao site Sala de Crise (www.saladecrise.com.br) e site institucional da Aliança (www.aliancapelaagua.com.br).
- Em fevereiro, foi lançada uma atualização da ferramenta interativa De Onde vem a água, por meio do qual as pessoas podiam informar onde não havia água, mas que fosse possível elaborar um mapeamento.
- O site Sala de Crise foi lançado no final de maio, durante a 10ª edição do Abraço na Guarapiranga e agrega notícias sobre a crise hídrica, matérias de referência produzidas pela Aliança e aplicativos que permitem identificar de onde vem a sua água e denunciar falta de água.
- Outra importante contribuição da Aliança, foi o *Água: Manual de Sobrevida para Crise*, que teve mais de cinco mil exemplares distribuídos, além de grande repercussão na imprensa, com destaque para matéria de página inteira na Folha de São Paulo durante a semana de comemoração do Dia Mundial da Água (22 de março).
- Em setembro, foi lançada a Campanha “Tá Faltando Água” e o aplicativo de mesmo nome, uma rede social de mobilização e conscientização para mapear a falta de água na região metropolitana de São Paulo. O lançamento aconteceu durante a quarta reunião aberta da Aliança e foi transmitido ao vivo no site “sala de crise”, com grande repercussão de imprensa e público. A partir daí, a Aliança promoveu aulas públicas e participou de eventos em diferentes regiões para divulgar a campanha, com destaque para: aula pública em Ermelindo Matarazzo, participação em evento na





Brasilândia, lançamento do aplicativo durante o Fórum Mogi Pedre Água; palestra durante o Fórum Social Sul, na zona sul do município.

- Em novembro, a Aliança lançou o relatório “Tá Faltando Água”, com os resultados obtidos pelo aplicativo, durante a 2ª reunião do Comitê de Crise Hídrica e enviado por ofício para todos os órgãos responsáveis (em âmbito federal, estadual e municipal)
- Ao longo do ano, a Aliança promoveu e participou de reuniões e encontros para discutir propostas de enfrentamento da crise e construção de “uma nova cultura de cuidado com a água”. Entre eles, destacam-se “Ciclo de diálogos sobre crise da água em São Paulo, ameaças e perspectivas”, realizado no SESC Consolação em março; Audiência Pública na Faculdade São Francisco com o relator da ONU para o direito humano à água e saneamento, Sr. Leo Heller; nesse mesmo mês, foi realizado encontro técnico com a participação de pesquisadores da USP, UFRJ, Ministério Público Estadual e Federal e integrantes da Aliança para discutir a crise hídrica; parceria com Ministério Público Federal para promoção de audiência pública sobre crise hídrica com duração de dois dias (realizada em 21 e 22 de agosto); participação em fóruns e eventos de terceiros, como Debate Folha sobre Crise Hídrica juntamente com Sr. Jerson Kelman, presidente da Sabesp, e Prof. Antonio Carlos Zuffo - FEC - Arquitetura e Urbanismo/Unicamp; participação na mesa A crise hídrica no Brasil”, durante o evento *The Economist Brazil Summit*, promovido pela revista britânica *The Economist*.



3ª Reunião aberta da Aliança pela Água.

© Cláudio Iavares/ISA

Avaliação

Em dezembro de 2015, a Aliança promoveu processo de avaliação e planejamento da continuidade de seu trabalho. Entre as contribuições positivas apontadas no processo de avaliação estão: ampliação do acesso à informação sobre crise hídrica, fosse por meio de cobranças formais às autoridades e atendimento à imprensa, como também por meio de estímulo à produção de conteúdos independentes, como o projeto “A Conta da Água” (Jornalistas Livres), a web série “Volume Vivo; engajamento de diferentes organizações com atuação em rede, tanto pela quantidade de integrantes da Aliança, que dobrou desde sua criação em outubro 2014, como pela diversidade de sua atuação, que compreende áreas de meio ambiente, direitos humanos, direitos do consumidor, educação e saúde; finalmente, a Aliança teve papel importante na mudança da narrativa sobre a crise hídrica, que deixou de ser vista como uma fatalidade causada por um desastre natural, e passou a ser compreendida como a combinação de um conjunto de fatores, agravados por um evento climático extremo.

Perspectivas

Com o objetivo de contribuir positivamente para o enfrentamento das causas da crise de gestão hídrica e transição para a “nova cultura de cuidado com a água”, a Aliança acredita ser importante promover a reflexão sobre os aprendizados recentes em São Paulo e replicar sua experiência de atuação em outras regiões do Brasil.

Em 2016, pretende colaborar com a construção de um movimento da sociedade civil por “uma nova cultura de cuidado com a água”, que pressupõe a construção de segurança hídrica e garantia do direito humano à água e saneamento atuando em três linhas prioritárias: produção e difusão de conhecimento e propostas; promoção do acesso à informação e estímulo à participação da sociedade; fortalecimento da rede da Aliança e ampliação do diálogo com setores da sociedade e governo – desde movimentos de moradia até representantes de setores econômicos.

Para isso, dará continuidade à atual estrutura de governança da Aliança, feita por meio da equipe de secretariado e um conselho gestor, composto por Associação Bem Te Vi Diversidade, Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), Instituto Socioambiental (ISA), World Resources Institute (WRI) Brasil e WWF Brasil. Além do conselho, pretende-se fortalecer o protagonismo dos demais integrantes, que passarão a assumir a coordenação de grupos de trabalho, bem como promover o diálogo com outros setores da sociedade e governos.

Melhores momentos

- Lançamento Ferramenta interativa Tá faltando Água
- Lançamento do *Manual de Sobrevivência na Crise*
- Entrega de relatório sobre a gestão da crise hídrica em São Paulo ao relator da ONU para o Direito Humano à Água e ao Saneamento

